

APONTAMENTOS

de Arqueologia e Património

13

SETEMBRO

2019

Título: Apontamentos de Arqueologia e Património

Propriedade: **Era-Arqueologia S.A.**

Editor: ERA Arqueologia / Núcleo de Investigação

Arqueológica – NIA Local de Edição: **Lisboa**

Data de Edição: **Setembro de 2019**

Volume: 13

Capa: Imagem aérea de Santa Vitória (Foto: José Pedro Machado)

Director: António Carlos Valera

ISSN: 2183-0924

Contactos e envio de originais: antoniovalera@era-arqueologia.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

O uso do acordo ortográfico está ao critério de cada autor.

ÍNDICE

EDITORIAL	07	Nelson Cabaço, Marina Lourenço	
		e Rodrigo Banha da Silva	
António Carlos Valera, Ana Catarina Basílio		O COMPASSO DO ESPAÇO DE NECRÓPOLE	
e Tiago do Pereiro		ROMANA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO,	
O PROJECTO SANVIT: UM NOVO CICLO DE		LISBOA	47
INVESTIGAÇÃO NO RECINTO DE SANTA VITÓRIA			
(CAMPO MAIOR). OS RESULTADOS DA CAMPANHA		Rui Pinheiro	
DE 2018	nα	CASTELO DE MIRANDA DO DOURO.	
DL 2010	03	PRINCIPAIS DADOS DE UMA ESCAVAÇÃO	
Ana Catarina Basílio e Tiago do Pereiro		ARQUEOLÓGICA NUMA PRAÇA FORTE	
O SÍTIO CALCOLÍTICO DE CORTE PIORNINHO 3		DO NORDESTE TRANSMONTANO	55
(SALVADA E QUINTOS, BEJA): NOTAS SOBRE A			00
SUA OCUPAÇÃO E INTEGRAÇÃO NA PAISAGEM		Filipe Santos Oliveira	
PRÉ-HISTÓRICA	10	PRODUÇÃO DE CACHIMBOS DE BARRO	
PRE-HISTORICA	19	NA RUA DAMASCENO MONTEIRO (OLARIAS DE	
Carab Daltan and Ethan Calbu		SÃO GENS), LISBOA: UM CONTRIBUTO PARA	
Sarah Dalton and Ethan Selby		O SEU ESTUDO	67
LOOM WEIGHTS FROM CHALCOLITHIC AND		0 000 0000	01
EARLY BRONZE AGE PERDIGÕES	07	Inês Simão, João Miguez e Ever Calvo	
(ALENTEJO, PORTUGAL)	21	TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NA RUA	
I C C MC I		CAIS DO TOJO, Nº48-64, LISBOA.	
Lúcia Miguel		CONTRIBUTO PARA A EVOLUÇÃO DA	
A TRANSIÇÃO BRONZE FINAL – IDADE DO FERRO		FRENTE RIBEIRINHA LISBOETA	75
NA MARGEM DIREITA DO GUADIANA. O CASO		FRENTE RIBEIRINAA LISBOETA	/5
DA BASE DE CABANA DA RIBEIRA DE S. PEDRO		Ana Dasa	
(BALEIZÃO)	35	Ana Rosa	
		INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS	
Lúcia Miguel, Pedro Albuquerque, Lucy S. Evangelista e		CONTEMPORÂNEAS NA FRENTE RIBEIRINHA	
Marina Lourenço		DE LISBOA: O CASO DO QUEBRA-MAR	0.5
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NA NECRÓPOLE		IDENTIFICADO EM ALCÂNTARA	85
SIDÉRICA DE MÉRTOLA: RESULTADOS PRELIMINAR			
DAS SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS	. 41		



EDITORIAL

O "Oásis"

No início de 2019 o Complexo Arqueológico dos Perdigões foi classificado como Monumento Nacional. Trata-se do primeiro recinto de fossos a merecer esta classificação em Portugal. É o mais recente resultado de duas décadas de um programa continuado de investigação liderado pela Era Arqueologia, o qual pôs em evidência a importância e potencial científico e patrimonial do sítio, hoje reconhecido nacional e internacionalmente.

Para este desfecho contribuíram igualmente o Esporão S.A., proprietário de mais de dois terços do sítio, assim como as muitas colaborações com instituições de investigação e ensino superior portuguesas e estrangeiras e o Estado português, através de financiamentos a projectos de investigação desenvolvidos nos Perdigões.

Tendo sido reconhecido numa intervenção de minimização de impactos em 1997, o recinto dos Perdigões é hoje uma reserva arqueológica, um "laboratório" para a investigação das sociedades do 4º e 3º milénios a.C. e um caso de referência na expressão do fenómeno dos recintos de fossos na Península Ibérica.

Um exemplo que urge seguir, num tempo em que a reconversão agrícola do Alentejo está a afectar drasticamente e a um ritmo muito acelerado este e outros tipos de património arqueológico.

O PROJECTO SANVIT: UM NOVO CICLO DE INVESTIGAÇÃO NO RECINTO DE SANTA VITÓRIA (CAMPO MAIOR). OS RESULTADOS DA CAMPANHA DE 2018.

António Carlos Valera¹ Ana Catarina Basílio ² Tiago do Pereiro³

Resumo:

Apresentam-se os resultados da primeira intervenção em Santa Vitória (Campo Maior) realizada em 2018 no âmbito do projecto Santa Vitória: Temporalidades, Arquitecturas e Práticas Sociais num pequeno recinto de fossos. Este pretende aplicar ao sítio um questionário científico que permita confrontar as dinâmicas sociais e as temporalidades de um pequeno recinto de fossos, com as registadas num grande complexo de recintos, como os Perdigões.

Nestes trabalhos foi estabelecida a planimetria do sítio através de prospecção geofísica e obtidas as primeiras datações de radiocarbono para a sua fase final de utilização, a partir de duas sondagens iniciadas em cada um dos fossos que compõem o recinto.

Abstract:

SANVIT project: a new research cycle in Santa Vitória enclosure (Campo Maior). Results of the 2018 campaign.

The results of the first archaeological intervention in Santa Vitória (Campo Maior) conducted in 2018 are presented. This intervention occurred in the context of the project Santa Vitória: Temporalidades, Arquitecturas e Práticas Sociais num pequeno recinto de fossos (Santa Vitória: temporalities, Architectures and Social Practices in a small ditched enclosure). The project will apply a scientific inquiry designed to allow the comparison between the social dynamics and temporalities of a small ditched enclosure with the ones recorded in a large complex of enclosures such as Perdigões.

In this campaign the planimetry of the enclosure was established through geophysics and the first radiocarbon dates were obtained for the site's final phase of use, in two surveys in the ditches that form the enclosure.

1. Introdução.

O recinto de Santa Vitória (CNS 3612) é "um velho conhecido" da arqueologia portuguesa, correspondendo ao primeiro recinto de fossos identificado e intervencionado em Portugal, durante os anos 80 e inícios de 90 do século XX (Dias, 1996).

Estas campanhas, realizadas entre 1986 e 1993, permitiram identificar duas estruturas de tipo fosso sinuoso, que delimitam dois recintos. A planimetria do fosso interior (Fosso 1) foi totalmente definida, apresentando uma área de entrada orientada a 57°, ou seja, ao solstício de Verão (Valera, 2013a). Por sua vez, o fosso externo (Fosso 2) foi apenas sondado numa área de interrupção, encontrando-se esta entrada orientada a Norte.

Para além das duas linhas de fossos foram também identificadas, e intervencionadas, 16 fossas, das quais oito se implantam no interior do recinto formado pelo Fosso 1, enquanto as restantes são externas a este espaço, encontrando-se apenas uma fora da área desenhada pelo Fosso 2.

No entanto, pouco se sabe para além das características arquitectónicas genéricas dos contextos intervencionados. existindo um total desconhecimento das estratigrafias. dinâmicas de preenchimentos, cronologia absoluta e grande parte da cultura material e registo faunístico. Tal fica a deverse à ausência de publicações relativas aos trabalhos desenvolvidos no século passado, apenas existindo uma publicação mais genérica nos Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve (Dias, 2001) e de uma tese de mestrado, que se foca, essencialmente, nas tipologias de alguns conjuntos cerâmicos (Dias, 1996). Regista-se, assim, um claro contraste entre o elevado ritmo de escavação (expresso na área intervencionada) e a publicação adequada dos resultados desses trabalhos, traduzido num significativo desconhecimento dos contextos, materiais, práticas e cronologia deste sítio arqueológico. Neste contexto, trazer a

¹ Era Arqueologia / ICArEHB-U. Algarve (antoniovalera@era-arqueologia.pt)

² ICArEHB-U. Algarve. (catarinasbasilio@gmail.com)

³ Era Arqueologia. (tiagopereiro@era-arqueologia.pt)

investigação de volta a Santa Vitória é como chegar a um sítio quase inédito e com um inquérito muito diferente daquele com que o sítio foi inicialmente abordado há mais de 30 anos, feito agora num novo contexto teórico e empírico que envolve o fenómeno dos recintos de fossos.

De facto, a recente proliferação de recintos de fossos no interior alentejano, resultado do desenvolvimento de projectos de investigação e de intervenções realizadas no âmbito da Arqueologia de Salvamento e Minimização (Lago et al. 1998; Valera, 2012a; 2013a; 2013b; 2014; 2015; Valera, Filipe 2004; Valera, Becker 2011; Valera et al. 2017; Santos et al. 2009; Rodrigues, 2015), veio alterar a visão que inicialmente se tinha deste tipo de sítios em Portugal e introduziu todo um novo conjunto de problemáticas na sua investigação.

Assim, o projecto "Temporalidades, Arquitecturas e Práticas Sociais num Recinto de Fossos - SANVIT", vigente para o quadriénio 2018-2021, visa aplicar ao sítio arqueológico um questionário científico que permita confrontar as dinâmicas sociais e as temporalidades de um pequeno recinto, com as que têm vindo a ser registadas num grande complexo de recintos de fossos, como é o caso do dos Perdigões. A investigação de duas décadas nos Perdigões tem permitido aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas e desempenhos sociais que este tipo de recintos de "longa duração" parece ter desempenhado. Contudo, não existem termos de comparação que permitam perceber o contraste entre os grandes complexos de fossos e os recintos com expressões espaciais e temporais mais restritas, devendo-se esta questão à ausência de projectos de investigação programada, com questionários adequados e orientados para as dinâmicas de pequenos recintos. As poucas e restritas intervenções realizadas em recintos de menores dimensões foram-no no contexto da Arqueologia de Salvamento, sendo a excepção Santa Vitória, mas que é lamentavelmente inutilizável pelas razões já expostas. A necessidade de compreender as dinâmicas que geram estas disparidades de tamanho e duração, e muito provavelmente em muitas das práticas associadas a estes contextos, é uma das linhas prioritárias de investigação do fenómeno dos recintos de fossos no interior alentejano, já que o assunto nunca foi verdadeiramente investigado, sendo antes tratado axiomaticamente com base em modelos hierarquizantes do povoamento, nunca empiricamente testados.

Neste contexto, o projecto SANVIT pretende investigar as arquitecturas de Santa Vitória, as suas temporalidades e as práticas sociais que ali decorreram com o objectivo de, por um lado, caracterizar o sítio em função das problemáticas actuais na investigação dos Recintos de Fossos e, por outro, construir um quadro comparativo para as dinâmicas que têm sido observadas nos Perdigões. Procura-se perceber como duas biografias, aparentemente diferentes, se enquadram dentro de um quadro de pressupostos partilhados, mas que se expressam de forma e com durabilidades distintas. Como tal, o projecto SANVIT será desenvolvido numa relação permanente com o projecto global de investigação dos Perdigões.

2. O Recinto de Santa Vitória

O Recinto de Santa Vitória localiza-se administrativamente na freguesia de São João Baptista, concelho de Campo Maior, no distrito de Portalegre, contando com um acesso particularmente facilitado, pela sua localização junto à Estrada Nacional 373 (Campo Maior-Elvas) (Figura 1). Tratase de um sítio classificado como Imóvel de Interesse Público (Portaria 200/2016), propriedade do Estado Português, cuja gestão está actualmente entregue ao Município de Campo Maior (tendo transitado da Direcção Regional de Cultura do Alentejo no âmbito dos diplomas de descentralização recentemente aprovados em Conselho de Ministros).

Implanta-se no topo de uma elevação alongada com 312 metros de altitude, no limite Nordeste da Bacia Hidrográfica do Rio Caia, contando com diversos recursos aquíferos nas suas imediações, encontrando-se o mais próximo a cerca de 170 metros. Para além dos pequenos cursos de água, podemos destacar a proximidade do Rio Caia, do qual dista apenas 3km, ou ainda do Guadiana, a 16,5 km. Apresenta uma ampla visibilidade de 360° sobre a paisagem, sendo esta um pouco mais limitada para Norte, mas bastante extensa nas restantes direcções (Figuras 1 e 2).

Do ponto de vista geológico, desenvolve-se numa área caracterizada por rochas magmáticas e migmatíticas, encontrando-se integrado numa mancha de rochas hipersténicas com afinidades charnoquíticas que constituem um afloramento alongado na direcção NW/SE na área de Campo Maior. Este é cruzado por diversos filões e por um anel periférico incompleto de gabros, dioritos e rochas híbridas (rochas brandas) que se estende até Santa Vitória, constituindo o seu substracto geológico, o qual se encontra bastante alterado e heterogéneo. Podem ainda ser identificados dioritos quartzíferos e anfíbolas, sendo a mais vulgar a horneblenda comum, de tonalidade esverdeada (Dias, 1996).

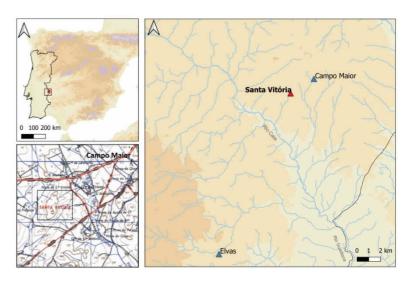


Figura 1 – Localização de Santa Vitória na Península Ibérica; na Carta Militar de Portugal; folha XX, escala. 1:25000; na bacia hidrográfica do Rio Caia, afluente directo do Rio Guadiana.

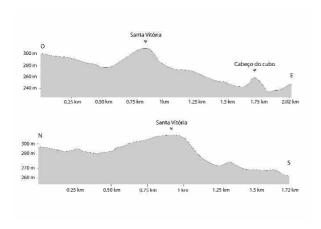


Figura 2 – Perfis topográficos sobre-elevados com loalização de Santa Vitória e Cabeço do Cubo.

3. Os trabalhos de 2018

A campanha de 2018, primeira realizada no âmbito do projecto SANVIT, decorreu entre os dias 3 e 28 de Setembro, tendo os seguintes objectivos:

1. Limpeza de todo o perímetro vedado em torno ao recinto;

- 2. Definição da planimetria total do sítio através de trabalhos de geofísica (magnetometria);
- 3. Execução de duas sondagens (Fossos 1 e 2) para começar a conhecer estratigrafias, compreender as dinâmicas de preenchimento e recolher amostras para a realização de datações de radiocarbono;
- 4. Realização da avaliação do estado de conservação das estruturas negativas.

De forma genérica, os objectivos definidos foram cumpridos. No entanto, e devido ao estado de abandono em que se encontrava o recinto, os trabalhos de limpeza ocuparam uma porção de tempo superior ao que inicialmente se encontrava previsto, o que implicou uma redução dos trabalhos de escavação nesta primeira campanha.

3.1. Os trabalhos de limpeza

A grande densidade de vegetação de média/grande dimensão obrigou ao recurso de meios mecânicos para o seu corte. A limpeza no interior das estruturas foi feita manualmente, com excepção da Fossa 1 (fossa externa ao recinto formado pelo Fosso 1), que acumulou uma grande quantidade de lixo e que, pela sua profundidade, obrigou a uma limpeza manual assistida por meios mecânicos.



Figura 3 – Esquerda: imagem aérea antes da limpeza; Direita: Imagem aérea depois da limpeza..

A desmatação realizada e a raspagem do geológico nas áreas já escavadas permitiu uma redefinição das estruturas existentes e possibilitou a realização da prospecção geofísica e o trabalho de avaliação do estado de conservação das estruturas negativas (Figura 3).

3.2. A prospecção geofísica

Com a realização da prospecção geofísica procurou-se definir a planimetria completa de Santa Vitória, nomeadamente do Fosso 2. Estes trabalhos foram realizados com recurso ao magnetómetro Bartington 601/2, com dois sensores de 1m de comprimento separados por 1m. Cada um contém dois sensores verticais (axis fluxgate magnetometers) no topo e na base, fazendo com que os detectores localizados no topo rejeitem a larga escala do magnetismo atmosférico e isolem pequenas leituras causadas pelas anomalias arqueológicas, podendo detectar anomalias de 0.1nt (nanotesla), considerando-se que o campo magnético terrestre normalmente apresenta leituras de 40,000nt (o.4 gauss), que podem variar durante o dia. Este equipamento permite detectar anomalias até cerca de 3m de profundidade (a média é 1m). A recolha dos dados iniciou-se com a marcação no terreno de uma grelha georreferenciada, com quadrados de 30x30m. Estes quadrados foram divididos em 15 linhas de prospecção manual em modo zig-zag, permitindo a recolha de medidas a cada 0.125m com espaçamento entre linhas de 1m. Os dados obtidos foram descarregados no final do levantamento e processados com software Geoplot 4.0.

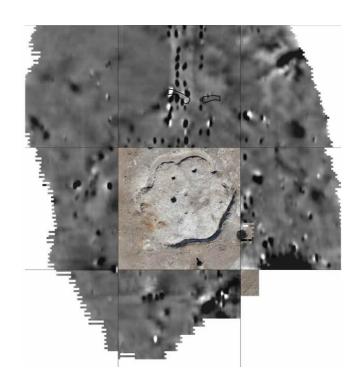


Figura 4 – Magnetograma de Santa Vitória sobreposto sobre imagem aérea do recinto interior. Quadrados com 30m de lado.

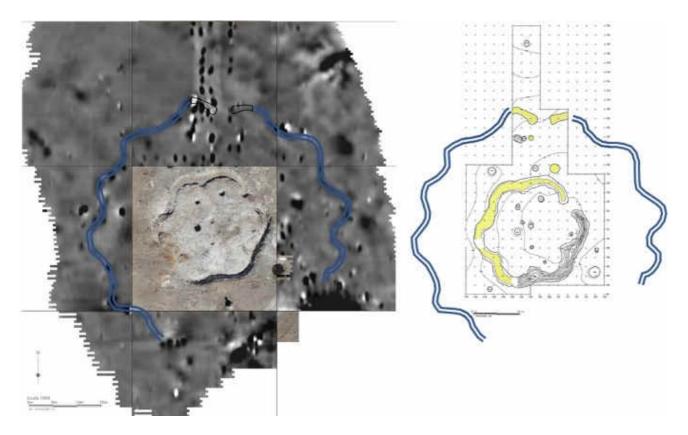


Figura 5 – Esquerda: interpretação do traçado do Fosso 2 sobre magnetograma; Direita: planta do traçado dos dois fossos.

Os resultados obtidos (Figura 4) são significativos, ainda que a qualidade da imagem conseguida seja apenas sofrível. Apesar da boa limpeza realizada, a existência dos pregos da quadrícula das intervenções antigas (bem visíveis nas anomalias regulares) e a grande quantidade de lixo metálico que foi sendo enterrado ao longo dos anos de abandono do sítio (nomeadamente caricas, latas e outros materiais metálicos) perturbam bastante a leitura do magnetograma e das estruturas arqueológicas. Ainda assim, é possível percepcionar no magnetograma os contornos difusos de grande parte do Fosso 2, com excepção do quadrante sudeste, no qual a perturbação exercida pelo lixo e intervenções anteriores no terreno não permitem perceber a trajectória desta estrutura nesse ponto.

Apesar de difuso, é possível observar que o traçado do Fosso 2 é igualmente sinuoso, com 50m de diâmetro, apresentando 10 lóbulos visíveis e sendo previsível a presença de 12 (Figura 5), ou seja, do dobro dos apresentados pelo Fosso 1, relativamente ao qual se desenvolve de forma genericamente paralela, gerando uma planta global de tendência concêntrica, de fossos sinuosos com lóbulos bem padronizados, numa tipologia já bem conhecida na bacia do Guadiana (Valera 2012b). Conjugando a topografia do terreno com a área submetida a prospecção geofísica (delimitada pela vedação existente que circunscreve a área de protecção do sítio), fica-se com a ideia de que não existirão outras estruturas de tipo fosso. Contudo, fora do Fosso 2 existem igualmente várias anomalias de tendência circular que corresponderão a possíveis estruturas de tipo fossa.

3.3. As sondagens

Começaram a ser realizadas duas sondagens, uma em cada fosso, que visavam uma primeira aproximação às suas dinâmicas de enchimento e a obtenção de material para realização de datações absolutas.

O Fosso 1

Nesta estrutura foi implantada uma sondagem de 5x3m no extremo Oeste do recinto, num troço que se apresentava melhor conservado e menos intervencionado pelos trabalhos previamente realizados no recinto. Esta zona apresentava ainda o enchimento de topo original, parcialmente afectado pela exposição aos elementos entre 1993 e 2018. Contudo, o lado Norte da área marcada (que corresponde à [102]) encontrava-se já parcialmente escavado.

O enchimento de topo correspondia a um aglomerado pétreo [101] com uma extensão de cerca de 2 metros, sem uma forma muito definida, que extravasava ambos os limites do próprio fosso. Era composto por pedras de diversas dimensões, no meio das quais foi possível recuperar um grande dormente. Este tipo de deposições/aglomerações tinha sido já identificado nas intervenções prévias a SANVIT, tendo sido interpretadas como estruturas habitacionais ou "eventuais arranques de cabana" que se desenvolveriam à cota das estruturas

negativas ou ainda envolvidas no topo do seu enchimento (Dias, 1996: 5) (Figura 6A).

Este aglomerado cobria uma depressão [103] que era igualmente preenchida por um depósito com pedras [105], de pequenas dimensões, tendo sido escavada no depósito [106]. Este depósito encontrava-se sobre o topo de um recutting [109], no qual foram identificados três níveis de deposição sucessiva de elementos pétreos, cerâmicas (recipientes e cerâmica de revestimento) e fauna ([107], [108] e [110]), ainda que o momento mais antigo apresente menor densidade e estruturação. Esta realidade poderá corresponder a algumas das situações que foram designadas por "complexos de recolha" nas campanhas anteriores (Dias, 1996, p. 27-39) (Figura 6B). Este recutting foi aberto no depósito [111], o qual cobria depósitos que não foram escavados nesta campanha, entre os quais se regista um abatimento da parede Oeste do fosso.

A escavação atingiu apenas 0,60m de profundidade, abrangendo, assim, apenas a fase final de enchimento do Fosso 1 (que na área em que se encontra totalmente escavado apresenta profundidades de 1,50 / 1,60 metros). Foi possível para já identificar três momentos genéricos: uma fase prévia ao *recutting* detectado (que engloba o depósito [111] e tudo o que não foi escavado ainda), a abertura e preenchimento do *recutting*, e os contextos que lhe são posteriores (depressão e seu preenchimento e aglomerado pétreo de topo).





Figura 6 – A: Fosso 1, UE 101; B: Fosso 1, recutting e enchimento UE108.

O Fosso 2

A intervenção no Fosso 2, localizada no lado Oeste da entrada Norte, consistiu na limpeza e acerto dos cortes de uma sondagem realizada nas intervenções prévias ao projecto SANVIT (com a finalização da escavação do lado Este, onde se preservavam alguns depósitos na base do fosso numa extensão de 96 centímetros), e a decapagem do topo dos enchimentos até à interrupção do fosso que constitui a entrada (Figura 7).

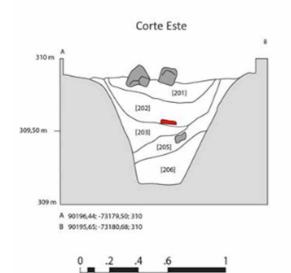
No caso do acerto de cortes na área anteriormente sondada, verificou-se que os mesmos apresentam estratigrafias algo diferentes entre si (Figura 8).



Figura 7 - Sondagem no Fosso 2.







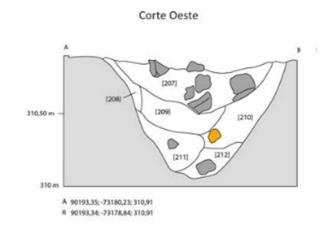


Figura 8 - Perfís do Fosso 2.

No corte Este, foi identificado um recorte realizado em enchimentos prévios (sequência de três depósitos: [206], [205] e [203]) que permite equacionar dois cenários. Por um lado, a existência de dois momentos de *recutting* distintos, encontrando-se o primeiro preenchido pelo depósito [202], tendo este sido posteriormente recortado e preenchido pelo aglomerado de grandes e pequenas pedras numa matriz argilosa [201]. Por outro, a possibilidade de estarmos perante um único *recutting* com dois momentos de enchimento. No entanto a resposta a esta dúvida só poderá ser obtida em campanhas futuras, considerando que as questões levantadas se baseiam apenas na observação do corte Este.

Já no acerto corte Oeste foi detectada uma estratigrafia com depósitos entrecruzados com origem nos dois lados do fosso e, no topo, um outro *recutting* preenchido por pedras numa matriz argilosa.

Nestes trabalhos apenas se registaram escassos fragmentos e um resto de fauna, este proveniente da base da [202].

4. A cultura material e o conjunto faunístico

O conjunto artefactual recuperado nesta primeira campanha do projecto SANVIT é relativamente reduzido, atingindo os 107 elementos classificáveis (104 provenientes do Fosso 1 e três do Fosso 2).

Neste conjunto dominam os recipientes cerâmicos (96 registos individuais), não tendo sido identificados elementos decorativos em nenhum dos fragmentos, com excepção de um recipiente que poderia conter uma possível aplicação plástica. Correspondem maioritariamente a formas simples (pratos de bordo espessado, taças, tigelas e esféricoglobulares), tendo sido registada exclusivamente uma taça carenada. 38 fragmentos não possibilitaram determinação formal. De um modo geral, as pastas são de baixa qualidade, revelando-se muito friáveis.

As restantes categorias artefactuais (Tabela 1) estão pouco representadas ou simplesmente ausentes nos conjuntos recolhidos. Assim, foi registado apenas um fragmento de peso de tear, 10 elementos de indústria lítica talhada (principalmente correspondentes a lascas e fragmentos, predominando o quartzito e o quartzo) e um grande dormente.

A par dos materiais classificáveis foi feito um inventário de outros elementos recuperados, tais como os bojos, argilas e faunas, tendo sido realizada a sua distribuição e pesagem individual (exceptuando os elementos faunísticos).

No caso das faunas, muito fragmentadas e de pequena dimensão, foi feita uma identificação preliminar das presenças a nível do táxon, estando presentes restos de mamíferos de médio porte (suínos ou ovino-caprinos), tendo sido, num dos casos, identificada a presença de um animal jovem (devido à presença de uma epífise não fundida). Foram igualmente recuperados elementos pertencentes a lagomorfos. A nível da malacofauna, apenas dois fragmentos

preservavam dimensão e características suficientes para possibilitar uma identificação: um exemplar de umbo de *Ruditapes decussata* e um fragmento mesial de *Pecten sp.*. A presença destes Bivalves marinhos/estuarinos revela a integração de Santa Vitória nas redes de circulação destes bivalves ou simplesmente das suas conchas.

Tabela 1 – Materiais recuperados na campanha de 2018.

	Bojos		Argilas		Faunas
Estrutura	Quant.	Peso (gr)	Quant.	Peso (gr)	Quant.
Fosso 1	304	6670	96	1871	59
Fosso 2	46	792	10	900	1

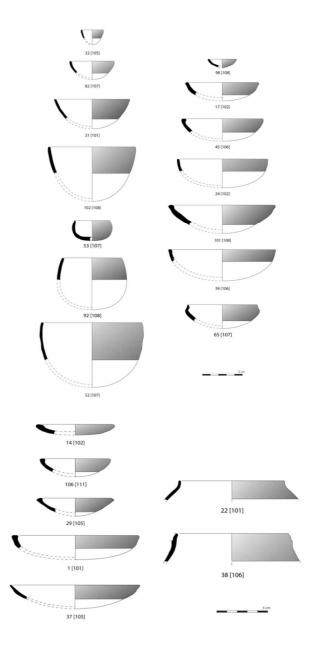


Figura 9 – Recipientes cerâmicos.

5. Cronologia

No sentido de começar a construir o quadro cronológico de Santa Vitória, foram realizadas quatro datações de radiocarbono sobre amostras de fauna (Tabela 2; Figura 11). Os resultados obtidos enquadram-se no terceiro quartel do 3º milénio AC e na transição do 3º para o 2º milénio AC, revelando-se surpreendentemente tardias em função da ausência de claros elementos tardios na cultura material conhecida e na registada nesta campanha. No Fosso 1, a data mais antiga, do terceiro quartel, provém de um dos depósitos da base do *recutting* identificado, enquanto que as duas mais recentes, da transição de milénio e estatisticamente indiferenciáveis, provêm do depósito de topo do enchimento desse *recutting* e do aglomerado pétreo que lhe é superior e extravasa os limites do fosso.

Por seu turno, a datação obtida para o Fosso 2 através de uma amostra recolhida na base do depósito [202] que preenchia o *recutting* observado, corresponde igualmente ao final do 3° / transição para o 2° milénio AC.

Estas datações indicam que a fase final de Santa Vitória, caracterizada pela realização de *recuttings* nos enchimentos dos fossos e pelos aglomerados pétreos no seu topo, data já do início da Idade do Bronze. A data mais antiga, enquadrada no terceiro quartel do 3º milénio AC poderá corresponder a um elemento faunístico de uma fase mais antiga da ocupação do sítio remobilizado no interior do *recutting*.

Tabela 2 – Datações de radiocarbono.

Estrutura	U.E.	Ref. Lab.	Data BP	Cal 2 sigma
Fosso 1	101	18B/1002	3620±30	2118-2097 (3.8%)
F0550 1	101	100/1002		2040-1894 (91,6%)
Fosco 1	iosso 1 107 18B/1003 3630±30	100/1002	2620+20	2127-2090 (9%)
105501		3030±30	2045-1905 (86,4%)	
Fosso 1	108	18B/1104	3950±30	2556-2521 (19.7%)
105501	100	100 100/1104 3930±30	2499-2346 (75,7%)	
Fosso 2	202	18B/1001	3670±30	2139-1957 (95.4%)

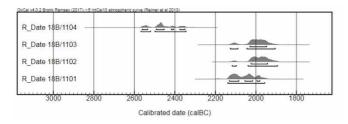


Figura 10 – Representação gráfica das datações calibradas, com recurso ao programa OxCal v4.3.2. (Bronk Ramsey, 2017), utilizando a curva IntCal13 (Reimer *et al.*, 2013).

Apontamentos finais e primeiras considerações

A campanha de 2018 realizada em Santa Vitória correspondeu ao arranque de um novo ciclo de investigação neste sítio arqueológico. Apesar dos amplos trabalhos ali realizados no século passado, a informação disponível à partida era escassa e praticamente reduzida a uma proposta de tipologia cerâmica. Por outro lado, o sítio, apesar de classificado, encontrava-se abandonado e num estado de conservação lastimável. Assim, começou-se quase do zero e grande parte dos recursos disponíveis para esta campanha foram gastos sobretudo na sua limpeza e preparação para a realização de trabalhos arqueológicos, os quais acabaram por ser restritos. Ainda assim, os resultados obtidos permitem alguns avanços no conhecimento do sítio.

O magnetograma obtido consolida a imagem de uma planimetria com dois fossos de traçado ondulante com lóbulos padronizados, num total de seis no fosso interno e possivelmente 12 no externo. Observa-se uma concentricidade entre ambos os recintos, existindo uma entrada orientada ao solstício de Verão (57º) no recinto interior e a Norte (0º) no recinto exterior (no magnetograma não se identifica mais nenhuma entrada nas partes bem visíveis deste fosso). É também possível verificar a existência de várias estruturas negativas fora do fosso externo.

Já as escavações, ainda com uma expressão reduzida, abrangeram sobretudo contextos da fase final de utilização do sítio. Esta parece caracterizar-se por abertura de recuttings no topo dos enchimentos prévios dos fossos e pela formação de aglomerados pétreos que os preenchem ou mesmo sobrepõem, extravasando ligeiramente os limites das estruturas negativas.

A cronologia obtida para esta fase final coloca-a no iníco da Idade do Bronze, numa fase final do 3º/transição para o 2º milénio AC, contemporânea dos momentos tardios dos Perdigões, onde para além de depósitos externos e estruturas relacionadas com práticas de comensalidade (Basílio, Cabaço, 2019), se conhecem igualmente práticas de *recutting* em fossos (Fossos 1 e 7) colmatados com pedras (Suárez *et al.*, 2015; Valera, Basílio, 2017). É igualmente genericamente contemporâneo do recinto cerimonial de Bela Vista 5 (Valera, 2014), onde uma vez mais a prática de *recuttings* preenchidos por pedras é recorrente.

Trata-se de um momento terminal do fenómeno dos recintos de fossos, que paulatinamente começa a ser identificado em alguns recintos e que, ainda que mal caracterizado, parece evidenciar algumas recorrências. Estas já não correspondem tanto à abertura de novos fossos nem a significativos investimentos arquitectónicos (os fossos de Bela Vista 5, abertos nesta fase, são de dimensões relativamente modestas), mas relacionam-se sobretudo com a prática de recuttings parciais, pouco profundos, e pelas acumulações pétreas, muitas vezes como que formando encerramentos, seja de fossos seja de fossas (como ocorre com o "Cairn" 1 dos Perdigões – Basílio, Cabaço, 2019).

Sobre as fases mais antigas de Santa Vitória não temos ainda informação. A datação mais antiga obtida, do terceiro quartel do 3º milénio AC, indica que o sítio estaria activo nesse período, sendo contemporâneo dos recintos da Horta dos Albardão 3 (Santos *et al.* 2009; Valera, Pereiro 2018) e Outeiro Alto 2 (Valera, 2013b), mas a sua origem poderá recuar à primeira metade do milénio. Contudo, não deixa de ser interessante assinalar o facto destes três recintos com fossos sinuosos de lóbulos padronizados e bem definidos, sendo até agora os únicos com estas características a estarem datados, apresentarem datações da segunda metade do milénio e em nenhum dos casos se observar a presença de materiais tardios como, por exemplo, a cerâmica campaniforme.

Por outro lado, não fica ainda claro se os dois fossos foram abertos num mesmo momento ou se o Fosso 2 é posterior e aberto numa fase mais tardia do sítio, uma vez que a datação obtida é já para o enchimento do recutting. Trata-se de um fosso de dimensões significativamente mais pequenas que o Fosso 1 (apresenta 1,00 x 0,75m contra valores que chegam a 3.40 x 1.6m no Fosso 1) e com uma componente artefactual bastante escassa, sobretudo quando comparada com a abundante cerâmica e fauna que fornece a metade inferior do Fosso 1 (informação pessoal de Miguel Lago, co-responsável de parte das escavações realizadas na década de oitenta do século passado). Se estas diferenças entre os dois fossos traduzem diferenças cronológicas no que respeita à sua abertura é, de momento, uma das muitas questões em aberto. Esta é apenas uma primeira aproximação às temporalidades de Santa Vitória, cuja abordagem consistente necessitará de um conjunto de datações muito mais alargado, que permita decompor em unidades de tempo mais curtas a biografia do sítio.

Para já, procurou-se estabelecer um patamar de partida para o novo projecto, cujas intervenções futuras procurarão compreender os tipos e processos de enchimento dos fossos, detalhar o espectro cronológico do sítio, começar a caracterizar a sua cultura material, desenvolver estudos faunísticos e abordagens à interacção (através de estudos isotópicos e estudos arqueométricos de proveniência). Desenvolver-se-á, ainda, o estudo da paisagem circundante a Santa Vitória, realizado através do mapeamento e caracterização em termos de implantação dos sítios já referenciados, procurando começar a criar uma imagem da estrutura de povoamento em que o sítio se integrou e foi socialmente activo.

Finalmente, convém referir que as questões arqueológicas e científicas decorrem a par do problema que hoje se coloca à conservação e restauro das estruturas de Santa Vitória, considerando o alto grau de exposição do sítio aos elementos ao longo das últimas décadas, e que levou a uma degradação significativa das mesmas. Neste âmbito, encontra-se em elaboração um relatório prévio, no qual, para além do diagnóstico realizado, se apresentarão propostas em alternativa com soluções para os problemas identificados, procurando aproveitar esta oportunidade para elaborar um programa de intervenção de conservação e

restauro que possa ser replicado neste tipo de património composto essencialmente por estruturas negativas.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio prestado pelo Município de Campo Maior e pela Direcção Regional de Cultura do Alentejo, entidades parceiras do projecto SANVIT liderado pela ERA Arqueologia.

Referências Bibliográficas

BASÍLIO, A.C.; CABAÇO, N. (2019), "An end that perpetuates: a cairn from the end of the 3rd millennium BC at Perdigões", In: A.C. Valera (ed.) Fragmentation and Depositions in Pre and Proto-Historic Portugal, Lisbon, Era Arqueologia, 105-123.

BRONK RAMSEY, C. (2017), Methods for Summarizing Radiocarbon Datasets. Radiocarbon, 59(2): 1809-1833.

DIAS, A.C. (1996), Elementos para o estudo da sequência estratigráfica e artefactual do povoado de Santa Vitória, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Policopiado].

DIAS, A.C. (2001), Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória (Campo Maior). Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve, Estudos/Património, Lisboa, IPPAR, 73-75.

LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F.; CARVALHO, A. (1998), "Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997", Revista Portuguesa de Arqueologia, 1(1): 45-152.

REIMER, P.J. et al., (2013), Intcal13 and marine13 radiocarbon age calibration curves0–50,000 years cal BP, *Radiocarbone*, 55 (4): 1869–1887.

RODRIGUES, F. (2015), O sítio da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora) e a emergência dos recintos de fossos no SW Peninsular nos fiais do 4º milénio A.N.E., Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Algarve. [Policopiado].

SANTOS, F.; SOARES, A. M.; RODRIGUES, Z.; QUEIRÓZ, P.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2009) – A Horta do Albardão 3: um sítio da Pré-história recente, com fosso e fossas, na encosta do Albardão (S. Manços, Évora), Revista Portuguesa de Arqueologia, 12(1): 53-71.

SUÁREZ, J.; MÁRQUEZ ROMERO, J.E.; CARO PÉREZ, J.L.; MATA VIVAR, E.; ALBADALEJO, P.C.; JIMÉNEZ-JÁIMEZ, V.; ALTAMIRANO TORO, E.; MILESI, L.; CRESPO, E. (2015), "Excavaciones arqueológicas en la Puerta 1 del yacimiento de Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Universidad de Málaga, Campaña de 2013", Actas del Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular, 7: 279-298.

VALERA, A.C. (2012a), "Mind the gap": Neolithic and Chalcolithic enclosures of South Portugal", In: A. Gibson (ed.), *Enclosing the Neolithic. Recent studies in Britain and Europe*, BAR International Series, 2420, 165-183.

VALERA, A.C. (2012b), "Fossos sinuosos na Pré-História Recente do Sul de Portugal: ensaio de análise crítica", *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Município de Almodôvar, 25-38.

Valera, A.C. (2013a), "Recintos de fossos da Pré-História Recente em Portugal. Investigação, discursos, salvaguarda e divulgação", *Almadan*, Segunda Série, 18: 93-110.

VALERA, A.C. (2013b), "Cronologia dos recintos de fossos da Pré-História Recente em território português", *Arqueologia em Portugal* 150 anos, Actas do I congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, AAP, 335-343. VALERA, A.C. (2014), Bela Vista 5. Um Recinto do Final do 3° milénio a.n.e. (Mombeja, Beja), Era Monográfica, 2, Lisboa, Era Arqueologia.

Valera, A.C. (2015), "Social change in the late 3rd millennium BC in Portugal: The twilight of enclosures". In: H. Meller/R. Risch/R. Jung/H. W. Arz (eds.), 2200 BC – A climatic breakdown as a cause for the collapse of the old world?. 7th Archaeological Conference of Central Germany, Tagungen des Landesmuseums für Vorgeschichte Halle 13,1–2 (Halle [Saale], 409-425. VALERA, A.C.; BASÍLIO, A.C. (2017), "Approaching bell beakers at Perdigões enclosures (South Portugal): site, local and regional scales", In GONÇALVES, V.S. (ed.), Bells and bowls near the ocean and far away. About beakers in the Iberian Peninsula, Estudos e Memórias, 10, Lisboa, 82-97.

VALERA, A.C.; BECCKER, H. (2011), "Cosmologia e recintos de fossos da Pré-História Recente: resultados da prospecção geofísica em Xancra (Cuba, Beja)", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 7: 23-32.

VALERA, A.C.; FILIPE, I. (2004), "O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo)", *Era Arqueologia*, 6: 28-61.

VALERA, A.C.; PEREIRO, T. do (2018), "Novas abordagens geofísicas a recintos de fossos do interior alentejano: os casos de Santa Vitória (Campo Maior), Coelheira 3 (Beja), Horta do Albardão 3 (Évora) e Borralhos (Serpa)", Comunicação apresentada ao *X Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Zafra.

VALERA, A.C.; SIMÃO, I.; NUNES, T.; PEREIRO, T. do; COSTA, C. (2017), "Neolithic ditched enclosures in Southern Portugal (4th Millennium BC): new data and new perspectives", *Estudos do Quaternário*, 17: 57-76.

O SÍTIO CALCOLÍTICO DE CORTE PIORNINHO 3 (SALVADA E QUINTOS, BEJA): NOTAS SOBRE A SUA OCUPAÇÃO E INTEGRAÇÃO NA PAISAGEM PRÉ-HISTÓRICA

Ana Catarina Basílio¹ Tiago do Pereiro²

Resumo:

O sítio do Corte Piorninho 3, localizado na Herdade do Piorninho, na União de Freguesias da Salvada e Quintos de Baleizão, concelho de Beja, foi afectado no contexto da reconversão agrícola da herdade, para a implantação de amendoal de produção intensiva. Nesta intervenção, diversos materiais arqueológicos foram identificados à superfície, tendo sido feita a sua implantação e recolha segundo uma grelha georreferenciada.

Estes trabalhos permitiram identificar um possível habitat calcolítico, com uma extensão que rondará, segundo os dados disponíveis, o 1ha, implantado numa área densamente ocupada durante esta fase cronológica, onde coexistem habitats, recintos de fossos, "campos de fossas" e contextos funerários. Este sítio foi também integrado na paisagem pré-histórica, contribuindo para a compreensão das diversas estratégias de ocupação do espaço em torno ao Rio Guadiana, não só no seu percurso baixo, como na sua bacia média, sugerindo a existência de visões e significados que podem extravasar as barreiras regionais.

Abstract:

The Chalcolithic site of Corte Piorninho 3 (Salvada and Quintos, Beja): notes about its occupation and integration in the prehistoric landscape

The site of Corte Piorninho 3 located in Herdade do Piorninho, in the União de Freguesias da Salvada e Quintos de Baleizão, Beja's county was affected in the context of the agricultural reconversion for the implantation of an intensive production field of almond trees. In this intervention, several archaeological materials were identified and collected at the surface, being their implantation done according to a georeferenced grid implanted on the surveyed area.

This work allowed the identification of a possible Chalcolithic habitat, with an extension that can reach, according to the available data, 1 hectare, that is based on a densely occupied area during this chronological phase, where habitats, ditched enclosures, "pit fields" and funerary contexts coexist. This site was also integrated into the prehistoric landscape, contributing to the understanding of the various space occupation strategies around the Guadiana River, not only in its low course but also in its middle basin, suggesting the existence of visions and meanings that can overflow the geographical barriers.

1. Contextualização da intervenção

A reconversão agrícola sentida no Alentejo, com a plantação de extensas áreas de amendoais e olivais, origina diversos problemas ambientais e paisagísticos, verificando-se uma descaracterização da paisagem imensurável. No entanto, uma das maiores afectações passa pelo âmbito cultural, sendo conhecidas incontáveis impactos em sítios arqueológicos inventariados que, pela sua invisibilidade arquitectónica e estrutural, bem como pelo processo e trajectória burocrática vigente, não são salvaguardados.

Foi neste contexto que os trabalhos de prospecção arqueológica no sítio do Corte Piorninho 3, foram levados a cabo, dando resposta à condicionante imposta pela Direcção Regional de Cultura do Alentejo, desencadeada pelo projecto de reconversão agrícola da Herdade do Piorninho (União de Freguesias da Salvada e Quintos de Baleizão, Beja).

¹ ICArEHB-U. Algarve. (catarinasbasilio@gmail.com)

² Era Arqueologia. (tiagopereiro@era-arqueologia.pt)

Este, aquando do início dos trabalhos arqueológicos, já se encontrava totalmente executado, tendo consistido na ripagem do terreno a uma profundidade máxima de 50 cm, para o plantio de Amendoal e implantação do respectivo sistema de rega.



Figura 1 – Vista SO para o sítio do Corte Piorninho 3.



Figura 2 – Implantação de Corte Piorninho 3 na Carta Militar 1:25000 fl. nº 522.

Nenhum destes trabalhos foi alvo de acompanhamento arqueológico, resultando numa afectação do sítio arqueológico já inventariado, que se materializava numa expressiva densidade de artefactos, quer classificáveis como inclassificáveis, à superfície.

Neste sentido, considerando o impacto já existente no sítio arqueológico e a esparsa informação disponível, os trabalhos consistiram numa abordagem arqueológica integrada, cujo principal intuito passou por compreender, para além do seu balizamento cronológico, a extensão e possível delimitação das manchas de materiais e, como tal, do próprio sítio arqueológico.

2. Localização e biografia

O sítio arqueológico de Corte Piorninho 3 implanta-se no que hoje se conhece como União de Freguesias da Salvada e

Quintos de Baleizão, no concelho e distrito de Beja. Desenvolve-se no início de uma área de encosta (-7.67033; 37.98034 sistema de referenciação ETRS89) a cerca de 133 metros de altura, contando com uma ampla visibilidade sobre o Rio Guadiana, do qual dista menos de 800 metros.

No que toca à utilização dos solos, considerando a sua localização no grupo dos Gabros de Beja, a área do sítio do Corte Piorninho 3 foi alvo de trabalhos agrícolas, pelo menos desde 1994, tendo sido possível averiguar, através da análise das imagens aéreas, que as estruturas antrópicas (caminhos e ruínas) e os elementos naturais (linhas de água e vegetação circundante) se terão mantido estabilizados pelo menos entre 1995 e 2014. Esta situação altera-se claramente na imagem obtida em 2015, ano do início da reconversão agrícola, na qual os caminhos, linhas de água, vegetação e cultivo são profundamente modificados, dando origem a uma extensa área de amendoal patente na imagem área obtida no decurso do ano de 2018.

É nesta primeira fase de revolvimento dos solos para a implantação das amendoeiras, sem o acompanhamento de um arqueólogo responsável, que o sítio é detectado e afectado, encontrando-se desde o primeiro semestre de 2015 registado na base de dados Endovélico-Portal do Arqueólogo, com o CNS 35755 (segundo http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/, consultado a 18 de fevereiro de 2018, pelas 9h18). Esta identificação tardia, já numa fase de execução do projecto agrícola, justifica a ausência do sítio do Corte Piorninho 3 no Anexo I - Carta Arqueológica do Concelho de Beja, disponibilizado pela Câmara Municipal de Beja, que se encontra datado de Maio de 2013.

3. Métodos e resultados

As metodologias de prospecção arqueológicas aplicadas no sítio de Corte Piorninho 3 respondiam aos condicionalismos impostos pelo terreno, considerando-se à partida a presença de árvores, já bem desenvolvidas, que distavam entre si cerca de 4 metros, com intervalos de linhas de 7 metros. sem a presença de camalhões. Como tal, para dar resposta a estas limitações físicas, foi definida uma área de 1,4 hectares a prospectar, sobre a qual foi implantada uma quadrícula, georreferenciada, baseada nos corredores desenhados pelas árvores (7x30m). Nesta área foram recolhidos os materiais identificáveis à superfície, sendo classificados e contabilizados segundo classes artefactuais pré-definidas, bem como localizados com um ponto central no quadrado no qual foram recuperados. Estas informações permitem, por um lado, perceber a distribuição geral e tipológica dos artefactos, bem como sugerir a possível extensão do sítio arqueológico em análise.

As classes artefactuais definidas basearam-se numa observação inicial do terreno, tendo sido delineados oito grupos de materiais: Cerâmica comum (a torno); Cerâmica de construção (telhas, tijolos, etc.); Cerâmica vidrada; Cerâmica manual (Pré-Histórica); Pesos (cerâmicos); Seixos rolados Qtz; Líticos (indústria de pedra lascada) e Fauna (mamalógica e malacológica).



Figura 3 – Grelha de referenciação geográfica implantada no sítio arqueológico em estudo.

No total foram contabilizados 1291 artefactos que, na sua generalidade, apresentam uma intensa erosão nas suas superfícies e, como tal, uma baixa taxa de classificação. Destes apenas 17% correspondem a materiais de períodos históricos, nomeadamente fragmentos de telha de meia cana e de tijolo burro, bem como 178 elementos cerâmicos classificáveis como panelas, alguidares e cerâmica vidrada. No entanto, a ocupação mais significativa de Corte Piorninho 3 enquadra-se na Pré-História Recente, sendo ilustrada por 776 fragmentos (83%). Destes, 76 correspondem a componentes classificáveis, na sua grande maioria fragmentos de bordos, mamilos, carenas e pegas, sendo também identificáveis elementos de tear, artefactos líticos e vestígios de malacofauna. Os restantes 700 registos são referentes a elementos inclassificáveis, ou cujo potencial informativo e a definição cronológica são menos claros, tais como os seixos quartzíticos.

No caso dos 65 elementos cerâmicos identificáveis (nos quais não se incluíram os pesos de tear), em 37% das situações não foi possível aferir a forma dos recipientes, destacando-se, ainda assim, o domino dos exemplares de pratos calcolíticos (24 registos), na sua variável biespessada, seguidos por oito artefactos enquadráveis nas tipologias das taças e tigelas. Para além dos bordos, também 16 fragmentos de elementos de tear foram recuperados, encontrando-se distribuídos pelas duas tipologias mais recorrentes - "crescente", com três registos e um número máximo de perfurações igual a um, e "placas", onde se inserem os restantes 13 artefactos com uma ou duas perfurações nos fragmentos distais.

A indústria lítica apresenta uma maior expressividade no conjunto total de artefactos recolhidos, encontrando-se caracterizada por 195 registos entre os quais se incluem 103 seixos talhados, restos de talhe e lascas (corticais e não corticais). A estes somam-se ainda um denticulado, um pico em grauvaque e um fragmento de ponta de seta, salientando-se também a diversidade observada nas matérias primas utilizadas, encontrando-se elementos em

sílex, quartzo, jaspe e ainda em quartzito que, por um lado, ilustram a utilização de um recurso próximo ao sítio (seixos de quartzito), como por outro, deixam sugerir contactos e uma inerente mobilidade dos artefactos e possivelmente dos próprios humanos.

Estas ideias encontram ainda sustento na presença de outros elementos que implicam processos de movimentação, mais concretamente um fragmento de *Pecten* sp. (quadrícula A13). Estes vestígios, ou artefactos, têm vindo a ser identificados em sítios com ocupações neolíticas e calcolíticas, surgindo em ambientes funerários, em associação aos demais espólios votivos, e em contextos onde o seu simbolismo, significado e agência não se encontram totalmente claros (Valera, André, 2016/2017).

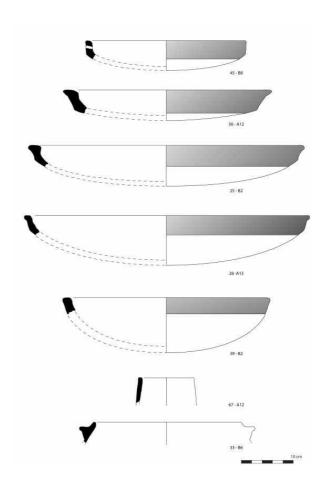


Figura 4 – Cerâmica de tipologia calcolítica recolhida durante os trabalhos de prospecção.

Para além das características dos artefactos, também o seu posicionamento espacial foi analisado em termos de quantidades e concentrações, ensaiando-se uma aproximação à dimensão do sítio de Corte Piorninho 3, que rondará 1ha. Assim foi possível observar uma particular presença de elementos na fiada A, linhas 11 a 14. Nesta área, 303 dos materiais foram recuperados, valor que atinge

os 258 registos, quando se particulariza a análise às materialidades essencialmente calcolíticas. Dentro desta cronologia, as distribuições espaciais segundo as categorias artefactuais (elementos de tear; bordos, mamilos e carenas; pedra lascada) sustentam a tendência identificada na análise geral do posicionamento dos materiais pré-históricos. No entanto, nota-se uma única divergência na espacialidade dos elementos de tear, que contam com uma maior expressão nas quadrículas B3 a B7, ainda que a sua expressividade no total das materialidades seja relativamente reduzida (apenas 16 vestígios).

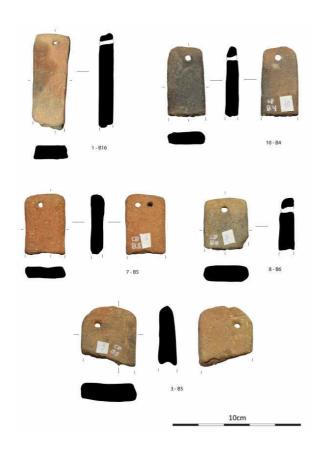


Figura 5 – Exemplo dos elementos de tear recuperados à superfície no Corte Piorninho 3

Em suma, o conjunto de artefactos pré-históricos recuperados nos trabalhos de prospecção no Corte Piorninho 3 permitem caracterizar e balizar a sua ocupação no Calcolítico regional, sendo igualmente possível sugerir a integração deste sítio em dinâmicas sociais, redes de contacto e circulação mais amplas e em vigência neste período. No entanto, esta generalização é meramente indicativa e pode espelhar apenas um dos momentos da biografia deste sítio, sendo essencialmente baseada em artefactos considerados "fósseis-directores". São disso exemplo os pratos de bordo espessado que, tal com os restantes elementos recuperados, se encontram remexidos e muito afectados pela exposição aos elementos atmosféricos.

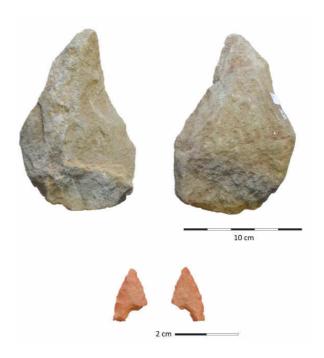


Figura 6 – Pico em grauvaque e fragmento de Ponta de Seta feita em jaspe..

Este panorama, o elevado grau de erosão dos artefactos recuperados à superfície, sugere que o impacto dos trabalhos mecânicos prévios à plantação do amendoal não terá originado muitas alterações no estado de conservação do sítio arqueológico em estudo, uma vez que as surribas realizadas no decurso do ano de 2018 parecem ter revolvido uma camada já afectada. No entanto, não é possível datar o momento da afectação inicial do sítio arqueológico, uma vez que este se desenvolve numa área com um intenso cariz agrícola. Ainda assim, no início da reconversão das culturas, em 2015, este local terá sido também afectado, sem acompanhamento arqueológico, não sendo mensurável qual o impacto deste primeiro momento.

Contudo, as concentrações dos materiais ilustram uma ocupação antrópica com cerca de 1ha, essencialmente centrada no lado NE da pequena elevação onde se implanta o Corte Piorninho 3, focando-se nas fiadas A, B e C. É possível ainda vislumbrar uma concentração dos elementos de tear espacialmente distinta em relação aos restantes artefactos que, ainda que possa sugerir a presença de um "cluster funcional", se baseia em escassos elementos.

4. A paisagem e a ocupação pré-histórica

O sítio do Corte Piorninho 3 não se encontra isolado na paisagem, apresentando-se aparentemente integrado numa rede de incontáveis sítios arqueológicos com evidências de ocupações pré-históricas, cuja natureza das relações ainda carece de esclarecimento. No entanto, estas são essencialmente estabelecidas com recurso a paralelismos artefactuais, reconhecendo-se que as informações, características e cronologias do sítio em estudo, bem como

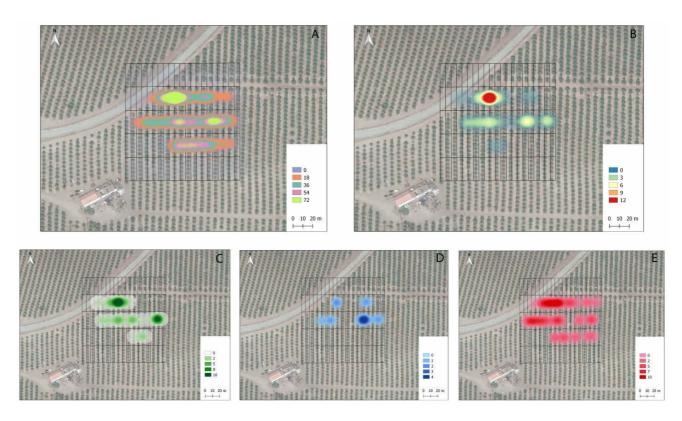


Figura 7 – Mapas de densidade artefactual. A) totalidade dos materiais recolhidos nas prospecções; B) Concentração dos materiais pré-históricos; C) Elementos cerâmicos classificáveis (bordos, carenas e mamilos); D) Elementos de Tear e E) Componente lítica de Corte Piorninho 3 (seixos e artefactos de pedra lascada).

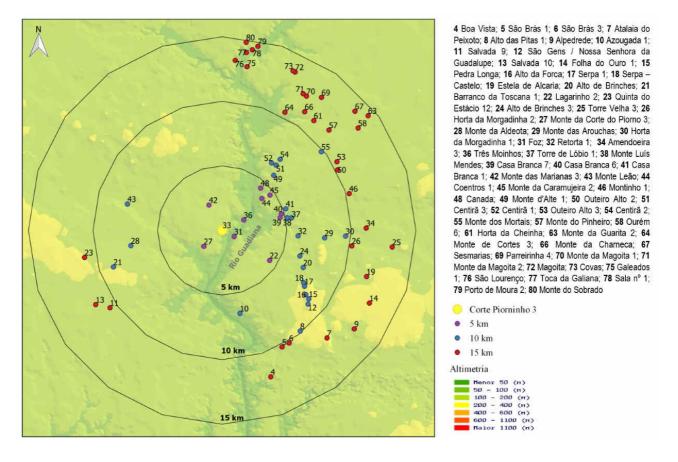


Figura 8 – Implantação de Corte Piorninho 3 na paisagem pré-histórica.

de muitos dos sítios regionais, são parcas e pouco sólidas, baseando-se em achados isolados ou pequenas intervenções arqueológicas no âmbito de diversos empreendimentos. Esta situação dificulta as interpretações em torno do povoamento regional e dos próprios sítios arqueológicos em si, verificando-se ainda algumas excepções, numa paisagem intensamente ocupada.

No entorno imediato ao Corte Piorninho 3, num raio máximo de 15 km (concelhos de Beja, Serpa e Vidigueira), encontram-se 68 sítios arqueológicos com materialidades compatíveis com cronologias calcolíticas, segundo os dados disponíveis no Portal do Arqueólogo, atingindo-se cerca de 4.5 vestígios de ocupações antrópicas por guilometro. Esta densidade, materializa também uma diversidade a nível contextual, uma vez que cinco destes locais correspondem a realidades possivelmente funerárias. 20 a sítios abertos ou habitats, 21 achados isolados/sítios indeterminados, dois vestígios de arte rupestre e ainda 17 áreas de fossas e três recintos de fossos, estes últimos na zona onde se verifica a maior concentração deste tipo de contextos (Valera et al. 2013: Valera, 2013). Destacam-se neste conjunto, a nível de informação disponível, o habitat de Três Moinhos (Soares, 1992), o Tholos de Centirã 2 (Henriques, et al. 2014) e ainda os recintos da Salvada e Outeiro Alto 2 (Valera et al., 2013; Valera, Pereiro, 2015).

No sítio dos Três Moinhos, cuja identificação remonta à década de setenta do século XX, foi detectada uma ocupação coetânea (Calcolítica), aparentemente fortificada, que se desenvolve no topo de uma elevação sobranceira ao Rio Guadiana (Soares, 1992). Neste local, abunda um vasto espólio, onde se incluem não só elementos metálicos (Bottaini, et al. 2018), como também cerâmicas com decoração Campaniforme, notando-se a escassez, nos Três Moinhos e no Corte Piorninho, de fragmentos de taças carenadas e de elementos caracterizadores de ocupações tanto mais antigas, como cronologicamente mais recentes (Soares, 1992). No entanto, em alguns dos sítios regionais, o balizamento cronológico estende-se, aparentemente, para além do Calcolítico, sendo disso exemplo os sítios de São Brás 3, da Azougada 1 e do próprio tholos de Centirã 2, onde para além da ocupação calcolítica, se detectou uma revisitação datada da Idade do Bronze (Henriques, et al. 2014). Também os três recintos de fossos existentes na área envolvente a Corte Piorninho (a uma distância máxima de 15 km), tais como Outeiro Alto e Salvada, e os sítios (ou campos) de fossas, onde se incluem Torre Velha 3 e Horta da Morgadinha 1, permitem falar de espaços, tempos e de uma paisagem estruturada, pensada e racionalizada, onde as dinâmicas, as práticas sociais e os significados seriam necessariamente múltiplos e complexos (Valera et al., 2013; Valera, Pereiro, 2015; Alves, et al. 2014), implicando relações entre os diversos contextos e identidades que pontilham a região.

Este relacionamento entre os sítios arqueológicos e a estruturação da paisagem antrópica materializa-se de forma muito clara num tipo específico de implantação: ocupações de pequenas elevações proeminentes na paisagem, simultaneamente próximas ao Rio Guadiana ou aos seus

afluentes principais, com uma extensão variável inferior a 10ha. É o caso não só do Corte Piorninho 3 e dos Três Moinhos, como também da já mencionada Azougada 1 e ainda do sítio da Casa Branca e da Foz, estes últimos na margem esquerda do Guadiana (Diniz, 1999; Rodrigues, Martins, 2005). Este comportamento e escolha deixa sugerir a existência de características e estratégias de povoamento mais amplas e partilhadas, que organizam a paisagem, identificando-se não só no Baixo Guadiana (área em estudo), como também na sua bacia média, na região de Reguengos de Monsaraz e Mourão, onde sítios como Porto das Carretas (Soares, 2013) ou Moinho de Valadares (Valera, 2013) apresentam implantações equivalentes. No entanto, esta última região encontra-se melhor caracterizada a nível de práticas, sítios, ritmos e temporalidades, podendo ser inclusivamente identificadas estratégias de abandono e reestruturação (Valera, 2003; 2008), contrastando com a área do Corte Piorninho, cujas redes de relações, entre os diversos sítios, ainda se encontram por definir. Ainda assim, o claro flanqueamento do percurso do rio, em ambas as margens, detectado pelo menos até à sua bacia média, pode aglutinar em si diversos significados e funcionalidades que se podem relacionar com um imediato determinismo "económico" e "defensivo" dos recursos aquíferos, como também com estratagemas de controlo e gestão das vias de contacto com redes externas à região, nas quais a presença de elementos exógenos, quer materiais, quer antrópicos, teria um papel determinante (Valera et al. 2015).

5. Apontamentos finais

Em suma, os trabalhos levados a cabo na Herdade do Piorninho permitiram reforçar e clarificar algumas das dinâmicas presentes no sítio do Corte Piorninho 3 que, mesmo que careça de investigações que esclareçam a sua biografia e ritmos cronológicos, se parece integrar numa ocupação de tipo habitat inserida no Calcolítico do SW Peninsular. No entanto, este sítio arqueológico não se encontra isolado na paisagem, implantando-se numa região riquíssima a nível arqueológico, com uma grande densidade e diversidade de ocupações do espaço, onde se incluem estruturas funerárias, "campos de fossas" e ainda os complexos e múltiplos recintos de fossos.

Esta variedade ilustra e materializa a existência de estratégias de ocupação do espaço no decorrer do Calcolítico Peninsular, sendo notória a concentração de sítios caracterizados como habitats ou povoados em torno do Rio Guadiana. Ao longo do seu curso, as elevações sobranceiras parecem ter sido amplamente ocupadas, não só no seu percurso baixo, onde se desenvolve o Corte Piorninho 3, como também na bacia média, originando redes de povoamento que extravasam a escala regional e as diferenças geográficas, podendo partilhar funcionalidades e significados, sem deixar de reflectir, contar e conter especificidades e intencionalidades relacionadas com os sistemas e identidades de escala local.

Esta intervenção permitiu, contudo, compreender que o estado de conservação do sítio não terá sofrido grandes alterações com a surriba de que foi alvo em 2018, tendo

apenas sido remexida uma camada aparentemente já afectada, com materiais extremamente erodidos, pelos trabalhos agrícolas previamente desenvolvidos, quer referentes ao ano de 2015 (início da reconversão), quer prévios. Ainda assim, e considerando o ritmo de transformação patente nas paisagens alentejanas, o caso do Corte Piorninho 3 ilustra uma possível excepção à regra, não tendo os seus contextos sido totalmente afectados, como ocorre em incontáveis sítios arqueológicos, não só préhistóricos, muitos deles já inventariados.



Figura 9 – Evolução das imagens de satélite na área do sítio arqueológico em estudo, com a alteração da cultura agrícola, iniciada em 2015, na imagem de 2018.

No caso do sítio em estudo, com recurso a ferramentas SIG, foi possível sugerir uma delimitação para a sua extensão, dados que poderiam ter sido consideradas aquando da delineação da plantação do amendoal. No entanto, e ainda que este sítio não pareça ter sofrido muito com a surriba realizada, os trabalhos arqueológicos foram apenas executados numa fase posterior à implantação do projecto agrícola, o que ilustra que o processo burocrático está incompleto, devendo ser incluídas as instâncias culturais, tanto a nível nacional, como a Direcção Geral do Património Cultural, como também as locais, os municípios. Desta forma, e com o intuito de minimizar, senão mesmo mitigar estas afectações, diversas metodologias, relações e estratégias complementares de salvaguarda do património podem ser aplicadas, fomentando relações frutíferas entre os proprietários e empreendedores, os próprios agentes do Património (onde se incluem os arqueólogos) e o próprio Património em si.

Referências Bibliográficas

M.; SOARES, A.M.; MORENO-GARCÍA, M. (2014), "Caracterização preliminar da ocupação pré-histórica da Torre Velha 3 (Barragem da Laje - Serpa)", *IV Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O plano de rega (2002-2010)*, Évora: EDIA, 103-111.

BOTTAINI, C.; BRUNETTI, A.; MONTER, I.; VALERA, A.C.; CANDEIAS, A.; MIRÃO, J. (2018), "Use of Monte Carlo simulation as a tool for the nondestructive energy dispersive X-ray fluorescence (ED-XRF) spectroscopy analysis of archaeological copper-based artifacts from the Chalcolithic site of Perdigões, Southern Portugal", *Applied spectroscopy*, 72, 17-27.

DINIZ, M. (1999), "Povoado neolítico da Foz do Enxoé (Serpa): primeiros resultados", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2, 1, 95-

ALVES, C.; ESTRELA, S.; COSTEIRA, C.; PORFÍRIO, E.; SERRA.

HENRIQUES, F.; SOARES, A.M.; ANTÓNIO, T.; CURATE, F.; VALÉRIO, P.; ROSA, S. (2014), "O Tholos Centirã 2 (Brinches, Serpa) – Construtores e utilizadores; práticas funerárias e cronologias", VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, 310, 355

RODRIGUES, A.F.; MARTINS, A. (2005), "O povoado neocalcolítico de Casa Branca 7 (Serpa): Resultados preliminares", *Actas do III Congresso do Neolítico na Península Ibérica*, 957-964. SOARES, A.M. (1992), "O povoado Calcolítico dos Três Moinhos (Baleizão, conc. de Beja). Notícia preliminar", *Setúbal Arqueológica*, IX-X. 291-314.

SOARES, J. (2013), "Transformações sociais durante o III milénio AC no Sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas", *Memórias d'Odiana*, 5, Lisboa: EDIA, DRCAL e MAEDS. VALERA, A.C. (2003), "Mobilidade estratégica e prolongamento simbólico: problemáticas do abandono no povoamento calcolítico do Ocidente Peninsular", *ERA Arqueologia*, 5, Lisboa: ERA Arqueologia/Colibri.

VALERA, A.C. (2008), "Mapeando o Cosmos: uma abordagem cognitiva aos recintos da Pré-história recente", *Era Arqueologia*, 8, Lisboa: Era/Colibri, 112-127.

VALERA, A.C. (2013), "As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana. 2ª metade do IV aos inícios do II milénio A.C.", *Memórias d'Odiana*, 6, Lisboa: EDIA, DRCAL.

VALERA, A.C. (2013), "Recintos de fossos da Pré-História Recente em Portugal. Investigação, discursos, salvaguarda e divulgação.", Almadan, II série, 18, 93-110.

VALERA, A.C., ANDRÉ, L. (2016/2017), "Aspectos da Interacção Transregional da Pré-História Recente do Sudoeste Peninsular: interrogando as Conchas e Moluscos nos Perdigões", *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 23, 189-218.

VALERA, A.C., SCHUHMACHER, T.X., BANERJEE, A. (2015), "Ivory in the Chalcolithic enclosure of Perdigões (South Portugal): the social role of an exotic raw material", *World Archaeology*, 47, 390–413.

VALERA, A.C.; FILIPE, V.; CABAÇO, N. (2013), "O recinto de fossos de Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa).", Apontamentos de Arqueologia e Património, 9, 21-35.

VALERA, A.C.; PEREIRO, T.do (2015), "Os recintos de fossos da Salvada e Monte das Cabeceiras 2", VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, 315-327.

LOOM WEIGHTS FROM CHALCOLITHIC AND EARLY BRONZE AGE PERDIGÕES (ALENTEJO, PORTUGAL)¹

Sarah Dalton² Ethan Selby²

Resumo:

Pesos de tear calcolíticos e do início da lade do Bronze dos Perdigões (Alentejo, Portugal)

Este artigo foca-se na colecção de pesos de tear provenientes dos Perdigões, recolhidos entre 1997 e 2018. Todos os pesos incluídos na colecção estudada datam ou do Calcolítico ou do início da Idade do Branze (3º milénio a.C.). Um primeiro foco será na classificação tipológica dos pesos e posteriormente uma análise da sua distribuição no sítio arqueológico.

Abstract:

This article focuses on the collection of loom weights excavated from Perdigões, from 1997 to 2018. All the loom weights included in this date to either the Chalcolithic or Early Bronze age (3rd millennium BC). Primary focus shall be on the typology and design of these weights, as well as their distribution and location around the site.

1. Introduction

The site of Perdigões, located in the Alentejo region of southern Portugal, is comprised of a series of ditched enclosures, combining to provide evidence of an occupation that lasted until the end of the third millennium BC. Since its emergence in the late Middle Neolithic, around 3500-3400BC, the site saw varying stages of construction resulting in a diverse range of overlapping negative structures and contexts. (Valera, et al. 2014).

Specifically, this study will focus upon the loom weights and their distribution in the contexts that have been excavated related the Chalcolithic and Early Bronze age periods of the site's long-term activity. Loom weights are found in contexts relating to all periods of the site's occupation, but the far greater majority tend to be from the Chalcolithic period. At Perdigões, the Chalcolithic extends roughly between 2900-2200BC, whilst the Early Bronze Age is dated between 2200-2000BC. Variations in the destribution of loom weights can be used to expand information on textiles and manufacturing changes and on the depositions using these materials.

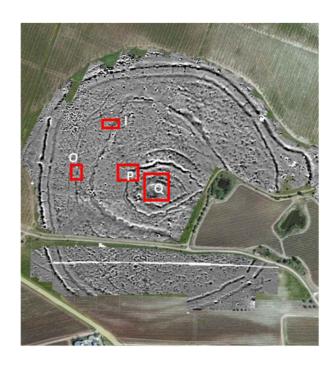


Figure 1 – Location of analysed sectors over Geophysics map of Perdigões.

¹ Work done in the context of an internship at ERA Arqueologia S.A., between June 2018 and January 2019.

² Students of Archaeology at the Bradford University.

Perdigões occupies over 16 hectares (Lago, *et al.*, 1998: 46) but most of the site remains unexcavated. The materials included in the following study originate from four sectors of the site of Perdigões. This meant the larger area was narrowed down to the sectors I, O, P and Q (Figure 1).

The sectors in question differ notably from each other in both size and composition. Sector P is comprised of two ditches whilst sectors I and O contain a combination of several pits and one or two ditches. Each of these sectors are focused around the interior ditches that form the internal enclosures. Every structure within these sectors is comprised solely of negative structures. Sector Q differs dramatically from the others included within this study due to the inclusion of a number of structures ranging from Chalcolithic huts to cremation deposits. It must also be noted that sector Q covers a much larger area than I, O and P, (Figure 1) and during the third millennium is not focussed around any major ditch, though a number of negative structures can be found within the sectors limits. These differences between sectors must be taken into account in the analysis of the results.

2. Methods for typological classification

Classification and the creation of a typology for the loom weight assemblage followed the criteria of previous studies in the site (Basílio, 2018). Firstly, each weight was recorded as a plaque or crescent. The next process of classification was to separate the weights further, each individual categorised into fragmented sample or an end piece and recording the number of perforations. The type and section shape of the loom weight was categorised, with plaques being recorded as either rectangular, square or oval and their cross-sectional shape segregated between rectangular and sub-rectangular. Meanwhile, any loom weight classed as a crescent shape was categorised as either a rounded or flattened type with a cross-sectional shape of oval, flattened or circular. Both the edges and corners of the weights were categorised as either angled or rounded, however some of the incomplete individuals were listed as having undetermined corners, commonly due to them being a 'middle' piece with both ends missing. Similarly, some samples were fragmented to the point of having both the edges and the corners indeterminable.

Measurements of all the weights were taken, the thickness (T) and the width (W), once recorded, were inputted to the formula T/W*100 to determine the ratio and create a potential for a standardised pattern. The length and weight of an individual were only collected from complete loom weights.

The material and clay consistency was analysed, whether the internal material of the weight had a medium consistency, or if it was compact with small plastic elements, or finally if the structure was more friable with rough plastic elements that tended to be unbundled.

Similar to this was the study of the individual's clay texture. This was categorised as either homogenous with small well distributed plastic elements, linear organisation of elements, granular and lastly, if it is sandy with non-homogenous distribution and a high proportion of plastic elements. The

internal plastic elements and inclusions were then recorded, the most common being Feldspar, Mica and Quartz. The properties of the average plastic elements were recorded, which included the size, <1mm, <3mm, <5mm or >5mm. As well as this the proportion of plastic elements were estimated, weak (<15%), medium (<30%) and strong (>30%).

The weights were also classified in terms of their firing and appearance. The colour of the surface and the interior was recorded as either oxidant and red or reduced and black. If the surface differed from the interior this was also noted.

The external condition was either good, signs of erosion or intense erosion which was normally judged by the visibility and texture of plastic elements through the surface. Treatments such as polishing or the use of a slip layer was also recorded. Finally, any individuals with decoration on the surface were separated and described.

3. Typological characterization

Taken, the assembladge of loom weights was classified in 14 types, the first 6 corresponding to plaques, 7 to crescents and 1 parallelepipedic (Figure 2).

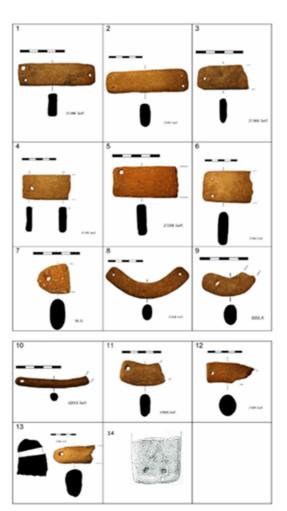


Figure 2 – Typologies and styles of weights included within the Perdigões collection, based on major attributes: Shape of weight (Plaque or Crescent); Perforations (Number and position); Shape of the end; Cross-sectional shape.

- 1 The only rectangular plaque loom weight to have three perforations.
- 2 This plaque loom weight has four perforations, and the corners are notably rounded
- 3 Broken plaque loom weight with only a single perforation at the surviving end. Edges are uneven but rounded
- 4 Broken plaque loom weight with again only a single perforation. Unlike 'picture 3' the angles at the surviving end are very 'sharp' and square
- 5 Plaque loom weight that's perforation is off centre, very close to the corner of the individual. Only one other weight has this attribute and they both have similar sub rectangular cross sections and rounded corners.
- 6 Broken Plaque weight including two perforations. Square and angled end but the cross section structure is more similar to that of an oval loo weight.
- 7 Broken Crescent loom weight that has an extremely rounded end but shows heavy sign of deterioration or erosion.
- 8 Complete Crescent loom weight including two perforations, one at either end. Whilst the angled corners and profile view of the weight appear very rectangular the cross section is oval.
- 9 Broken Crescent loom weight fragment with rounded end and a single perforation. The direction of the break suggests the piece was unusually curved or hooked.
- 10 Very thin broken crescent weight with a rounded cross section. Thinnest collected piece not too heavily fragmented for assessment.
- 11 Broken crescent loom weight with a misaligned perforation (Similar in placement to that of Picture 5). Flattened cross section indicated by visible angles in the individuals curvature.
- 12 Broken crescent weight with an unusually flat end compared to a rounded oval cross section.
- 13 Broken crescent loom weight with unusual placement of the perforation. Unlike every other sample collected the perforation, rather than passing through the piece at the thinnest face/direction, this individual's perforation was through the wider side of crescent. Such a placement of the perforation was unique in the Perdigões collection.
- 14 Bronken parallelepipedic weight, of rectangular shape, with two perforation in the top and with an anthropomorphic decoration.

The majority of the assemblage was highly fragmented, leading to difficulty in ascertaining whether fragments was theorised to the same weight. Therefore, the information collected on the thickness and width could potentially be used to counter this issue. The intention was to find groupings and patterns between weights with similar proportions, as well as to discount unsuitable possibilities when attempting to match fragments from a single individual weight. However, the data failed to reveal any distinct

patterns or groupings in the proportions of either plaques or crescents.

Once all clearly affiliated pieces had been combined, and in some cases remounted, the next task became the narrowing of the assemblage size. 5261 individuals made up the initial count after the data had been collected, incorporating all sectors and surface contexts. This does not reflect an accurate estimate for the minimum number of loom weights included in the sample with the data from central fragments being highly inconclusive. Such pieces can be from the same complete weight or be unrelated to perforated samples found in similar contexts. All 'middle' pieces were discounted from further analysis, along with all samples collected from surface contexts. The reason for the elimination of all surface context weights was due to ploughing of the area. During the initial ploughing of Perdigões loom weights and other materials were brought to the surface, and were later collected in early field walking and preliminary examination of the site. Whilst such pieces had their locations recorded it is impossible to state whether the individuals discovered location has any similarity to its original deposition. In a number of cases deeper ploughing reached geological material and significant contexts, cutting through such structures. Once all weights of these categories were removed the remaining assemblage numbered 2193 individuals.

The basic division of the assemblage into crescent weights and plaque weights, including all individuals, regardless of quality or location revealed that 73% were crescents whilst the remaining 27% were plaques. This compares directly to the similar study undergone for the Neolithic loom weights in which 89% were found to be crescents whilst only 11% were classified as plaques. The far simpler size of this study must be mentioned as the total count of the entire Neolithic study reached only thirty-three (Valera, 2018).

3. Distribution by sector and within sectors

34% of all individuals studied originated in contexts within sector Q, and this number increases to 69% once both the surface finds and internal segments were removed. This is possibly due to previously mentioned scale difference between sector Q and the other sectors. However, it can be theorised that the cause of this higher concentration may be due to the analysed sector having shown the most evidence for a higher density of occupation.

Table 1 – Distribution of Plaque and Crescent by Sector.

Sector	Total	Crescent (%)	Plaque (%)
0	48	87	13
I	163	58	42
Р	79	80	20
Q	655	73	27

Subdividing each sector into the various negative structures and features revealed a higher number of variations and possible patterns than the earlier, simpler, breakdown. The structures of sector I and P, which consist solely of ditches reveal potential similarities. The percentage of loom weights

identified as crescents within ditches 3, 4 and 7 were found to be 73%, 85% and 79% respectively.

The structures within sector O, whilst comprising both ditches and pits, were found to consistently remain akin to the data showing the same low number of plaques compared to crescents (Figure 3).

Sector Q differs from the other analysed areas of the site, due to the aforementioned significantly larger assemblage excavated within this sector. Due to this, and a larger number of structures and associated contexts, every context was grouped into 5 separate categories for analysis. These groups can be seen in the graph displaying the data for the sector (Figure 3).

Low plaque counts match with the majority of previous structures, the notable exception being the contexts found within the limits of the two hut structures. The larger plaque count compared to the number of excavated crescents, with only 32% of the individuals classified as crescents, differs from the majority of previous finds.

Both the contexts relating to the early bronze age and those found in and around pit 40 contained larger counts of weights than any previous structure but this may be accounted for in the large number of contexts included in these groupings or the greater area covered within each sample. The early Bronze Age grouping having a plaque comparison of 27% and pit 40's similar count of 33% undoubtedly contributes heavily to the overall count of both the sector and the site.

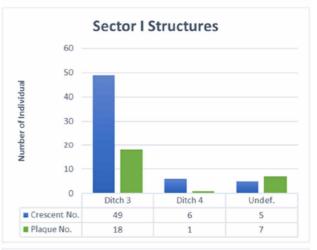
Further analysis was carried out upon the plaques included in the collection from throughout Perdigões. The focus of this study was based upon the number of perforations found on all individuals, carrying out comparisons and examining relationships between sectors and structures, similar to the earlier analysis between plaques and crescents. Crescents were excluded from this study due to the absence of any variation between the number of perforations identified. All complete specimens were discounted from the study, regardless of type or perforation number, to ensure a standardised assemblage.

Early analysis showed sectors I, P and O to offer limited plaque counts, as evidenced in earlier studies. The larger assemblage from Sector Q however, offered the potential for a detailed examination.

The contexts relating to the early bronze age differs from its neighbours, whilst the three most numerous plaque groupings display a tendency towards single perforations at either extremity, the bronze age contexts offer a significantly more drastic variance. Only 12% of the individuals excavated within these structures had two perforations, a significantly smaller count than the other structures within sector Q (Figure 4).

Mentioned previously, both contexts relating to Huts or those found in and around pit 40 revealed a similar relationship between perforation counts, with single perforation weights appearing more frequently than those with two. These examples both lack the more dramatic difference displayed in the Early Bronze Age contexts.





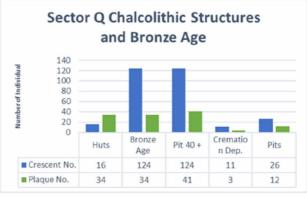


Figure 3 – Destribution by structures and chronology within sectors.

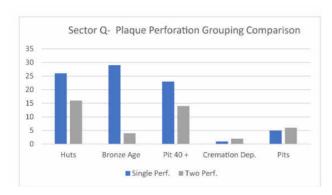


Figure 4 – Distribution of plaques with different number of perfurations by context in Sector Q.

Possibly, this difference observed in Early Bronze Age weights corresponds to some changes in terms of manufacturing.

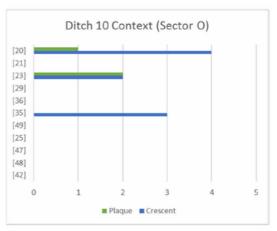
The next stage of research was studies focused upon the distribution of loom weights, regarding their deposition within a single structure. Four structures were selected for analysis, ditches 3 and 4 from sector I, ditch 10 from sector O, and finally ditch 7 from sector P. All the selected structures were analysed through the sequence of filling, from bottom to top, using the recorded Harris matrices for refined analysis.

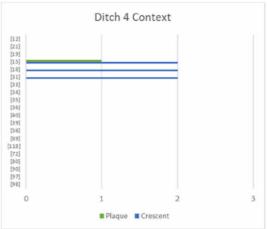
Ditch 3

The primary observations evident in ditch 3 are the concentration of weights found in the surface contexts and the near complete lack of individuals found in lower levels. During excavation two completely different processes of filling were detected (Valera, 2008). The distribution of the loom weights confirms those observations and show that they were not part of the selected materials that integrated the horizontal and intentional depositions of the bottom half of the dich (Figure 5).

Ditch 4

The section excavated in Ditch 4 is just a few meters from the one excavated in Ditch 3. Whilst the small sample size of the ditches included in this study, the weights from Ditch 4 show a similar distribution pattern and were closely grouped in three adjoining layers in the top of the stratigraphic sequence and showed a total absence elsewhere in the ditch.





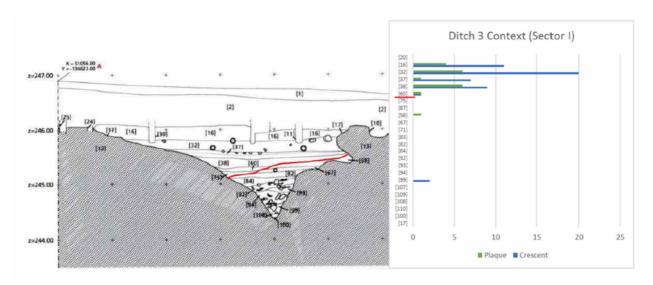


Figure 5 – Destribution of loom weights inside Ditch 10, Ditch 4 and section of the strtigraphy inside Ditch 3 (after Valera, 2008) and distribution of loom weights along that stratigraphy. The red lines mark the detected change in the filling stratigraphy.

Ditch 10

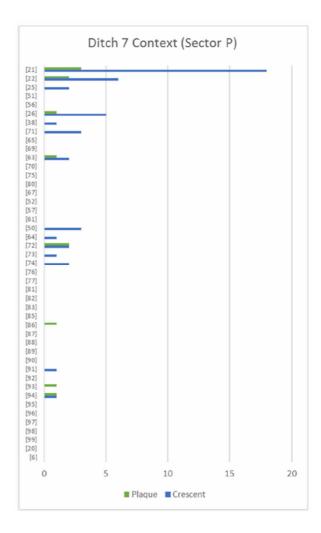
The samples from this ditch are, once again, limited but show similar patterns to the previously mentioned examples. The initial infilling of the structure is comprised by the layers below [35], which represents a recutting and the first stage of the ditch second period of depositions. All weights, regardless of typology, were found within this second stage.

Ditch 7

Differing significantly from the previous examples, ditch 7 offered varying loom weight numbers that persisted throughout the structure (Figure 6). The crescent count falls as the depth increases. Potentially this accounts for the decrease in the number of crescents found, due to shrinking and more restricted contexts. Changes in the shape of the ditch do not account for any consistency evident in plaque numbers, regardless of the location of their context.

From this distribution analysis some main points can be underlined:

- the comparisons between crescents and plaques found within the different sectors show now significant differences, regardless of the assemblages and areas sizes.
- Combining data from each of the numerous ditches, regardless of original sector, shows a clear pattern within the significant preponderance of crescent weights over plaques. This relationship appears consistent, regardless of the varying sample sizes displayed.
- The only contexts within the studied sectors to contain a higher number of plaques than crescents remained those associated with the hut structures in sector Q. With 68% of the 50 excavated individuals classified as plaques it is highly unlikely that the contexts are simply discounted as anomalous.
- Detailed analysis of ditches and the contexts within offer different possibilities for evidencing changes in depositions of loom weights over time. Whilst ditches 3, 4 and 10 evidence a clear change between the early filling phases with almost no loom weights and later filling where these materials became part of the depositions, the same cannot be said of ditch 7. Explanation of this seemingly varying tradition can be found in the theory that the interior of ditch 7 only began to experience refilling of material at similar time that the other structures were undergoing their final stages of deposition, an hypothesis that find some support in the existing absolute chronology for these structures, for the lower contexts inside ditches 3 and 10 seem to be older that the initial filling of Ditch 7.



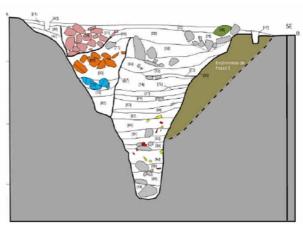


Figure 6 – Distribution of plaques within Ditch 7 and section of the stratigraphyc sequence (after Valera, 2015).

 The clear the decline in use of plaques including two perforations is note in the Early Bronze Age in Sector Q. The lack of two perforations indicates a change, either in the techniques in use or simply the preferred style of loom weights. Due to the sector Q Bronze Age structures also containing a high percentage of crescent weights in relation to that of plaques; the small number of plaques containing these double perforations becomes an incredibly small part of the assemblage. Meanwhile the previous contexts in and around the hut structures in the same Sector, despite the unusually high number of plaques recorded earlier, provide a collection of plaques including both single and double perforations. Whilst single perforations are the more common in the structure, the numbers are comparable enough to indicate that neither design was favoured.

4. A brief regional contextualization

For the inner Alentejo region there are already some available data regarding loom weights from the 3rd millennium BC, cases such Porto Torrão (Valera, Filipe, 2004), Castelo de Pavia (Teles, Rocha, 2017), Alto de Brinches (Costeira, 2013) or the several contexts excavated in the left bank of the Guadiana river in the Alqueva rescue program (Gomes, 2013). However, only for the walled enclosure of S. Pedro a collection comparable to Perdigões in terms of size was studied (Costeira, 2017).

At S. Pedro, 3526 weights were analysed, 63% of which were categorised as crescents and 35% as plaques (Costeira, 2012). This relationship offers parallels with the results taken from Perdigões, with the previously mentioned overall crescent ratio recorded as 73%. The predominance of crescents, but also with a good representation of plaques, was also detected in an assemblage from Porto Torrão (Valera, Filipe, 2004) and in the sites of the Mourão area (Gomes, 2013). The opposite picture, though, is provided by Castelo de Pavia, where the plaques are clearly predominant (Teles, Rocha, 2017).

In the S. Pedro study there was also a focus in the perforations of the plaques. 48% of the individuals found had 2 perforations, whilst 52% had just a single perforation, comparing with the plaques of Perdigões for the Chalcolithic phase. The assemblage from this site was also found to contain 2 fragments including three perforations at each extremity. (Fig. 9) Such a piece appears highly unusual, with none appearing within the Chalcolithic finds from Perdigões.

Similarly, infrequent was the number of complete individuals found to have variations between the perforation count at either end of the weight. Both the Perdigões and Sao Pedro collections included just a single case of this type.

One the other hand, whilst the data on measurements of the collection of Perdigões failed to provide any clear pattern or grouping of proportions, the ranges and averages offer the possibility of comparison. The range in data from plaques, either from thickness varying between 0.44cm and 3.6cm, or from width varying between 1.16cm and 6.74cm, match with finds from Sao Pedro's collection (Costeira, 2012: 30). In fact, in general terms, being the two largest collections of loom weights studied so far in Alentejo, the Perdigões and S. Pedro assemblages present grate affinities, indicating a same technological ambience.

5. The reraty of decoration

Crontrary to what happens in the loom weight plaques of Portuguese Estremadura, the decorations of loom weights in alentejo is extremely rare. This idea is given by the largest stuied collection of Perdigões and S. Pedro, where amonst the thousands of exemplars only 4 and 5 were respectively documented.

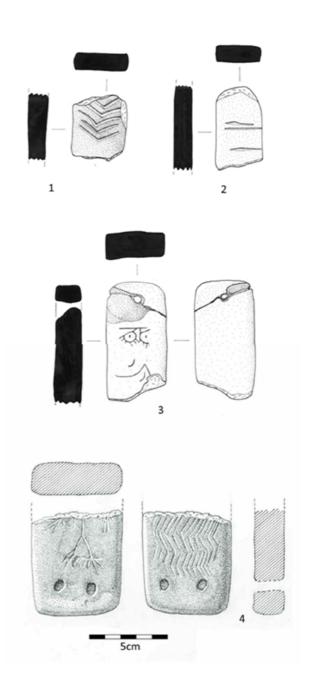


Figure 7 – Decorated loom weights from Perdigões enclosure. 1. To 3. after Lago *et al.*, 1997; 4. After Milesi *et al.*, 2013.

The four decorated plaques at Perdigões came all from the surface or superficial layers, and present the fowllowing decorations (Figure 7):

- 1. Corresponds to a middle part of a plaque decorated with incised lines forming a spine;
- 2. Corresponds to another middle part of a plaque decorated with incised parallel lines;
- 3. Half of a plaque with symbolic decoration: eyes, eyebrow and possible representation of the facial tattoo;
- 4. Half of a parallelepipedic weight, with part of an anthropomorphic representation in one side (hands, part of the torso, legs and feet) and the zigzag hair in the other.

6. Final remarks

In conclusion, Perdigões can be split into two clear periods when considering loom weights use: the Neolithic (not considered in this paper) that presents a reduced use of this type of materials (Valera, 2018) and the Chalcolithic and Early Bronze Age, where these artefacts became more common, suggesting a significant increase of fabrics manufacturing activity.

The broader data analysed remains highly inconclusive in terms of spatial distribution of loom weights as a whole or of their main categories (plaques and crescents). The sectors are showing some variation but not enough points of reference for a site the size of Perdigões. Any pattern in the distribution of weights throughout the site as a whole would require data from more sectors.

However, two tendencies were detected. First, the differences between the Chalcolithic data and the limited contexts relating to the early Bronze Age support the argument for established some changes in loom weight style regarding the number of holes in plaques. Secondly, in the earlier contexts of depositions inside ditches during the Chalcolithic loom weights seem to be rare, while becoming more frequent in the later phases of infilling, suggesting either an increase in the manufacturing activity in the second half of the 3rd millennium BC and/or a change in the selection of objects that were incorporated in the ditch fillings.

Bibliographic References

BASÍLIO, A.C. (2018), Dinâmicas ocupacionais na 2ª metade do 3º milénio a.C. nos Perdigões: continuidades e descontinuidades, Tese de mestrado apresentada à Universidade do Algarve, Policopiado.

COSTEIRA, C, (2012), Placas e Crescentes. Análise de um Conjunto de Componentes de Tear do Sítio arqueológico de S. Pedro (Redondo) 3° milenio a.n.e., Arqueologia & História, 64-65, p.23-37.

COSTEIRA. C, (2013), Os componentes de tear do sitio arqueologico do Alto de Brinches 3 (Serpa, Baixo Alentejo), VI Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular, p.596-624. GOMES, S. (2013), "Tecelagem e pesca: os pesos", In: A.C. Valera (Coord.), As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana. 2ª metade do IV aos inícios do II milénio AC, Memórias d'Odiana, 6, 2ª Série, EDIA/DRCALEN, p. 211-228. LAGO. M, DUARTE. C, VALERA. A, ALBERGARIA. J, ALMEIDA. F, CARVALHO. A. F, (1997), Povoado Pré-Histórico dos Perdigões

(Reguengos de Monsaraz). Relatório final dos trabalhos de salvamento arqueológico. Policopiado.

MILESI, L.; CARO, J. L.; FERNANDÉZ, J. (2013), "Hallazgos singulares en el contexto de la Puerta 1 del complexo arqueológico de Perdigões, Portugal", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 9, p. 55-59.

TELES, L.; ROCHA, L. (2017), Os Componentes de Tear no Castelo de Pavia, Arqueologia Em Portugal, Associacao Dos Arqueologos Portugueses, p.661-669.

VALERA, A.C., (2008), Recinto Calcolitico dos Perdigões: Fossos e Fossas do Sector I, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, p.19-28.

VALERA, A.C. (2015), Projecto "Temporalidades, arquitecturas e práticas ritualizadas nos Perdigões (Reguengos de Monsaraz) – TEMPERD_2.". Relatório de Progresso: campanha de 2015. Policopiado.

VALERA, A.C, (2018), Os Perdigoes Neolíticos Génese e Desenvolvimento (de meado do 4º aos inícios do 3º milénio A.C.), Perdigões Monográfica, I, Lisboa.

VALERA, A.C.; FILIPE, I. (2004), "O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular", *Era Arqueologia*, 6, Lisboa, ERA Arqueologia/Colibri, p.28-61. VALERA, A.C.; SILVA, A.M.; MÁRQUEZ ROMERO, J.E. (2014), "The temporality of Perdigões enclosures: absolute chronology of the structures and social practices", *SPAL*, 23, p.11-26.

A TRANSIÇÃO BRONZE FINAL – IDADE DO FERRO NA MARGEM DIREITA DO GUADIANA. O CASO DA BASE DE CABANA DA RIBEIRA DE S. PEDRO (BALEIZÃO)

Lúcia Miguel1

Resumo:

O sítio da Ribeira de S. Pedro foi intervencionado no âmbito da Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da execução do Circuito Hidráulico de São Matias e respectivos Blocos de Rega: Fase de Obra (2ª fase), cujos trabalhos foram adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. O sítio foi identificado no âmbito dos trabalhos de acompanhamento arqueológico, que conduziram à realização de uma sondagem para a escavação de uma estrutura negativa com materiais atribuíveis ao Bronze Final/Idade do Ferro.

A intervenção permitiu aferir que se tratava de um contexto correspondente a uma base de cabana, cujos materiais parecem apontar para um momento situado entre os finais do séc. VIII e os inícios do Séc. VII a. C.

Abstract:

The transition Final Bronze Age – Iron Age in the right bank of Guadiana river. The case of the hut of Ribeira de S. Pedro (Baleizão).

The archaeological site of Ribeira de S. Pedro was excavated during the mitigation impacts project concerning the S. Matias hydraulic circuit and the respective Irrigation System, during the construction phase (phase 2). This intervention was awarded to Era-Arqueologia by EDIA - Alqueva Dam Development and Infrastructures Enterprise, S.A..This site was identified during the archaeological monitoring which led to the excavation of a pit whith archaeological materials from the transition period between late Bronze and Iron Age.

This intervencion allowed the identification of a circular hut in which were collected archaeological findings dating from the late VIII - beginning of the VII century b. C.

1. Enquadramento geográfico

O sítio da Ribeira de S. Pedro está localizado na margem esquerda da Ribeira com o mesmo nome, freguesia de Baleizão, Concelho e Distrito de Beja.

Esta zona está integrada numa região onde a geografia é marcada pelos relevos suaves, pontualmente rasgados por algumas ribeiras, com solos brandos e férteis, distando cerca de 8, 50 km da margem direita do rio Guadiana (Figura 1).



Figura 1 – Localização do sítio na Península Ibérica.

¹ Era Arqueologia, S.A. luciamiguel@era-arqueologia.pt

2. Contextos Identificados

Os trabalhos realizados neste local consistiram na realização de uma sondagem de 7 m² para a escavação de uma estrutura negativa com materiais atribuíveis ao Bronze Final/Idade do Ferro que foi interpretada, através da análise da sua morfologia, como um fundo de cabana. Este contexto encontrava-se já danificado em cerca de 40% da sua totalidade pelos trabalhos mecânicos prévios a esta intervenção (Figura 2).

Esta estrutura negativa apresentava-se escavada directamente no substrato rochoso, apresentando planta sub-circular, paredes "em degrau" e base tendencialmente côncava, com cerca de 0,50 cm de profundidade. Apresentava uma depressão localizada sensivelmente ao centro de cerca de 20 cm. Em relação ao seu diâmetro, a sua reconstituição possível permite apontar para uma medida aproximada de 3,20 m.

Na sua base, esta apresentava um alinhamento de blocos pétreos de grande dimensão, localizado essencialmente dentro da pequena depressão, cuja funcionalidade não foi possível aferir. É plausível que se trate ou de uma estrutura de apoio à actividade doméstica, ou então de um indício de uma compartimentação interna (Figura 3).

Este alinhamento estava associado a um depósito, com pouca potência estratigráfica, que revelou a presença de inclusões frequentes de nódulos de cerâmica de revestimento, assim como de carvão.

A planta desta cabana revela, em conjunto com os materiais arqueológicos, uma cronologia situada já no Ferro Antigo ou então num período de transição entre os Bronze Final e este último. No castro dos Ratinhos, por exemplo, as cabanas circulares estão associadas às fases mais recentes, datadas do Ferro Antigo, em oposição às cabanas do Bronze Final que apresentam uma planta elipsoidal. (Berrocal -Rangel e Silva, 2010).

As cabanas de tendência circular aparecem assim como uma das novidades mais significativas deste momento (Suárez Padilla e Márquez Romero, 2011).



Figura 2 – Vista geral da estrutura.



Figura 3 – Plantas da estrutura.

3. Cultura Material

O material arqueológico associado a este nível de ocupação corresponde maioritariamente a grandes recipientes de armazenagem de fundo plano, fabrico manual, apresentando algumas das peças um alisamento das superfícies, como é o caso do fragmento de um recipiente globular de grandes dimensões de fabrico grosseiro, com a superfície muito rugosa, assim como um fragmento de um pote de colo vertical, ostentando um alisamento das superfícies (Figura 4).

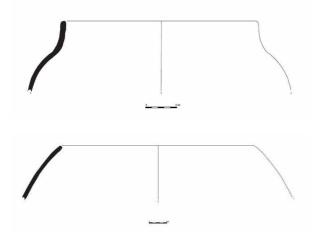


Figura 4 - Recipientes de armazenagem.

Fora do âmbito da cerâmica destinada ao armazenamento, foram ainda identificados recipientes de perfil em S, assim como pequenos vasos de colo vertical. Destacam-se também as taças carenadas, com pastas bem depuradas a alisamento nas paredes (Figura 5 e 6).

Foram também recolhidos alguns fundos em "omphalo". Esta forma aparece, por exemplo, no povoado do Outeiro do Circo na sua fase de abandono (Silva 2013), estando ausente nas fases anteriores. No Castro dos Ratinhos, os fundos em "omphalo" são registados nas fases 1a e 1b, correspondentes ao ferro Antigo (Séc. IX-VIII a.C.), mas também fase 2, datada do Bronze Final (Séc. XIII-IX a.C.), (Berrocal -Rangel e Silva, 2010) (Figura 7).

Resta acrescentar a identificação de duas asas, uma em "rolo" e outra em "fita" (Figura 8).

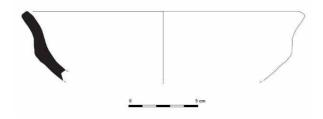


Figura 5 - Taça carenada.

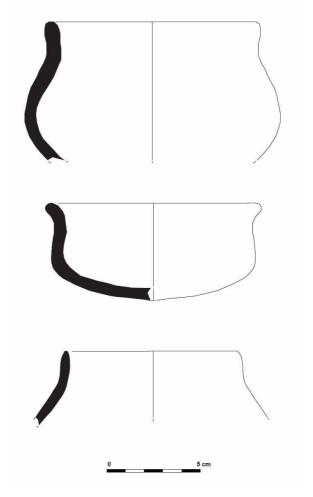


Figura 6 - Cerâmica classificável.



Figura 7 - Recipiente de fundo em omphalos.



Figura 8 - Fragmentos de asa.

4. Considerações Finais

A transição do Bronze Final para a Idade do Ferro na região do Baixo Alentejo tem merecido especial atenção por parte dos investigadores, sobretudo devido à existência de trabalhos de investigação recentes centrados em locais estratégicos para o controlo visual do território (p.ex. Castro dos Ratinhos e Outeiro do Circo), mas também pelos novos dados resultantes das escavações realizadas no âmbito da Minimização de Impacte sobre o património, decorrentes da execução dos blocos de rega do Alqueva.

Assim, afigura-se possível esboçar um panorama geral, com base nestes novos dados, sobre a dinâmica de ocupação deste território e a interacção social das populações no final da Idade do Bronze, e tentar compreender em que moldes se processaram as transformações ocorridas na fase inicial dos contactos com o mundo oriental.

Uma das características mais assinaladas do povoamento do final da Idade do Bronze é o surgimento de povoados de altura que ocupam espaços de destaque na paisagem, bem defendidos e com boa visibilidade sobre o território envolvente, controlando o espaço em seu redor. Tal não significa que este seja um tipo de organização do território exclusivo desta fase, dado que são conhecidos, fora dos arredores de Beja e com uma menor expressividade, alguns povoados de altura com uma cronologia centrada no Bronze Médio, como é o caso do Cerro da Forca em Barrancos, Castelo do Giraldo em Évora ou mesmo Evoramonte (Mataloto, apud Vilaça,2014).

Nas imediações de Beja, o único povoado conhecido até ao momento que teria capacidade para exercer estas funções corresponde ao Outeiro do Circo. Ocupando uma área extensa de 17 hectares, rodeado por uma muralha com uma extensão de 2 Km e 2 bastões semi-circulares que defendem a entrada principal do povoado, este seria um espaço de aglutinação da população, associada a uma certa retracção da ocupação da planície envolvente (Serra, 2014a).

Não obstante, os recentes trabalhos têm vindo a mostrar que o povoamento não se resumia aos grandes povoados de altura, com o aparecimento cada vez mais expressivo de sítios em planície, associados a terrenos férteis e perto de linhas de água, sem qualquer tipo de elemento defensivo.

A sua característica principal, comum à grande maioria dos sítios intervencionados, é a total ausência de estruturas positivas em detrimento das estruturas "em negativo", onde raramente são identificados contextos de carácter doméstico.

Um bom exemplo deste tipo de ocupação é o sítio do Bela Vista 3, localizado a cerca de 2,5 Km a Este do povoado do Outeiro do Circo (Miguel, 2013), assim como a Arroteia 6, Pedreira de Trigaches, Monte do Bolor 3, Pisões 5 e Poço da Aldeia da Ribeira 6. (Serra, 2014). Este tipo de situação aponta para uma ocupação dependente dos povoados de altura, de carácter sazonal, destinada à exploração e transformação de recursos.

O abandono destes povoados parece ser uma consequência do impacto provocado pelos contactos com o mundo mediterrânico, sem que, no entanto, seja abandonada a ocupação discreta de planície (Serra, 2014)

No Castro dos Ratinhos, em plena fase de ocupação do Bronze Final, assiste-se à construção de um edifício sacralizado de clara feição orientalizante, datada da 2º metade do séc. IX, mais concretamente por volta do ano de 830 a. C, segundo as datações de radiocarbono. Estes dados parecem apontar para uma mudança na organização e na concepção do espaço simbólico de poder. (Berrocal - Rangel, Silva, 2010).

Esta data é apontada como o final da Idade do Bronze e o início da Idade do Ferro, onde se assiste a profundas alterações na técnica construtivas, entre elas a evolução da morfologia das cabanas, que passam agora a adoptar uma planta circular, recorrendo às mesmas técnicas construtivas no levantamento das paredes através da utilização de pedramiúda semi-aparelhada.

Em relação à cultura material, apesar de todas estas alterações, a cerâmica fenícia ou mediterrânica tem muito pouca expressão, limitando-se a uma dezena de fragmentos, mantendo-se as tradições formais e tecnológicas inerentes a um povoado do Bronze Final. Esta ocupação terá sido efémera uma vez que o abandono do povoado se dá por volta do ano de 730 a. C. (idem).

Por outro lado, no Outeiro do Circo não existem indícios de ter existido uma ocupação como a que foi identificada nos Ratinhos, nem mesmo uma fase de transição entre o momento final da Idade do Bronze e a Idade do Ferro. O momento de abandono deste povoado terá ocorrido nos inícios do séc. VII, quando se assiste ao final da Idade do Bronze, tal como indicia o material arqueológico presente na fase de abandono do povoado que corresponde à desactivação das muralhas (fase V). (Silva, 2013).

O que sucede com as populações que desocuparam estes locais ainda não é bem claro. Até ao momento ainda não foi identificado nenhum outro povoado que possa ter

desempenhado o mesmo tipo de funções aglutinadoras do Outeiro do Circo (Serra, 2014a).

Os poucos dados que se conhecem apontam para o continuamento do povoamento discreto de planície, materializados em contextos identificados não só no sitio da Ribeira de S. Pedro, mas também em sítios como o Monte do Bolor 3, Monte do Pombal 2, Salsa 3 e Torre Velha 3 (Antunes et all, no prelo, apud Serra, 2014a). Esta ausência de monumentalidade do povoamento é acompanhada pelo aparecimento, cada vez em maior número, de grandes recintos funerários datados essencialmente da centúria seguinte, nas quais o espólio indicia a adopção de hábitos e comportamentos de inspiração oriental.

No que diz respeito ao contexto identificado na Ribeira de S. Pedro, o modelo de ocupação territorial que explica a existência de uma cabana datada deste momento, aparentemente isolada nas margens de uma ribeira, é, neste momento, difícil de esclarecer. É possível que esta ocupação esteja relacionada com o processo de desestruturação do povoamento ocorrido no final da Idade do Bronze, consequência do impacto provocado pelos contactos com o mundo mediterrânico.

No entanto, a identificação de cada vez mais sítios datados do Bronze Final em zonas de planície, sem qualquer preocupação defensiva, mostra também que a continuidade do povoamento de planície nesta época de restruturação é uma realidade cada vez mais a ter em avaliação no momento de definir em que moldes se processou a transição para a Idade do Ferro.

Fica, no entanto, em aberto em que termos é que esta ocupação se organiza em termos sociais e políticos. A ausência, até à data, de um povoado centralizador de poder na região de Beja que date deste período, ou qualquer outro tipo de contexto similar, pouca manobra nos dá para compreender qual o significado deste tipo de ocupação no âmbito da organização do território na Idade do Ferro.

Desta forma, parece precoce, dada a ausência de elementos que sirvam de contraposição, definir taxativamente este tipo de ocupação como rural, tal como foi avançado para as ocupações identificadas no Alto Alentejo (Mataloto, 2010-2011). Note-se que o conceito de rural só deverá ser aplicado quando existem dados que permitam compreender a malha de povoamento em oposição ao povoamento urbano. E até ao momento, não se constatou a existência de um urbanismo que permita entender desse modo este tipo de ocupações.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, A.; DEUS, M.; SOARES, A.M.; SANTOS, F.; ARÊS, L.; DEWULF, J.; BAPTISTA, L; OLIVEIRA, L. (2012), Povoados abertos do Bronze Final no Médio Guadiana, in: J. Jiménez Ávila (ed): Siderum Anna II, El rio Guadiana en el Bronze Final. Anejos e AEspa LXII, Mérida, p.277-308.

BERROCAL- RANGEL, L, SILVA, A.C. (2010), O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico no Guadiana, 2004-2007, Suplemento "O Arqueólogo Português, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. DEUS, M., ANTUNES, A. E SOARES, A.M. (2010) – Salsa 3 (Serpa) no contexto dos povoados abertos do Bronze Final do Sudoeste, Actas do IV Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular, Huelva, p.514-543.

DEUS, M., ANTUNES, A. E SOARES, A.M. (2012) – Santa Margarida (Serpa) no contexto do Bronze Final do Sudoeste, *Actas do V Encontro De Arqueologia Sudoeste Penínsular*, Almodôval, p.171-188

OLIVEIRA, J.T. (1992), Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal, Folha 8, Escala 1/200 000, Serviços Geológicos de Portugal

MATALOTO, R, (2010-2011) – Os senhores da terra: necrópoles e comunidades rurais do território alto-alentejano nos séc. VI-V a. C., *Arqueologia e História*, Lisboa, 62-63, p.77-100.

MIGUEL, L, (2013), Subconcessão da Auto-estrada do Baixo Alentejo – Lanço C, *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos – Bela Vista 3* – Beringel, Era –Arqueologia S.A/Omniknos Arqueologia

SANTOS, F, Arez, L, SOARES, A.M., DEUS, M., QUEIRÓZ, P., VALÉRIO, P, RODRIGUES, Z, ANTUNES, A.S, ARAÚJO, M. de F. (2008), O Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora): Um sítio de "fossas" silo no Bronze/Final na Encosta do Alabardão, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 11, n°2, p. 55-86 SERRA, PORFÍRIO, E. E ORTIZ, R. (2008), o Bronze Final no Sul de Portugal – um ponto de partida para o Estudo do Povoado do Outeiro do Circo, Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste

2ª série, p.163 – 170.

SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2012), O Bronze Final nos "Barros de Beja". Novas perspectivas de investigação. Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, 18 a 20 de Novembro de 2010, Câmara Municipal de Almodôvar, p.133 – 148.

SERRA, M (2014a), Os Senhores da Planície. A Ocupação da Idade do Bronze nos "Barros de Beja" (Baixo Alentejo, Portugal, in: Antrope, Série Monográfica 1, Instituto Politécnico de Tomar, p.270 – 296.

Penínsular, Aljustrel, Vipasca, Arqueologia e História, Aljustrel, nº 2,

SERRA, M. (2014 b), Muralhas, Território, Poder. O papel do povoado do Outeiro do Circo (Beja) durante o Bronze Final. In Villaça, R.; Serra, M. (coord), *Idade do Bronze do Sudoeste - Novas perspetivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: IAFLUC, CEAACP, Palimpsesto [http://www.uc.pt/fluc/iarq/pub_online/], p.75-99

SILVA, F.S.O. (2013), O povoado do Outeiro do Circo (Beja) no seu enquadramento regional – Contributos dos materiais cerâmicos, Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, na área científica de Arqueologia e especialização em Arqueologia Proto-Histórica, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Dr. Raquel Vilaça,, Universidade de Coimbra.

SILVA, S. (2014), As cerâmicas do Outeiro do Circo (Beja): resultados do estudo tecnológico, formal e decorativo. In VILAÇA, R. e SERRA, M. (coord), *Idade do Bronze do Sudoeste - Novas perspetivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: IAFLUC, CEAACP, Palimpsesto [http://www.uc.pt/fluc/iarq/pub_online/], p.167-185.

SUÉREZ PADILLA, J., MÁRQUEZ ROMERO, J. E. (2014), La problemática de los fondos de cabana en el marco de la arquitectura proto-histórica del sur de la Península Ibérica, in: *Menga*, 05, Revista de Prehistoria de Andaluzia, p.199 – 225 VILAÇA, R. (2014), Ensaio sobre a região de Beja em torno do ano mil a.C. Entre a a tradição e a inovação: In VILAÇA, R. e SERRA, M. (coord), *Idade do Bronze do Sudoeste - Novas perspetivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: IAFLUC, CEAACP, Palimpsesto, p.101-125.

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NA NECRÓPOLE SIDÉRICA DE MÉRTOLA: RESULTADOS PRELIMINARES DAS SONDAGENS DIAGNÓSTICO

Lúcia Miguel¹
Pedro Albuquerque²
Lucy Shaw Evangelista¹
Marina Lourenco¹

Resumo:

Os trabalhos arqueológicos realizados no Largo do Terreiro da Feira, em Mértola, enquadraram-se no âmbito do projecto de execução que prevê a criação de uma área polivalente, de forma a dotar esta zona de infraestruturas que funcionem como áreas de estacionamento, zonas para realização de feiras e mercados, incluindo ainda a construção de um pavilhão multiusos. A execução deste projecto engloba uma zona para a qual é já conhecida, através de fontes bibliográficas e documentais, a existência uma necrópole, para a qual se avançou com uma cronologia da Idade do Ferro (Barros, 2008; 2013), assim como o uso do ritual de incineração por parte das populações que habitavam o núcleo de *Myrtilis* nesta fase.

Abstract:

Archaeological survey in the sideric necropolis of Mértola: preliminary results.

The archaeological works carried out at Largo do Terreiro da Feira, in Mértola, were part of the project that foresees the construction, in this area, of parking spaces for fairs and markets and the construction of a multipurpose pavilion. The execution of this project will affect an area for which the existence of a necropolis is already known, through bibliographic and documentary sources. An Iron Age chronology has been proposed for it (Barros, 2008; 2013), as its use at this stage, for the practice of incineration by the populations living in Myrtilis.

1. Introdução

Na noite de 6 para 7 de Dezembro de 1876, Mértola sofreu os efeitos de uma repentina subida das águas do Guadiana, que rapidamente invadiram as ruas da encosta do cerro onde se fundou Mértola, provocando uma destruição da qual a vila ainda hoje guarda memória. No entanto, esta catástrofe conduziu também à identificação de realidades arqueológicas que, até ao momento, se encontravam soterradas, motivando uma curta viagem de Estácio da Veiga a Myrtilis, em Março de 1877 (Barros, 1999). Durante os dez dias em que o eminente arqueólogo percorreu a vila e o seu território, tomou conhecimento de alguns sítios que apenas faziam adivinhar o enorme potencial arqueológico que viria a ser, pouco mais de um século mais tarde, valorizado com a fundação do Campo Arqueológico de Mértola em 1978, sobretudo no que respeita ao período islâmico.

Durante este período, e ainda depois, a Idade do Ferro nesta vila alentejana permaneceu praticamente desconhecida ou pouco estudada, apesar da identificação de numismas cuja iconografia indiciava uma fundação pré-romana, do mesmo modo que o topónimo, cuja origem se debate desde, pelo menos, o século XVI (Veiga, 1880: 49; Albuquerque e García, 2017: 11 – 14). Este desconhecimento devia-se, principalmente, à falta de contextos primários desta cronologia identificados em Mértola ou, por outras palavras, ao facto de se conhecerem, pelo menos até às grandes intervenções do século XXI na vila (Palma, 2009; 2016; Lopes et al. 2010), materiais descontextualizados que se encontravam misturados com outros de fases posteriores (entre outros, Arruda et al., 1998; Luís, 2003; Barros, 2008; 2010; 2012; Albuquerque e García, 2017: 16ss.), ou inclusive dispersos pelo território do Concelho (Rego et al., 1996).

As escavações do Largo do Terreiro da Feira inscrevem-se neste contexto, uma vez que os materiais conhecidos anteriormente provêm da recolha de Estácio da Veiga e fazem parte das poucas intervenções arqueológicas em contextos sidéricos, ainda que seja de lamentar o mau

¹ Era – Arqueologia, S.A.

² FCT, Uniarq, Universidad de Sevilla.

estado de conservação do lugar onde se implantou esta necrópole. Nesse sentido, julgou-se necessário expor, num capítulo dedicado aos antecedentes (e antes da descrição dos trabalhos efectuados e respectivos resultados), o panorama da Idade do Ferro na vila e no território de Mértola.

2. Antecedentes

"[...] & querendo os Tyrios renovar naquela cidade a memoria de sua pátria, lhe chamarão Myrtiri, ou Mirtyris, diruandolhe o nome desta dicção, Myr, que segundo aponta o Bispo Pinheiro, quer dizer em lingoa Tira, cousa nova, & de Tyro sua primeira patria, de modo, que tanto val Mirtyris, como Tyro a noua. Muitos annos depois se lhe mudou corruptamente huma letra, & lhe chamarão Myrtilis, & agora Mertola [...]"

(Brito, 1597: 145v - 146)

Antes de Estácio da Veiga, o estudo da ocupação de Mértola baseou-se, sobretudo, nos escassos textos clássicos que mencionam o antigo oppidum. Pompónio Mela (3.7) localizao nas imediações do Cuneus, Plínio - o - Velho (Nat. 4.117 - 118) assinala que era de direito latino. Ptolemeu (Geo. 2.55) afirma que se tratava de uma cidade turdetana e, por último, o Itinerário de Antonino refere uma mansio (431.6). Além destes documentos, conhecem-se outras fontes, entre as quais se destaca, em primeiro lugar, Ajbar mulūk Al-Andalus (conhecida como Crónica do Mouro Rasis, doravante CR) de AI - Rāzī, reproduzida na Crónica de 1344, onde se assinala, sem muitos pormenores, a identificação de edifícios antigos (Lévi-Provençal 1953: 88; Crónica de 1344, Cap. 36; CR, Cap. 26). Em segundo lugar, as obras do século XVI referem as estruturas defensivas de Mértola (Duarte d'Armas, 1510) e algumas "antiguidades" (Resende, ed. 1996), assim como a suposta origem tíria do topónimo (A. Pinheiro, apud Brito, 1597; 145v – 146; proposta também referida nas Memórias Paroquiais de Mértola em 1758: 808; Boiça, Barros, 1995: 68) (Figura 1).

Os dados disponíveis para o estudo do passado pré-romano eram muito escassos e não permitiam ir mais além de especulações sobre a iconografia monetária das emissões mertolenses e sobre a etimologia do topónimo (cf. Veiga, 1880: 49ss.; Albuquerque, García, 2017: 12 – 14, com bibliografia). No entanto, Estácio da Veiga, no âmbito dos trabalhos de 1877, conseguiu avançar um pouco mais no (re)conhecimento das fases mais antigas da longa diacronia de ocupação da vila, embora as informações recolhidas não fossem conclusivas. Efectivamente, às suas mãos chegaram duas urnas "tipo Cruz del Negro", publicadas posteriormente por Pedro Barros (2008; 2014), que apontam para uma cronologia inequivocamente sidérica (c. séc. VI a.C.) e para a prática da incineração por parte das populações que habitavam o núcleo nesta fase.

Os materiais recolhidos por Estácio da Veiga provinham, sobretudo, da encosta do Rossio do Carmo. Aí identificou

"fragmentos de ossos humanos, achados na terra das sepulturas excavadas nos schistos da rampa contigua ao Rocio do Carmo, mostrando assim terem aquelas sepulturas sido invadidas por nacionalidades que occuparon posteriormente a região myrtilense", assim como um "prego, argolas de orelha e gonzo, de cobre, unicos objectos metálicos extrahidos em 1877" (Veiga, 1880: 27). Estes achados podem ser relacionados com uma estela com escrita do Sudoeste que foi reutilizada em épocas posteriores, com uma cronologia balizada entre os séculos VII e VI a.C. (Faria, 1994; Arruda et al., 1998: 125), bem como com os materiais das fases mais antigas da Biblioteca Municipal de Mértola que se encontram, neste momento, em estudo (García et al., no prelo).

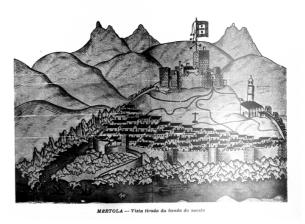


Figura 1 – Mértola no Livro das Fortalezas (Duarte d'Armas, 1510). Digitalização a partir de microfilme (BNP).

A fundação do CAM em 1978 trouxe consigo um aumento exponencial de trabalhos arqueológicos que não se traduziram imediatamente no desenvolvimento dos estudos sobre a Idade do Ferro. Foi, aliás, preciso esperar até 1996 para que se publicasse, pela primeira vez, uma síntese sobre este período na sede deste município alentejano e respectivo território (Rego et al., 1996). Seguiram-se, nos anos seguintes, estudos que sistematizaram materiais descontextualizados, com destaque para o conjunto de cerâmicas áticas (Arruda et al., 1998) e para os trabalhos de sistematização de Pedro Barros (2008; 2010; 2012; 2013), que até hoje são referentes incontornáveis. Num desses estudos, aliás, publicaram-se imagens das urnas entregues a Estácio da Veiga (Barros, 2008; fig. 6).

Devem também destacar-se, pela sua importância para o aumento quantitativo e qualitativo do conhecimento da Idade do Ferro, as escavações arqueológicas na área de expansão da Biblioteca Municipal de Mértola, dirigidas por Maria de Fátima Palma (2005) numa primeira fase, e por Inês Simão e Marina Pinto (ERA – Arqueologia), numa segunda (2010), bem como as intervenções no seguimento dos trabalhos no Eixo comercial de Mértola (Lopes *et al.*, 2010). Durante as primeiras, identificou-se uma estratigrafia potente com quatro grandes fases de ocupação, com início na Proto-história.

Este dado é de grande interesse, uma vez que se trata do primeiro contexto conservado conhecido e escavado na vila atribuível a uma cronologia sidérica (Palma, 2009; 2016; García et al., 2017; Albuquerque, García, 2017), associado à muralha cujos troços foram identificados num perímetro considerável em torno ao antigo oppidum (cf. Hourcade et al., 2003). Publicaram-se, até agora, alguns materiais destas intervenções, tanto osteológicos como cerâmicos (Palma, Rafael, 2012; Palma, Soria, 2017), encontrando-se, actualmente, em fase de estudo o acervo das unidades mais antigas (cf. García et al., 2017; García, 2019; García et al., no prelo).

Acrescenta-se, igualmente, o desenvolvimento de prospecções arqueológicas nas áreas adjacentes ao Guadiana no Concelho de Mértola, que resultaram na publicação recente de resultados preliminares (García et al., 2017; Albuquerque, García, 2019; Albuquerque et al., no prelo). Estes trabalhos inscrevem-se num projecto de investigação direcionado para o estudo do povoamento ao longo do rio e do património transfronteiriço (Albuquerque, 2017; Albuquerque, García 2019), financiado pela FCT e desenvolvido por um de nós (PA)¹. Além da construção de possíveis fronteiras territoriais, analisa-se também a construção de fronteiras sociais ou internas, reveladas, sobretudo, nos elementos associados à alimentação e nos enterramentos.

Neste sentido, as escavações arqueológicas na necrópole sidérica de Mértola, sita no Largo do Terreiro da Feira, constituem uma oportunidade para estudar outro contexto primário correspondente à Idade do Ferro (apesar do seu lamentável estado de conservação e protecção), a juntar aos já mencionados, bem como para levar a cabo uma aproximação às relações sociais estabelecidas entre os habitantes da antiga Myrtilis nas primeiras fases de ocupação, num contexto de inegável dinamismo comercial (cf. Albuquerque, García 2017; 2019).

3. As sondagens de 2018

Os trabalhos realizados no Terreiro da Feira em Mértola foram iniciados com a realização de uma prospecção geofísica na área intervencionada, que revelou a presença de diversas anomalias magnéticas. Estas anomalias determinaram a implantação de três sondagens de 2x2m, no total de 12 m², com o objectivo de proceder a um reconhecimento preliminar dos dados arqueológicos e do seu grau de conservação. (Figura 2).

3.1. Sondagem 1

A sondagem 1 foi implantada numa área onde eram já visíveis, no perfil do talude do estradão de acesso à Ermida Ermida de Nossa Senhora das Neves, os restos de uma sepultura, na qual se observavam já inclusões de cinzas e ossos com alterações provocadas pela acção do fogo. A sua intervenção confirmou a existência de uma sepultura escavada na rocha, de planta sub-rectangular, com os cantos arredondados e cerca de 0, 70 m de largura (Figura 3).

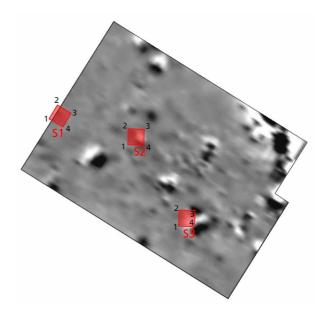


Figura 2 – Vista geral da implantação das sondagens de diagnóstico sobre as anomalias magnéticas identificadas na prospecção geofísica.



Figura 3 – Vista geral da sepultura 1.

Na base desta estrutura foi identificada uma deposição de cinzas e pequenos fragmentos de osso assim como alguns dentes. A ausência de sinais de combustão no interior da sepultura indica que a incineração do corpo terá ocorrido noutro local. Este depósito continha material osteológico tanto humano quanto faunístico, alterado por acção do fogo e alguns carvões. A análise preliminar, realizada em laboratório pela equipa de antropologia da Era-Arqueologia revelou que este material apresentava características comuns:

¹ Bolsa de pós-doutoramento com a referência SFRH/BPD/110188/2015, com o projecto *O Baixo e Médio Guadiana (sécs. VIII a.C. – I d.C.): percursos de uma fronteira* (acrónimo ANA-lise/ ANA-lisis).

- 1. Os ossos humanos encontravam-me altamente fragmentados, na sua maioria alterados por fogo e envoltos num pacote sedimentar no qual se incluíam cinzas, e carvões. Apesar da maior parte do material osteológico ser composto por pequenas esquírolas de osso não identificável, nos casos em que a identificação foi possível, foram registados fragmentos provenientes de diferentes partes do esqueleto (fragmentos de crânio, ossos longos, e presença de fragmentos de raízes de dentes) não sendo possível avaliar se são provenientes de indivíduos adultos ou de não-adultos, dada a sua pequena dimensão.
- A observação macroscópica dos ossos humanos e da sua alteração cromática aponta para graus similares de exposição ao fogo;
- Não parece haver diferença de tratamento entre os ossos humanos e a fauna presente no contexto funerário. Ambos apresentavam graus de fragmentação e alteração térmica macroscopicamente semelhantes;
- 4. Não foi possível observar se o depósito que continha material osteológico apresenta evidências de fogo in situ, uma vez que não foi intervencionada. Não foi igualmente possível observar termoclastos ou alterações térmicas no sedimento circundante que fossem consistentes com o local original de cremação. Também não é, nesta fase, possível afirmar se os fragmentos de carvões identificados são condizentes com um local de pira funerária, nem em termos de dimensão e nem em frequência (Figura 4).



Figura 4 – Fragmentos de ossos recuperados na Sepultura 1 do Largo do Terreiro da Feira.

Por fim, nesta sepultura foi ainda identificada uma pequena vala que poderá corresponder a um acto de destruição/violação. Esta violação foi efectuada até à deposição da incineração na base da sepultura, tendo ainda danificado parte da mesma.

O restante enchimento desta sepultura foi escavado somente até ao depósito que cobria directamente a cremação, não tendo sido identificado qualquer tipo de material de carácter arqueológico.

3.2. Sondagem 2

A sondagem 2 foi implantada numa área assinalada pela prospecção geofísica como uma anomalia de planta muito irregular, cujos trabalhos revelaram corresponder a uma violação/destruição de uma sepultura. Os depósitos que colmavam esta interface de destruição revelaram a presença de fragmentos de sacos plásticos, varetas de chapéus de sol, tubos em pvc, etc, associados a várias lajes de xisto correspondentes a parte da cobertura da sepultura, já em contexto secundário (Figura 5).



Figura 5 – Plano final da sondagem 2.

Apesar de esta sepultura se apresentar danificada em cerca de 80 % da sua totalidade, foi possível compreender que estaria escavada na rocha, apresentando uma planta rectangular e estruturada lateralmente por pequenas lajes de xisto em "cutelo", com uma cobertura composta por um alinhamento constituído por grandes lajes do mesmo material, não tendo sido identificado nenhum tipo de material arqueológico e/ou osteológico.

3.3. Sondagem 3.

Tal como sucedeu na sondagem 2, a sondagem 3 foi implantada numa área assinalada pela prospecção geofísica como uma anomalia de planta muito irregular, cujos trabalhos revelaram corresponder a uma violação/destruição dos contextos pré-existentes. Desta forma, foi identificada uma grande interface negativa, cujo enchimento revelou a existência de tubos em pvc, toalhas de mesa e pavimentos em plástico, vidros de garrafa, etc, assim como algumas lajes de xisto que poderão eventualmente corresponder a restos de uma tampa de sepultura, localizada provavelmente fora da área da sondagem (Figura 6).



Figura 6 - Vista geral da sondagem 3.

4. Considerações finais

Os trabalhos realizados no Largo do Terreiro da Feira, em Mértola, permitiram confirmar a existência de uma necrópole de incineração, na qual os restos mortais foram depositados, após a sua cremação, no interior de sepulturas de planta rectangular escavadas na rocha. Estas encontram-se estruturadas lateralmente por lajes em xisto e apresentam ainda uma tampa, composta, nos casos observados, por um alinhamento constituído por grandes lajes do mesmo material.

Destaca-se, porém, a ausência de dados suficientes para definir uma cronologia suficientemente precisa. Poderá, não obstante, tratar-se de um espaço de enterramentos da Idade do Ferro, a julgar pela tipologia das sepulturas, pela identificação do ritual de cremação e, indirectamente, pelos materiais até agora publicados (Veiga, 1880; Faria 1994; Barros, 2008).

Deve assinalar-se também que o ritual de cremação pode ter-se prolongado durante o período romano, o que permite supor, a título hipotético, que as sepulturas podem, igualmente, corresponder a este período, ou mesmo a ambos, admitindo a existência de uma provável sobreposição. Esta ausência de dados é uma consequência de vários actos de violação e remoção que tiveram lugar neste espaço ao longo de várias décadas, o que, aliás, se depreende da leitura dos comentários de Estácio da Veiga (1880: 49ss).

A cremação pode ou não ter ocorrido no local de exumação dos ossos, contudo a presença de pequenas peças ósseas (dentes e demais fragmentos pequenos) atesta cuidado na eventual recolha e transporte dos restos humanos desde o local de cremação até ao seu depósito final.

A importância científica desta necrópole no conjunto dos conhecimentos sobre a ocupação da antiga *Myrtilis* é incontestável, uma vez que se trata de um contexto primário que pode ser atribuído, partindo dos argumentos expostos, a uma fase ainda pouco conhecida do antigo *oppidum*, e que pode fornecer elementos para a caracterização da

mentalidade das populações que, na primeira metade do l Milénio a.C., terão ocupado este lugar estratégico, definido por Pedro Barros como uma "plataforma comercial". Os estudos realizados e publicados até ao momento confirmam a importância de Mértola no contexto da circulação de bens e pessoas no Mediterrâneo durante a Idade do Ferro e nos primeiros séculos da ocupação romana (Albuquerque, García, 2017; García et al., 2017, com bibliografia).

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, P. (2017), "O Guadiana como fronteira? Notas para um projecto de investigação". *Ophiussa*, 1, p.35-44. ALBUQUERQUE, P.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F.J. (2017), "Mértola entre el Bronce Final y el inicio de la presencia romana: problemas y perspectivas de investigación", *Habis*, 48, p.7 – 31. ALBUQUERQUE, P.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F.J. (2019) – "Arqueólogos (s)em fronteiras: o Projecto ANA-lise e o estudo do povoamento do Baixo Guadiana (Portugal e Espanha) entre os séculos VIII a.C. e I d.C.", *Revista Memória em Rede*, 11 (20),

ALBUQUERQUE, P.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F.J.; PALMA, M.ª de F. (no prelo), "Prospecções arqueológicas em 2016 e 2017 no Baixo Guadiana: Novos sítios identificados no Concelho de Mártola"

ARRUDA, A.M.; BARROS, P.; LOPES, V. (1998), "As cerâmicas áticas de Mértola", *Conimbriga*, 37, p.121 – 150.

BARROS, P. (2008), "Mértola durante os séculos VI e V a.C.", in: Jiménez Ávila, J. (Ed.), Sidereum Ana I: El río Guadiana en época post-orientalizante, Mérida, CSIC, p.399-414 (Anejos de AEspA XI VI)

BARROS, P. (2010), "Mértola entre os séculos VI e III a.C.", *Maikake*, 32 (1), p.417 – 436.

BARROS, P. (2014), "Mértola, plataforma comercial durante a Idade do Ferro. A colecção de Estácio da Veiga", in Arruda, A. (ed.), Fenícios e Púnicos, por terra e por mar, Vol. 2. Lisboa, UNIARQ, p.688-697.

BOIÇA, J.F.; BARROS, M.ªF.R. (1995), As terras, as serras, os rios: Memórias Paroquiais do Concelho de Mértola. Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.

BRITO, B. de (1597), Monarchia Lusitana, Parte Primeira, que contem as historias de Portugal desde a criação do mundo te o nacimento de Nosso Senhor Iesu Christo. Alcobaça, Mosteiro de Alcobaça.

FARIA, A.M. (1994), "Uma inscrição em caracteres do Sudoeste achada em Mértola", *Vipasca*, 3, p.61 – 63.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F.J. (2019), "Rumbo a poniente: el comercio de ánforas turdetanas en la costa atlántica de la península ibérica (siglos V-I a. C.)", Archivo Español de Arqueología, 92, p. 119 – 153.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F.J.; ALBUQUERQUE, P.; PALMA, Mª.F. (2017), "Mértola na Idade do Ferro: primeiros resultados de dois projectos de investigação", *Arqueologia em Portugal 2017: Estado da questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.161-170.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F.J.; GARCÍA VARGAS, E.; SÁEZ ROMERO, A.; FILIPE, V.; PALMA, M.ª de F.; ALBUQUERQUE, P. (no prelo), "Mértola entre la Edad del Hierro y la Romanización: Nuevos datos a partir de las excavaciones de la Biblioteca Municipal".

HOURCADE, D.; LOPES, V.; LABARTHE, J.M. (2003), "Mértola: La muraille de l'âge du Fer", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6 (1), p.75-210.

LÉVI-PROVENÇAL, É. (1953), La "Desciption de l'Espagne", d'Ahmad Al-Rāzī. Al – Andalus, 18, p.51 – 108.

LINDLEY CINTRA, L.F. (2009), *Crónica Geral de 1344*. Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

LOPES, PALMA, M.ª F.; GÓMEZ, S.; TORRES, C.; Feio, J.; BENTO, C. (2010), "Intervenções arqueológicas de emergência no Eixo Comercial de Mértola. Alguns dados preliminares", In: Pérez Macías, J.A.; Romero Bomba, E. (coords.), IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular, Huelva, Universidad de Huelva, p.1174-1197.

PALMA M.ª de F. (2009), Arqueologia urbana na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal) – Contributos para a História local. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Huelva. PALMA, M.ª de F. (2016), "Arqueologia urbana na área de expansão da Biblioteca Municipal de Mértola", Arqueologia Medieval, 13, p. 5-16.

PALMA, M.ª F.; RAFAEL, L. (2012), "Vidros, ossos e metais da Intervenção Arqueológica na Biblioteca Municipal de Mértola", *Actas do VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Almodôvar, Câmara Municipal de Almodôvar, p.477-496. RESENDE, A. de (1996), *Antiguidades da Lusitânia. Introdução*, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes [ed. or. 1593], Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SORÍA, V.; PALMA, M.ª F. (2017), "A cerámica de tipo Kuass em Mértola (Portugal). As escavações da Biblioteca Municipal", *Archivo Español de Arqueología*, 90, p.77-96.

VEIGA, S.Ph.E. da (1880), Memórias das Antiguidades de Mértola. Lisboa, Imprensa Nacional.

O COMPASSO DO ESPAÇO DE NECRÓPOLE ROMANA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO, LISBOA

Nelson Cabaço¹ Marina Lourenço¹ Rodrigo Banha da Silva²

Resumo:

Entre outubro de 2015 e julho de 2016, nos nºs 84 a 90 da Rua das Portas de Santo Antão, foi intervencionado um espaço de necrópole que vem contribuir de forma muito significativa para o estado atual dos nossos conhecimentos relativos à ocupação romana de Lisboa. Uma abordagem mais específica orientada para as suas práticas funerárias e evidências materiais associadas permite o enquadramento deste contexto nos séculos III a inícios do IV d.C., época de importantes transformações na organização urbana de *Olisipo*. Foi neste quadro que foi identificado um compasso associado a um sepultamento, explorando-se aqui esse significante objecto.

Abstract:

The compass of a roman necropolis area at Portas de Santo Antão, Lisbon.

From October of 2015 until July of 2016, the requalification project on the n's 84 to 90 of Rua das Portas de Santo Antão, in Lisbon, allowed the detection and excavation of Roman funerary contexts. Those contexts enclose a remarkable contribution to our knowledge about the Roman occupation of Lisbon, especially on funerary practices. The archaeological artifacts allowed us to insert these tombs on the 3d to early 4th cs. A.D., for the most, a period of important transformations of *Olisipo*'s urban organization. It was in this context that a compass was found in association to Grave n.3, the authors exploring the presence of this significant object.

1. Introdução

Os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da reabilitação do edifício localizado na Rua das Portas de Santo Antão com os n.ºs 84 a 90, em Lisboa, foram executados pela Era-Arqueologia, tendo permitido a identificação de aterros de cronologia moderna/contemporânea relacionados com a construção do edifício, sobrepondo-se a um espaço de necrópole do período Imperial Romano, e níveis de escorrência que continham material enquadrável na Pré-história Recente.



Figura 1 – Localização do Edifício 84 a 90 da Rua das Portas de Santo Antão, Lisboa Excerto de CMP:431 Esc.: 1:25000

¹ Era – Arqueologia, S.A. NelsonCabaco@era-arqueologia.pt marinalourenco@era-arqueologia.pt ² (CAL-CML; FCSH/NOVA e CHAM-FCSH/NOVA e UAç) rbds@fcsh.unl.pt.

2. Enquadramento Histórico-Cronológico

No que respeita a intervenções arqueológicas próximas ao local da presente intervenção, importa referir, desde logo, as ações de Irisalva Moita motivadas pelas obras de extensão do metropolitano, em 1960, 1961 e inícios de 1962, no Rossio, na Praça da Figueira e noutros locais das imediações (Moita, 1968).

A riqueza dos vestígios arqueológicos desta zona da cidade era já conhecida, uma vez que em 1953 fora identificada a escadaria da Igreja de Todos-os-Santos na loja "Irmãos Unidos", que se localizava entre a Praça da Figueira e o Rossio. O Hospital Real de Todos-os-Santos, que funcionou entre os séculos XVI e XVIII, foi erigido a partir de 1492 (final do reinado de D. João II) em terrenos obtidos ao Convento de São Domingos, tendo Moita conduzido uma extensa escavação do remanescente entre agosto e setembro de 1960. O acompanhamento das obras na Praça da Figueira prosseguiu, entre 1961 e o início de 1962, pela mão da mesma olisipógrafa (Idem).

Em 1961 Moita descobriu no subsolo do Rossio uma estrutura de grandes dimensões de época romana, que só em 1994 seria devidamente identificada como a *spina* do circo de *Olisipo*, aquando do retomar das escavações que lhe exumaram também parte da arena (Vale, Fernandes, 2002: 109-121; Sepúlveda, *et al.*, 2002: 245-246).

Entre os anos 1961 e 2002 foi identificada a Necrópole Noroeste de *Olisipo*, dispersa por uma área que abrange desde a Praça da Figueira ao Largo de São Domingos, Encosta de Santana e Calçada do Garcia. Irisalva Moita recolhera, em 1961, de forma avulsa, epigrafia funerária e artefactos provenientes de sepulturas de incineração romanas, tendo-lhe permitido assinalar um total de vinte e seis cremações, para tomar a iniciativa de uma primeira escavação em cinco dias de fevereiro de 1962 (Silva, 2005: 9-10), uma vez que os trabalhos desenvolvidos até então no quadro da extensão da rede do metropolitano eram somente de acompanhamento (Vale, Fernandes, 2002: 109-121).

A partir dos inícios de fevereiro de 1962 procedeu-se ao salvamento do remanescente da necrópole romana, agora mediante uma escavação arqueológica, sistemática, dirigida por Fernando Ferreira Bandeira (Silva, 2005: 10). No seguimento destes trabalhos foi possível identificar uma via romana, em torno da qual se organizava a necrópole (Silva, 2005, 2012). As escavações arqueológicas permitiram ainda a identificação de estruturas de dois monumentos, a este da via, e de outros compartimentos, a oeste, como diversos contextos funerários de incineração e inumação (Idem).

Entre 1999 e 2001, no âmbito da construção do parque de estacionamento subterrâneo da Praça da Figueira, procedeu-se à escavação integral desta área, trabalhos a cargo do Museu da Cidade de Lisboa sob a direcção de um dos autores (RBS), pontualmente coadjuvado por Marina Carvalhinhos.

Desta escavação resultou a identificação de cinco grandes momentos cronológicos no espaço: o Hospital de Todos os Santos (Época Moderna), a ocupação da Baixa Idade Média, as ocupações do período de dominação islâmica, os níveis romanos e da Antiguidade Tardia e, por fim, da Idade do Bronze Final.

Embora não tenha sido então possível determinar a extensão original da necrópole, a intervenção permitiu entrever um limite mínimo a norte, tendo por base as sepulturas e epígrafes exumadas no Largo de São Domingos nos finais do séc. XIX, e as sepulturas identificadas seguramente antes de 1870 na Calçada do Garcia, porventura nos meados daquele século, (Silva, 2002). A sul, a intervenção de 1999/2001 pode apenas comprovar a continuidade do espaço funerário para além da "zona mediana da praça atual", visto estar circunscrita à estrutura do parque em construção.

Limitada a oeste pelo circo, a necrópole desenvolvia-se em torno da via antes identificada por Bandeira Ferreira em 1962, e de um divertículo para nascente que percorria a meia encosta nascente da Colina de Santana (Muralha et al., 2002), à qual estariam associadas as sepulturas da Calçada do Garcia, bem como outras datadas dos séculos I ao III/IV d.C., reveladas nas escavações da Encosta de Santana em 2002 (Idem) e, depois, aquando da retoma das escavações em 2004 (agradecemos a informação aos responsáveis, Manuela e Vasco Leitão). Este caminho secundário estaria ligado à "Via Norte" na zona do actual Largo de S. Domingos.

A "Via Norte" seria o eixo estruturante da própria necrópole, tendo sido observada uma hierarquização do próprio espaço funerário em função da proximidade a este caminho principal (Silva, 2005, 2012).

As escavações da Praça da Figueira de 1999-2001 permitiram definir cinco momentos distintos para o período romano e da Antiguidade Tardia, definidos pelo carácter da ocupação do espaço (Silva, 2005: 38-58):

1ª Fase – Verifica-se a presença predominante de materiais líticos e cerâmicos quer da Idade do Bronze Final, mas também da Idade do Ferro, mas a ocorrência de um fragmento de parede de cerâmica campaniense A remete esta primeira cronologia da ocupação romana do espaço para os séculos II ou I a.C., já dentro do período de dominação romana de *Olisipo*.

2ª Fase – período de "instalação do primeiro urbanismo alto imperial", verificando-se uma maior dinâmica na estruturação do espaço, que se caracteriza principalmente pela construção da primeira pavimentação da "Via Norte" de *Olisipo*. Foi também identificada a oeste uma outra via perpendicular à anterior, de carácter secundário, que serviria mais tarde de acesso ao circo e a outras estruturas, e um muro que delimitaria a Norte esta via de menor entidade, com uma construção semelhante aos primeiros muros encontrados a ladear a via principal.

3ª Fase – Corresponde aos espaços de utilização funerária intensiva, junto à "Via Norte", desenvolvendo-se de uma forma estruturada em seu redor. Esta fase equivale ao funcionamento da necrópole "monumentalizada", causa de um fenómeno de transformação do ritual da morte ocorrido a partir dos finais da República em muitas cidades da Hispânia em finais do período Republicano, mas principalmente no início dos principados dos Júlios-Cláudios, elemento que remete os inícios da necrópole para o principado de Cláudio (Silva, 2012).

A "Via Norte" seria a linha estruturante da necrópole, à exceção dos sepultamentos junto da "entrada porticada" e do muro. Apesar da inumação ser praticada em *Olisipo* nos finais do século I a.C. e primeiras décadas do I d.C., fenómeno observável na necrópole da Rua dos Correeiros, na "Necrópole NO" da cidade a prática da incineração era aparentemente exclusiva no séc. I d.C. É ainda de referir a utilização constante de alguns edifícios funerários até ao século III d.C.

Num segundo momento, entre os séculos II e III d.C., ocorre um período de acentuação desta monumentalidade na zona da Praça da Figueira, uma ocorrência que tem lugar nas cidades mais romanizadas do ocidente. Ocorre também uma reorientação do troço sul exumado da "Via Norte" (inclinação mais a 30° a NO). É ainda de salientar o encerramento da via secundária com um portão duplo e ferrolhos já no século III d.C., um condicionamento que poderia estar associado à acessibilidade ao circo.

4ª Fase – é um período de "desmonumentalização" da necrópole resultante de ações intensivas e sistemáticas de roubo de pedra, relacionáveis com a construção de um novo sistema defensivo urbano, levando à destruição das arquitecturas funerárias. Tratou-se de um fenómeno rápido, que alguns numismas em estratigrafia permitiram definir o ano de 270 d.C. como data inferior para o seu início, sendo outro indicador de abandono destas estruturas o *bustum* encontrado no centro da via secundária e assinalado com um silhar estucado, exemplo da desativação deste caminho. O espaço continua, todavia, a ser utilizado como espaço funerário, com vários exemplos de cremações e inumações, as últimas amplamente predominantes, provavelmente ao longo do séc. IV d.C.

5ª Fase - esta fase corresponderá ao abandono gradual e lento desta área como espaço de necrópole, numa data imprecisa ainda no século IV d.C. Esta fase da Época Tardo-Romana/Antiguidade tardia corresponderá ainda, nas etapas mais avançadas, ao abandono do próprio espaço da Praça da Figueira, embora tenham sido identificadas seis sepulturas de inumação, maioritariamente de infantis, ainda que dispersas e dissociadas entre si. A cronologia, destas sepulturas é indeterminável, dada a inexistência de espólio associado.

Nesta última fase se integra ainda a última reforma efetuada à "Via Norte", a qual terá ocorrido nos finais do séc. IV d.C. ou inícios do século V d.C., de acordo com dois numismas de Arcádio (385-409 d.C.) exumados sob o novo pavimento,

em ambos os troços escavados a sul e a norte da Praça. Esta via foi sobreposta por finas camadas areno-argilosas, com poucos materiais, que, contudo, sugerem a utilização do espaço ainda como trajeto viário. Correspondendo a toda a área escavada, foi identificada uma unidade estratigráfica uniforme, correspondente a um período deposicional lento, que indicia o momento de definitivo abandono do local, tratando-se do último registo assimilável a estes períodos (Silva, 2005, 2012).

3. Caracterização do núcleo da Necrópole das Portas de Santo Antão e o ritual funerário documentado

O espaço de necrópole revelou 9 sepulturas e uma estrutura que possivelmente teria também função funerária.

Do ponto de vista estrutural os contextos funerários podem ser divididos em dois grupos: sepulturas em covacho alongado (Sepulturas 1,2,5,6 e 9) e sepulturas estruturadas (Sepulturas 3, 4, 7 e 8).

No que concerne às sepulturas estruturadas, estas podem ser divididas em: as que possuíam coberturas com *lateres*, a formar duas águas (Sepulturas 3, 7 e 8), e as de cobertura realizada com pedras de pequena a média dimensão que cobriam *lateres* dispostos em V (Sepultura 4). Menciona-se, ainda, que as sepulturas 4 e 7 apresentavam características das suas paredes internas distintas relativamente às restantes. A sepultura 4 apresentava as paredes totalmente revestidas com um reboco de cal, branco; já a sepultura 7 apresentava as suas paredes revestidas a argamassa, formando uma pequena "caixa".

No que se refere ao ritual funerário, podemos inferir que 5 dos indivíduos (sepulturas 1, 2, 5, 6 e 9) teriam sido inumados dentro de ataúdes de madeira, considerando a disposição e a existência de pregos de grandes dimensões no interior das sepulturas, tendo-se o esquife desintegrado ao longo do tempo.



Figura 2 – Tipologia das Sepulturas Estruturadas com cobertura (à esquerda – Sepultura 3 e ao centro – Sepultura 4) e em Covacho (Sepultura 2). Destacase ainda a presença de estuque branco nas paredes interiores da Sepultura 4 (ao centro).

4. A Sepultura 3 – o contexto de proveniência do compasso

A sepultura no qual estava presente o compasso, a nível estrutural era composta por uma cobertura de pedras calcárias de pequena e média dimensão e por *lateres* dispostos na horizontal, ligados por argamassa. Dois outros *lateres* foram colocados na oblíqua na zona da cabeceira, formando parcialmente uma cobertura de duas águas. Em quatro dos *lateres* verificaram-se marcas digitadas que formavam um X nas faces voltadas para o interior da sepultura.

No interior da estrutura estava presente um individuo *in situ*, depositado em decúbito dorsal com o crânio em norma anterior descaído sobre o peito, o membro superior direito em extensão ao lado do tronco e o esquerdo flectido sobre o abdómen, com os membros inferiores em extensão. A sua orientação compreendia o crânio para sudeste e os pés para noroeste. Através da avaliação do perfil biológico foi possível determinar que estes vestígios correspondem a um adulto com mais de 30 anos, com caraterísticas morfológicas do sexo feminino.

O delicado estado de preservação deste indivíduo condicionou a observação de lesões patológicas, tendo sido registada apenas a nível dentário a presença moderada de desgaste. Desta análise destaca-se a existência de hipoplasias lineares do esmalte dentário (HLED) nos FDI 32, 33, 34, 43 e 44. Este tipo de achado consiste em alterações na espessura do esmalte e fornece um registo retrospectivo e longitudinal dos distúrbios de crescimento aquando da formação do esmalte e pode ocorrer devido a stresses nutricionais ou outros tipos de pressão sofrida durante a infância (Neiburger, 1990)



Figura 3 - Sepultura 3 - Topo.



Figura 4 – Individuo da Sepultura 3.

Em associação a este individuo estava presente um mobiliário constituído por: uma moeda (antonianus), um alfinete de cabelo em osso (acus crinalis), um anel em prata, um objecto que foi originalmente interpretado como uma pinça em liga de cobre, uma lucerna, um recipiente em vidro muito degradado, inclassificável por isso, um púcaro biansado de corpo bicónico e duas tigelas de bordo em aba extrovertida, os três últimos e a lucerna produções oleiras regionais.

Como se constata, os dados objetuais, em particular os objectos de adorno pessoal (acus crinalis e anel- Figura 5), e a análise bioantropológica, são concordantes no que respeita à definição de género feminino do indivíduo inumado.

Já de um ponto de vista cronológico, o restauro promovido pelo Laboratório de Conservação e Restauro do CAL-Centro de Arqueologia de Lisboa permitiu a recuperação dos elementos de caraterização do *antoninianus*: trata-se de uma cunhagem do Imperador Galieno (259/260-268 d.C.), de uma espécie do grupo diversificado denominado do «Sétimo Consulado», emissão ocorrida em 266 d.C., no caso enquadrável no tipo RIC.252 (Webb, 1927), e cuja legenda restituída seria, para o anverso IMP(*erator*) GALL[IENVS A]VG(*ustus*) e, para o reverso, PAX AETERNA AVG(*usta*).

De um ponto de vista da aferição cronológica, a moeda assume especial relevo por fixar um terminus post quem para a prática do sepultamento em 266 d.C., data que é concordante com os restantes elementos cerâmicos, nomeadamente a lucerna regional de disco, que tem paralelo em exemplares da Praça da Figueira encontrados em sepulturas das etapas finais da Fase III (Vieira, 2011), como nos restantes elementos vasculares regionais, que encerram paralelo nas produções da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011), em particular o púcaro (ou potinho) (tipo Rouxinol 2.3.4- Santos, 2011: fig. 6), mas também as tigelas de aba extrovertida, de alguma forma evocativas da morfologia Hayes 3C em terra sigillata clara africana A que, recorde-se, encerra uma cronologia que se arrasta pelo século III d.C. integrando as "claras A tardias" (Bonifay, 2004). O conjunto

de afinidades cronológicas entre os vários elementos compaginados configuram, portanto, uma cronologia de inícios do último terço do século III d.C. para a prática da Sepultura 3 da Rua das Portas de Santo Antão.

Foi neste contexto que o objeto inicialmente identificado como pinça em liga de cobre (bronze ?), na sequência das ações limpeza que o Laboratório de Conservação e Restauro do CAL, veio a revelar-se como sendo um compasso. Essas mesmas intervenções vieram a revelar, de igual modo, uma série de elementos gravados nas faces externas de ambas as hastes do objecto, cujo significado importa melhor aferir.



Figura 5 – Alfinete de Cabelo (1), Anel em prata (2) e Antuninianus de Galieno da Sepultura 3 da Rua das Portas de Santo Antão.



Figura 6 - Conjunto votivo da Sepultura 3.

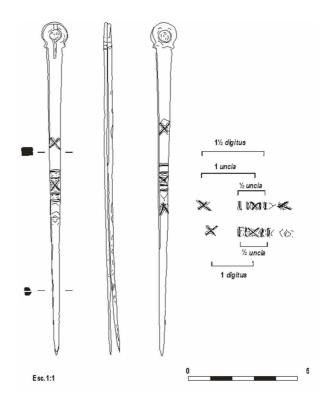


Figura 7 – Compasso da Sepultura 3 da Rua das Portas de Santo Antão e relação e relação eventual das respectivas marcações com unidades métricas lineares romanas.

O compasso é composto por duas peças fundidas individualmente, equivalentes a hastes de cabeça circular vazada, delimitada da perna por aletas laterais triangulares, com a fracção superior da perna de secção retangular e as zonas terminais de secção semicircular. Do perne que unia originalmente ambas as pecas resta somente a parte terminal em liga de cobre. Uma marcação axial mesial para marcação do encaixe do perne encontra-se gravada numa das cabecas de haste. Em ambos os lados externos das pernas, nas zonas planas, encontram-se gravações produzidas no metal, usando cruzes (X) e conjuntos de dois traços perpendiculares à perna (II) enquadrando uma cruz (IIXII). Estes últimos elementos não encerram com precisão as mesmas medidas máximas externas (1,44 cm e 1,24 cm), como é desigual de uma haste para a outra a distância das zonas terminais do conjunto de traços e cruz em relação à cruz isolada mais próxima da cabeça do compasso.

Marcações geométricas com estas características encontram-se também noutros compassos, e a despeito de não nos ter sido possível efectuar uma pesquisa mais aturada, que decerto revelaria um mais amplo número de exemplares, merecem referência especial um exemplar de Conímbriga encontrado nos níveis contemporâneos das Termas de Trajano (Alarcão et al., 1979: 16-17, Pl.I, n.º 1), para o qual os autores apontam um outro paralelo em Tingewick (Bunkinghamshire) (Alarcão et al., 1979: 16, nota 13), a que se podem acrescentar outros entretanto

publicados, como os do sítio de L´Auditorium, de Bordéus, datável da segunda metade-finais do séc. I d.C. (Raux, 2016), da Insula 31 de Augst, de cronologia próxima (Fünfschiling, 2012: 229, n° 286, pl. 10 apud RAUX, 2016: 42), Verona (Ciarallo, Carolis, 1999: 128 e 309), Roma e Pompeia, neste último caso dos contextos de entre o terramoto de 64 e a erupção de 79 d.C. (Di Pasquale, 1994: 640 e segs.; Ruggieri, 2017: 19).

Independentemente das diferenças cronológicas ou até formais entre o exemplar oriundo do contexto funerário lisboeta e o seu congénere lusitano ou os restantes mais distantes, resulta evidente que este tipo de marcações não encerra somente significado decorativo. A relação métrica das marcações neste tipo de objecto foi sugerida já pelos autores das Fouilles de Conimbriga, que a associam ao trabalho artesanal, seja da argila, pedra, madeira, osso, metais ou estuque/pintura, sendo assinalada a relação das marcações, como dos entalhes presentes somente no exemplar conimbricense, com unidades lineares romanas, nomeadamente o digitus e a uncia (Alarcão et al., 1979: 16-17). Esta mesma leitura seria mais recentemente retomada para os exemplares italianos cotejados, mas deve-se a Stephanie Raux a abordagem mais profunda ao tema: tomando como exemplo os exemplares de Bordéus e Augst, a investigadora demonstra que as marcas traduzem de forma muito aproximada múltiplos e submúltiplos de ambas as medidas mencionadas: 1 uncia, 1 ½ uncia, 1 digitus, 1 ½ digitus, ½, 2/3 e ¼ de digitus (Raux, 2016: 43 e fig. 4).

No que se refere ao exemplar recolhido na Sepultura 3 da Rua das Portas de Santo Antão, é possível relacionar de forma exacta, ou muito aproximada, à uncia e ao digitus, ao 1½ digitus (este menos provável) e à ½ uncia (Fig.5). Não existindo relação directa da abertura do compasso com as marcações, como também assinala Raux, este tipo de objectos seriam empregues também como régua-bitola (Raux, 2016: 43-45). Sendo os compassos instrumentos de medida eles próprios, pois servem para estimar intervalos e distâncias, as indicações neles gravadas constituem, portanto, uma evidência inequívoca do seu carácter também metrológico, como é o carácter do instrumento lisboeta.

5. Considerações finais

Os escritores latinos (Ovídio, Higino, Isidoro de Sevilha) atribuem a criação do compasso ao jovem sobrinho do inventor Dédalo, Perdix (ou Talón, por aquele depois assassinado com receio de o seu génio ser suplantado): "foi ele o primeiro a prender duas hastes de ferro por um só eixo, de modo a que, mantendo uma distância fixa, uma ficasse imóvel, a outra descrevendo um círculo" (Ovídio, Metamorphosis, VIII, 244 e segs- Alberto, 2007: 245). Uma outra versão helénica mais antiga recolhida na Bibliothēkē, obra de colecção mitológica do "Pseudo-Apolodoro de Atenas" e cuja redacção a crítica histórica coloca nos sécs. I-II d.C. (Diller, 1935: 296-300), atribui a invenção a Talón, autómato em bronze que protegia e guardava Europa circulando três vezes ao dia a Ilha de Creta, assimilando numa mesma tradição mítica narrativas díspares.

O compasso enquanto objecto tem, todavia, uma origem bem mais recuada, directamente relacionável com a necessidade de instrumentos de precisão (que implicam de igual modo a régua e o esquadro), por força dos desenvolvimentos da geometria plana e dos pressupostos de exactidão no desenho, medição e cálculo. Por esta razão, aplicações práticas do compasso foram assimiladas à Idade do Bronze Médio na Europa Ocidental (Gómez de Soto, Picod, 2004), muito embora seja nos traçados arquitectónicos e da agrimensura da Antiguidade Pré-Clássica (Egipto, Mesopotâmia e Indo) que se deverá procurar o seu uso mais extenso e sofisticado, num quadro matemático de bem maior complexidade.

Uma maior extensão da aplicabilidade do compasso está directamente conectada com os desenvolvimentos filosóficos do pensamento grego, em particular da escola pitagórica e suas repercussões ulteriores, particularmente a integração num todo coerente da racionalização matemática e de um misticismo-religiosidade de cariz oriental, cabendo à matemática (termo que aliás surge neste contexto) um papel crucial, dado que "a matemática é o alfabeto com o qual os deuses escreveram o universo". Como consequência, o desenvolvimento dos princípios e pressupostos da geometria plana alastrar-se-iam na Antiguidade Clássica às mais variadas ars e techne, e o papel dos instrumentos de precisão (compasso, régua e esquadro) sobrepassou o desempenhado em áreas de cariz mais "técnico-científico", como a geonomia, arquitectura, agrimensura e construção naval, para integrar os quotidianos artesanais e manufactureiros em áreas como as da olaria, escultura, lapidária, cantaria, o trabalho do metal (incluindo a ourivesaria e a bijuteria), do osso, da madeira (incluindo a marcenaria) ou as artes decorativas (musivária, estuque e pintura mural).

A extensão do domínio romano comportaria, portanto, a disseminação geográfica do saber matemático e das tecnologias conexas para áreas até então deles desconhecedoras. Por essa razão, o compasso faz o seu aparecimento nos contextos arqueológicos, estando repertoriados para o território hoje português exemplares com bem distintas finalidades, como o já antes citado de Conímbriga, um outro elíptico da mesma cidade (Alarcão et al., 1979: 17, n.°s 1-2), um de Cerro de Guelhim (Faro) (Alarcão, 1997: 89, n.º 7), outro em Quinta da Igreja (Mangualde) (Nóbrega, 2003: 36) e exemplares em ferro do Monte da Falperra (Braga) e da uilla de S.Cucufate (Vidigueira) (Alarcão, 1997: 163, n.º25). A acrescentar à amostra poder-se-ia aduzir a representação de um objeto como ornamentação de um pulvino descoberto em Aldeia de Gagos (Penela) do " que, à primeira vista, se assemelha a um compasso, mas que também pode ser a estilização de um jarro do tipo almotolia" (Carvalho, Encarnação; 2006: 93 e foto 1).

A amostragem portuguesa de compassos de época romana, a despeito de limitada, ilustra bem o quadro artesanal em que este tipo de objectos faz o seu aparecimento, ligados no essencial à construção (marcenaria, talhe de pedra, estucagem ou pintura mural) ou a outras actividades

insuficientemente esclarecidas mas deste âmbito artesanal. Nestes últimos se inserirá o compasso associado à Sepultura 3 da Rua das Portas de Santo Antão, em Lisboa, como aquele de Conimbriga que de igual modo ostenta marcações metrológicas. Ora, a circunstância de ostentarem ambos graduações de unidades lineares padronizadas romanas, note-se que as de mais pequena escala (polegada e dedo), e, em sentido diverso, não demonstrarem um elevado rigor e preocupação com essa mesma marcação, sugere domínios artesanais de actividade não demasiadamente precisos, de qualquer das formas actuando sobre objectos de pequena dimensão. No caso do paralelo de Bordéus, o achado foi relacionado por Stephanie Raux com os descartes próximos de uma oficina de talhe de objetos em osso (Raux, 2016: 44-46), e poderá ser essa a explicação para os compassos de Lisboa e de Conimbriga. Como esclarece a investigadora, aquela ligação não é. todavia, categórica (Raux, 2016: 44), podendo aventarem-se agui outras hipóteses do mesmo modo plausíveis, como o fabrico de elementos de adorno metálicos, incluindo a ourivesaria. Em jeito de conclusão, assoma como aliciante correlacionar a deposição do compasso com a identidade social da mulher adulta inumada, eventualmente uma artesã olisiponense do último terço do séc. III d.C.

Referências Bibliográficas

ALARCÃO, A.M. (coord.) (1997)- *Portugal Romano. A exploração dos Recursos Naturais*, Catálogo, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.

ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R.; ALARCÃO, A.M.; PONTE, S. (1979), Fouilles de Conimbriga (J. Alarcão e R. Étienne dir.), vol. VII, Trouvailles Diverses – Conclusions Générales, Paris, Diffusion E.De Boccard.

ALBERTO, P.F. (2007) (Trad.), Ovídio, *Metamorfoses*, Livros da Cotovia.

BONIFAY, M. (2004), Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique, Oxford, Archaeopress (Col. British Archaeological Reports, International Series. 1301).

BRUZEK, J. (2002), "A method for visual determination of sex, using the human hip bone", In: *American Journal of Physical Anthropology*, 117. Hoboken, American Association of Physical Anthropologists, p. 157-168.

CABAÇO, N.; SARRAZOLA, A.; SILVA, R.B.; CARVALHO, L.; LOURENÇO, M.. (2017), "O espaço de necrópole romana das Portas de Santo Antão, Lisboa", *Il Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses - Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1243-1254.

CARVALHO, P.C.; ENCARNAÇÃO, J.D' (2006), "O Monumento Romano da Quinta da Caneca (Salgueiro, Fundão), *Eburobriga. História. Arqueologia. Património. Museologia*, Revista do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro do Fundão, 4, Fundão, Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, p.91-98.
CIARALLO, A.; CAROLIS, E. de (Eds.) (1999), *Homo Faber, catalogo della mostra*, Milano 1999, Milão, Electra Editore.
DI PASQUALE, G. (1994), "Studio su un grupo di compassi romani di Pompéi", *Nuncius. Journal of the Material and Visual History of Science*, vol. 9, fasc.2, Florença, Museo Galileo, p. 635-644.
DILLER, A. (1935), "The Text History of the Bibliotheca of Pseudo-Apollodorus", *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, n.º 66, Baltimore, Johns Hopkins University Press, p. 296-313.

FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I.; STLOUKALI, M. (1980), "Recomendations for age and sex diagnosis of skeletons", *Journal of Human Evolution*, 9 (7), Elsevier, p. 517-549. FÜNFSCHILING, S (.2012), "Fünfschilling, Schreibgeräte undSchreibzubehör aus Augusta Raurica", *Jahresberichteaus Augst und Kaiseraugst*, 33, Augst, Museum Augusta Raurica, p. 163-236. GÓMEZ DE SOTO, J.; PICOD, C. (2004), "Utilisation d'un système tournant et du compas au début du Bronze moyen en Extrême Occident: les éléments de harnachement de la grotte des Perratsà Agris (Charente) ", In: Michel Feugère, Jean-Claude Gerold (dir.), *Le tournage, des origines à l'an Mil. Actes du colloque de Niederbronn*, octobre 2003. Drémil-Lafage, Éditions Monique Mergoil (Col. Monographies Instrumentum, 27), p. 37-42. HAYES, J.W. (1972), *Late Roman Pottery*, Londres, British School at Rome.

ISINGS, C. (1959), Roman glass from dated finds, Groningen e Jacarta, Academiae Rheno-Traiectinae Instituto Archaeologico (col. Archaeologia Traiectina, II).

MACLAUĞHLIN, S. M. (1990), "Epiphyseal Fusion at The Sternal End of the Clavicle in a Modern Portuguese Skeletal Sample", *Antropologia Portuguesa*, 8. Coimbra, Centro de Investigação em Antropologia e Saúde da Universidade de Coimbra, p. 59 - 68. MOITA, I. (1968), "Achados de época romana no sub-solo de Lisboa", *Revista Municipal*, Ano 19. N.ºs 116-117, Lisboa: p. 33-71 MURALHA, J.; COSTA, C.; CALADO, M. (2002), "Intervenções Arqueológicas na Encosta de Sant'Ana (Martin Moniz,Lisboa)", *Al-Madan*, 2ª série nº 11, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 245-246.

NEIBURGER, E. J. (1990), "Enema Hypoplasia: Poor Indicator of Dietary Stress", *American Journal of Physical Anthropology*, vol.82, n°2. Hoboken, American Association of Physical Anthropologists, p. 231-233.

NÒBREGA, P.P. (2003), *Presença Romana nos Concelhos de Mangualde e Penalva do Castelo*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

https://issuu.com/pedropinanobrega/docs/tampr [Consultado a 16.06.2019]

QUARESMA, J.C. (2012), Economia Antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra Sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Miróbriga?), Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (col. Estudos & Memórias, 4). RAUX, S. (2016), "Jambes de compas du Haut-Empire portant des graduations de mesure: un exemplaire sur le site de l'Auditorium à Bordeaux (F, Gironde)", Bulletin Instrumentum, 43. S/I, Association Instrumentum, p.42.

RIBEIRO, I.S.A. (2010), A Terra Sigillata Hispânica da Praça da Figueira (Dissertação de Mestrado em Arqueologia). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

RÜGGIËRI, N. (2017), "Macchine, strumenti, utensìli e attrezzi di cantiere a Pompéi nel I sécolo d.C.", *Bolletino Ingenieri*, 9-10, Florença, Collegio degli Ingegneri della Toscana srl, p.16-28. RÜTTI, B. (1991), *Die Römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst*, vol. II, Katalog und Tafeln. Augst: Museen und Archäologie des Kantons Basel-Landschaft (col. Forschungen in Augst, 13).

SANTOS, C.R. dos (2011), As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol (Dissertação de Mestrado em Arqueologia), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

SARRAZOLA, A.; CABAÇO, N.; REIS, H.; LOURENÇO, M. (2017), Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos, Projeto de Requalificação Urbana Intervenção Arqueológica Rua das Portas de Santo Antão 84/90 Lisboa, Cruz Quebrada, ERA Arqueologia (policopiado)

ŠEPÚĽVEDÁ, E.; VALE, A.; SOUSA, V.; SANTOS, V.; GUERREIRO, N. (2002), "A cronologia do circo de Olisipo: a Terra Sigillata", Revista Portuguesa de Arqueologia, vol.5, fasc.2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, p.245-275
SILVA, R.B. da (2002), "As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo", Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997), Almada, Câmara Municipal de Almada (col. Monografias Arqueologia), p. 193-205.

SILVA, R.B. da (2005), As "marcas de oleiro" em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C.- séc. II d.C.), (Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, especialização em Arqueologia Urbana). Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais (policopiado).

SILVA, R.B. (2012), As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

SMITH, B.H. (1984)- "Patterns of molar wear in hunter—gatherers and agriculturalists", *American Journal of Physical Anthropology*, vol.63, Hoboken, American Association of Physical Anthropologists, p. 39-56.

WEBB, P.H. (1927), Roman Imperial Coinage (Harold Mattingly and Edward Allen Sydenham Eds.), Vol. V, Part 1, Valerian to Florian. Londres, Spink and Son Ltd.

VALE, A.; FERNANDES, L. (2002), "Intervenção arqueológica na Praça de D. Pedro IV (Rossio) em Lisboa", *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997), Almada, Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus (col. Monografias Arqueologia), p.109-121.

VIEIRA, V.A.C.N. (2012), As lucernas romanas da Praça da Figueira (Lisboa: contributo para o conhecimento de Olisipo (Dissertação de Mestrado em Arqueologia), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

CASTELO DE MIRANDA DO DOURO. PRINCIPAIS DADOS DE UMA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NUMA PRAÇA FORTE DO NORDESTE TRANSMONTANO.

Rui Pinheiro¹

Resumo:

Este artigo tem como objetivo dar a conhecer os dados recolhidos na intervenção realizada no castelo de Miranda do Douro no âmbito do projeto "Castelos a Norte". Intervindo-se numa área de cerca de 1045 m2, dividida em dois sectores distintos 1 e 2, foi nos permitido detetar parte do sistema defensivo de Miranda do Douro, desde a idade Média até à Idade Moderna.

Abstract:

Miranda do Douro castle - main data from na archaeological excavation of a stronghold in the Northeast of Trás-os-Montes.

The objective of this article is to make known the data collected in the intervention carried out in the castle of Miranda do Douro under the project "Castles up North". Intervening in an area of about 1045 m2; divided into two distinct sectors 1 and 2, we were allowed to detect part of the defensive system of Miranda do Douro from the Middle Ages to the Modern Age.

1. Introdução

A área onde decorreram os trabalhos arqueológicos está localizada no Nordeste Transmontano, distrito de Bragança, concelho de Miranda do Douro e freguesia de Miranda do Douro.

Miranda faz fronteira com Espanha (região Castilha/Leão) (Figura 1). As coordenadas de um ponto central de Miranda são: Lat: 41° 29' 48' N, Long: 6° 16' 23' W, Alt: 674M.

A intervenção arqueológica foi realizada no âmbito do empreendimento de requalificação da muralha medieval/moderna do Castelo de Miranda do Douro, sendo estes trabalhos realizados no âmbito do projeto "Castelos a Norte" (código NORTE-04-2114_FEDER-00054). Os trabalhos a realizar implicaram a afetação de áreas que poderiam apresentar potencial arqueológico, já que estes se desenvolveram na Área do Castelo de Miranda do Douro Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público -, Decreto n.º 40 361, DG, I Série, n.º 228, de 20-10-1955, Portaria de 3-06-1957, publicada no DG, II Série, n.º 185, de 9-08-1957 (com ZNA).





Figura 1 – Localização área de intervenção em Miranda do Douro.

Os trabalhos foram adjudicados à empresa ERA Arqueologia, S.A. pela Câmara Municipal de Miranda do Douro e tiveram a direção científica dos arqueólogos Rui Pinheiro, Francisco Raimundo e José Carvalho, sendo executados e acompanhados permanentemente no campo pelo signatário do presente artigo.

¹ Omniknos, Lda. - ruipinheiro14@sapo.pt

2. Breve Resenha histórica

As origens de Miranda do Douro continuam a levantar algumas dúvidas. No entanto, segundo alguns investigadores, com base em alguns achados arqueológicos, as origens de Miranda são atribuídas a um povoado da Idade do Ferro.

Seja como for, após a conquista deste território pelos Muçulmanos estes ocupam-no por cerca de 200 anos, entre os anos de 715/716 e finais do século IX (Barroca, 2009), embora esta fosse uma zona marginal relativamente ao centro de decisão do Emirado de Córdoba.

Com Afonso III das Astúrias irá acontecer as presúrias do Porto em 868, por Vímara Peres, Chaves em 872 pelo Conde Odório e Coimbra pelo Conde Hermenegildo no ano de 872 (Barroca, 2009).

Na fase final do reinado de Afonso III, a conquista do Nordeste do atual território português tem avanços significativos com a presúria de Toro em 900, Burgo de Osma em 912 e de Zamora no ano de 893, fixando a fronteira no vale do Douro.

A conquista do espaço ocupado atualmente por Miranda do Douro não é possível de dissociar da presúria de Zamora, em 893. Podemos datá-la como posterior às presúrias do Porto e Chaves nos anos de 868-872, e antes da presúria de Zamora (Barroca, 2009).

Com a integração destes vastos territórios irá surgir uma nova organização territorial assente na criação das *Civitaes*, grandes unidades territoriais dirigidas por um Conde ou *Dux* a partir de um "lugar central", surgindo assim o castelo, estrutura eminentemente militar e grande novidade da Idade Média.

Posteriormente a esta organização territorial surge uma outra, baseada na nobreza local e no castelo românico denominadas por Terras; assim, os castelos eram denominados por cabeças-de-terras.

Os primeiros reis adotaram esta organização territorial, fortalecendo assim o seu poder. Com o passar do tempo esta veio a revelar-se ineficaz e a partir de D. Afonso III houve uma política distinta com a fundação de novas vilas urbanas, sua face mais visível.

Apesar deste novo modelo organizativo, não foi dispensada a construção de castelos. Assim é construído o castelo de Miranda do Douro, aproveitando um castelo/estrutura anterior.

Dessa forma, em 18 de dezembro de 1286, D. Dinis outorga foral de fundação à nova vila de Miranda do Douro, consumando-se assim a transferência do poder do Castelo de Algoso, cabeça-de-terra até ao momento, para o novo castelo de Miranda do Douro. Dado o facto de D.Dinis dar foral a Nova Vila de Miranda do Douro é de assumir que este sítio já teria importância estratégica relativamente a Castela,

como ponto de defesa do reino e da zona raiana em que se insere.

Em 1297, aquando do Tratado de Alcanices, tratado este que define quase em definitivo as nossas fronteiras terrestres, D. Dinis passa por Miranda do Douro e concedendo uma Carta de Privilégios. D. Fernando numa tentativa de povoar quer a região quer a vila, faz desta zona um Couto de Homiziados. Mais tarde, D. João I reforça esta intenção. Esse monarca, em agradecimento pelo apoio de Miranda à sua causa na crise de 1383/85, manda fazer vários melhoramentos locais, nomeadamente no Castelo, incluindo uma potente torre adossada à muralha da Alcáçova. Miranda é das poucas vilas transmontanas que apoiam a causa do Mestre de Avis.

No século XV, D. Afonso V manda construir a primeira casa de alfândega, ainda hoje existente, concedendo mais alguns privilégios à Vila de Miranda.

Em 1510, D. Manuel I outorga novo foral à vila de Miranda do Douro.

D. João III, em 1545 pede ao Papa Paulo III a criação de uma nova diocese no Nordeste português, escolhendo a vila de Miranda do Douro para sua sede. O papa, pela Bula Pontífice de 23 de maio de 1545, cria a diocese de Miranda. Por Carta Régia de 10 de julho de 1545, D. João III eleva Miranda a cidade concedendo-lhe o privilégio de enviar procuradores à Corte. A construção da Catedral inicia-se neste reinado.

Entre 1545 e 1640 Miranda assiste a um grande progresso económico e cultural, tornando-se assim na "capital" de Trásos-Montes e numa importante praça militar.

Em 1640, nas Guerras da Restauração, Miranda apoia D. João IV assistindo-se, por iniciativa do conde de Mesquitela, a uma série de obras para renovação da fortaleza. Neste período existe uma série de escaramuças com Espanha, até 1668, altura de consolidação da independência.

Durante a Guerra de Sucessão de Espanha, durante o reinado de D. João V, Miranda é ocupada em 8 de Julho de 1710. Era governador da praça o general Luís Machado secundado pelo sargento-mor Carlos Pimentel. Em 11 de março de 1711 Miranda passa outra vez para mãos portuguesas.

Em meados de século XVIII, com D. José I, ao recusar-se a aderir ao Pacto de Família em 1762, Portugal vê-se envolvido na Guerra dos Sete Anos.

Assim, no decurso desta guerra, Miranda em 8 de maio de 1762 é cercada por um exército espanhol com cerca de 30000 homens, comandado pelo Marquês de Sarriá. Este bombardeia Miranda, dando-se uma enorme explosão do paiol de pólvora destruindo parte do castelo, muralhas e no casario. Nesta explosão morreu cerca de 1/3 da população de Miranda. Após esta situação gerou-se um clima de pobreza e inseguranca (Mourinho, 1994).

A praça forte de Miranda é recuperada no ano seguinte por tropas portuguesas comandadas por Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumburg-Lippe, Conde de Lippe, vindo no dia 10 de novembro de 1763 a ser assinado o tratado de paz.

Em 1765, D. Frei de Aleixo de Miranda Henriques pede a transferência da sede de bispado para Bragança, o papa Clemente XIV tenta conciliar a situação criando duas dioceses, uma em Miranda e uma outra em Bragança, pela bula datada de 10-07-1770. Esta solução durou pouco tempo já que D. Miguel de Meneses, alegando a ruína e pobreza de Miranda, resignou do cargo.

Por meio de uma nova bula, em 27-10-1780, o papa Pio VI integra a diocese de Miranda na diocese de Bragança. Este fato, juntamente com a destruição de Miranda provocada pela guerra do Mirandum, em 1762, irá levar à ruína e decadência da cidade de Miranda do Douro.

Em 1780, D. Maria I ainda envia a Miranda o sargento-mor de infantaria José Champalimaud de Naussane para analisar os danos infligidos, quer ás estruturas militares quer civis, e propor um plano para a sua recuperação e reconstrução.

Porém com as vicissitudes políticas do século XIX, invasões napoleónicas, fuga da corte para o Brasil, guerras civis, etc; a construção/reconstrução do novo quartel e estruturas defensivas nunca chegou a acontecer. Assim o castelo de Miranda entra num lento processo de abandono e de ruína, chegando ao século XX com importantes destruições.

Só em meados do século XX com a construção dos aproveitamentos hidroelétricos das barragens de Miranda e Picote é que a cidade de Miranda ganha um novo dinamismo.

3. A Intervenção Arqueológica: principais Dados.

Os trabalhos de escavação arqueológica realizada entre novembro de 2018 e de março de 2019 abrangeram aproximadamente 1050 m2 de área.

Após a conclusão dos trabalhos arqueológicos foi possível estabelecer a seguinte sequência estratigráfica.

3.1. Sector 1

No sector 1 foi possível estabelecer estratigraficamente 5 níveis/fases de ocupação:

- Fase 1. Esta fase identificada é da época contemporânea e é composto pelas terras escuras que compõem atualmente a superfície do espaço.
- Fase 2. Esta fase também da época contemporânea, é composto por um uma infraestrutura para condução de água, um tubo de ferro com a respetiva vala.
- Fase 3. A terceira fase diz respeito ao entulhamento/colmatação do local após o abandono da estrutura militar identificada como o

- hornaveque e que podemos cronologicamente balizar entre os séculos XIX e XX.
- Fase 4. A 4ª fase diz respeito a um contexto de incêndio; identificado na sondagem 03; será provavelmente fruto da guerra do Mirandum, em 1762. Este nível pode ser datado com alguma segurança de finais do século XVIII.
- Fase 5. Esta fase diz respeito, quer à estrutura construída em terra/argamassa compactada, posta a descoberto na sondagem 01, quer ao nível de circulação posto a descoberto nas sondagens 02 e 03. Quer esta estrutura quer os níveis de circulação foram interpretados como fazendo parte do hornaveque que existia no local sendo a sua cronologia do século XVIII.

3.2. Sector 2

No sector 2 foram possíveis identificar 9 fases de ocupação/abandono:

- Fase 1. Esta fase, da época contemporânea, corresponde à implantação de um tubo de ferro para condução de água e respetiva vala de implantação.
- Fase 2. Corresponde às terras escura, agricultadas no século XX.
- Fase 3. Também da época contemporânea, corresponde à construção dos muros em pedra seca que permitiram a construção do espaço ocupado pelas leiras existentes no local.
- Fase 4, corresponde a uma série de aterros constituídos por vários sedimentos e por vários derrubes; uns por ruína natural outros fruto da Guerra do Mirandum em 1762, podendo ser datados de finais do século XVIII e século XIX.
- Fase 5. Esta fase corresponde à construção de diversas estruturas para adaptar o castelo de Miranda do Douro ao uso de armas de fogo. Cronologicamente, podemos balizar este nível entre os séculos XVII/XVIII.
- Fase 6. Corresponde à construção da estrutura em pedras seca e ao sedimento sob esta estrutura; corresponderá à 1ª tentativa de construção de uma bancada de tiro?; Podemos balizá-la entre os séculos XVI e XVII.
- Fase 7. Corresponde à construção, na segunda metade do século XV, da estrutura onde estão abertas as troneiras e estruturas coetâneas. A esta fase corresponde a reformulação verificada na muralha medieval.
- Fase 8. Este nível de ocupação corresponde à construção da barbaçã, à porta de acesso ao

interior da liça, ao "vestíbulo", e à reformulação verificada na área intramuros no extremo Oeste da sondagem 04. Podemos datar esta fase da 1ª metade do século XV.

 Fase 9. Corresponde à construção da cerca medieval e respetiva torre de menagem.

4. As estruturas militares

As estruturas militares postas a descoberto nesta intervenção arqueológica foram, no sector 1, uma estrutura construída em terra/argamassa compactada e o nível de circulação posto a descoberto nas sondagens 02 e 03. Estes contextos foram interpretados como fazendo parte do hornaveque que existia no local sendo a sua cronologia do século XVIII (Figura 2).

No sector 2, bastante mais profícuo em dados arqueológicos, foi possível por várias estruturas militares à vista.

Com a retirada dos níveis superficiais começou-se a pôr a descoberto, no limite Sul da área da escavação, uma estrutura, unidade [410], interpretada como uma bancada de tiro. Já na planta realizada no dia 12 de maio de 1762 por parte dos Espanhóis esta zona aparece referenciada como uma bateria de defesa do hornavegue. Esta bancada de tiro apresenta uma orientação aproximada de E-W e é constituída por alvenaria de pedra aparelhada tendo como ligante uma argamassa de barro e cal. A bancada de tiro é de 50,40m de comprimento e 1m de largura, apresentando uma altura máxima conservada de 3,30m. Esta bancada inclui uns pequenos e sucessivos orifícios de 3.25m em 3,25m, sendo a sua dimensão de 20cmx20cm. Estes orifícios serviriam para o disparo de armas de fogo. Esta estrutura deverá ter sido construída entre meados do século XVII e meados do século XVIII, notando-se que é uma construção cuidada, provavelmente feita num período de acalmia em termos militares (Figuras 3 e 4).

Esta estrutura sofreu uma reformulação na sua zona Oeste, unidade [471], em que se nota um rearranjo da bancada de tiro, notando-se que esta obra foi menos cuidada do que a construção da própria bancada de tiro. Terá sido este feito já num período de guerra ou de instabilidade?

Com a escavação da unidade [416], constituída por terra de coloração castanha clara e compacta, último sedimento a encostar à bancada de tiro, pôs-se à mostra uma outra estrutura, unidade [430], construída por alvenaria de pedra aparelhada de pequena e média dimensão. Esta estrutura é constituída por aparelho insosso que não tem nenhum tipo de argamassa como ligante e é paralela à muralha medieval. Esta estrutura tem 38,20m de comprimento, 1,30m de largura tendo como altura máxima conservada de 1,10m. O embasamento desta estrutura é feito por uma pequena camada de argamassa de cal e saibro. A sua funcionalidade não foi possível de aferir, nem a sua existência se encontra referenciada em qualquer planta por nós consultada, mas muito provavelmente terá sido uma adaptação, nesta zona

do Castelo de Miranda do Douro, ao uso da pirobalística. Terá sido uma primeira bancada de tiro?



Figura 2 – Vista sobre o nível de empedrado. Plano final.



Figura 3 – Bancada de tiro. Perspetiva de NE.



Figura 4 – Pormenor do alçado e dos orifícios para disparo de armas de fogo.

Entre estas duas estruturas, unidades [410] e [430], temos umas pedras fincadas [427] que foram primeiramente interpretadas como um mero derrube. Após o começo do desmonte de tal "derrube" é que nos foi possível aperceber, que estas pedras fincadas constituem parte do próprio sistema defensivo da bancada de tiro. Este conjunto de pedras fincadas/imbricadas serviam para evitar os ataques da infantaria inimiga, quer o escalonamento por parte desta, à bancada de tiro. A concentração destas pedras fincadas tornava praticamente impossível a circulação de pessoas ou o uso de escadas para o escalonamento da própria bancada de tiro (Figuras 5 e 6).

Após a retirada da unidade [415] definiu-se o topo da unidade [425], sedimento de coloração castanha, heterogénea. Este sedimento está sob o muro de pedra seca, unidade [430], e cobre quer o substrato geológico [434], quer a vala de fundação da muralha medieval, quer o enchimento de dois buracos de poste.

A unidade [425] apoia-se em duas estruturas identificadas com as unidades [443] e [444]. A unidade [443] é um arranque de um muro, que corta a muralha de cronologia medieval. Esta é constituída por alvenaria de silhares aparelhados, com marca de canteiro e argamassados com um ligante de cal e de coloração esbranquiçada. Associado a esta estrutura temos um lajeado/empedrado construído por lajetas de pequena e média dimensão. Quer este lajeado quer a estrutura serão provavelmente obra de D. João I, quando este promoveu melhoramentos na praça-forte de Miranda do Douro pelo apoio que esta praça deu ao mestre aquando da crise de 1383/1385 (Figura 7).

Do enchimento, unidade [431], da vala de fundação da muralha [413], para além da amostra de sedimento recolheram-se alguns fragmentos de cerâmica comum de cronologia medieval. O interface vertical de abertura da vala, UE [432], tem um perfil em "U", sendo paralelo à própria muralha.

Próximo da vala de fundação da muralha definiu-se o topo do enchimento de dois buracos de poste, unidade [433]. Estes dois interfaces verticais de boca ovalada, unidades [435] e [436], têm cerca de 1,10m de diâmetro e uma profundidade que varia entre os 18cm e os 30cm. Estes buracos de poste, pela sua dimensão e localização, fizeram muito provavelmente parte de um sistema de elevação para a construção da própria muralha. Com a deteção destas realidades, optou-se por uma escavação parcial desta realidade, a unidade [425], 10m a contar do corte Este, deixando-se o restante da área em reserva científica.

O troço de muralha, de cronologia medieval, tem 65,5m de comprimento, 2,90m de largura e uma altura máxima conservada no alçado interno de 1,85m, sendo que no alçado externo apresenta cerca de 1,75m. O aparelho da muralha é pseudo-isómodo, embora esta tenha aparelho em "cotovelo", quer no paramento interno quer no paramento externo. Neste último também se inclui alvenaria com "rolhas". O interior da muralha é preenchido com pedra aparelhada de tamanho variável e argila misturada com

terra, tendo esta mistura uma coloração avermelhada. No alçado interno existem vestígios da escada que dava acesso ao adarve, nomeadamente três degraus (Figuras 8 a 12).



Figura 5 – Vista sobre o muro de pedra seca. UE 430 e sobre a unidade 427; pedras fincadas.



Figura 6 – Vista superior sobre as pedras fincadas. UE 427...

A existência destes dois tipos de aparelho, "cotovelos" e "rolhas", indicam-nos que a sua construção desta poderá ser anterior à fundação Dionisina, pelo menos para alguns trechos da muralha. Segundo Barroca (2009) esta

melhoria/evolução do aparelho de construção, afastando-se progressivamente do aparelho pré-românico, evitando o aparelho com cotovelos muito pronunciados, uma maior regularização deste pode-se designar por aparelho Proto-Românico. Nesta fase também vamos assistir a uma maior complexificação da arquitetura do próprio castelo, começando estes a adotar torreões para flanqueamento dos seus próprios muros. Os castelos de iniciativa local, de construção assumida pelas populações, tendem a desaparecer. Esta mudança, segundo Barroca (2009) acontece em meados do século XI, prolongando-se até ao século XII. Assim, com os vestígios arqueológicos que temos, poderemos datar, pelo menos em alguns trechos, a fundação da muralha em finais do século XI inícios do XII. Do lado exterior à muralha, zona extramuros, após a remoção da unidade [408] pusemos à mostra o sedimento [412] que cobria os derrubes localizados nessa mesma zona. Estes, unidades [422], [423] e [424], correspondem a momentos e ações diferentes.



Figura 7 – Vista sobre reformulações da 1ª metade do século XV. Unidades 443 e 444.



Figura 8 – Zona intramuros. Vista de SW. Alçado Sul da muralha.



Figura 9 – Muralha medieval. Vista W-E.



Figura 10 – Escadas de acesso ao adarve.

O derrube identificado como unidade [422] parece-nos fruto da ruína/abandono da própria estrutura defensiva/muralha já que as pedras que o compõem têm uma pendente natural. Pela disposição das pedras, a unidade [423] dá-nos a sensação que ser fruto do saque/retirada de pedras do local para a construção de edifícios em diferentes locais da cidade de Miranda do Douro. A unidade estratigráfica identificada pela unidade [424], derrube constituído por alvenaria de silhares aparelhados, ainda tinha "in situ" as aduelas que compunham o arco da porta que dava acesso à liça, área situada entre a muralha e a barbacã; este derrube era envolto num sedimento de coloração esbranquiçada com

vestígios de cal e argamassas. A sua formação deverá, muito provavelmente, resultar da destruição causada pelo exército Espanhol na Guerra do Miradum, em 1762. Dos derrubes identificados com as unidades [422] e [423] recolheram-se vários silhares com aparelho pré-românico e silhares siglados dos quais se fez o devido levantamento (Figuras 13 e 14).



Figura 11 - Aparelho "pré-românico" ou "proto-românico".



Figura 12 – Alçado externo com aparelho tipo "rolhas".



Figura 13 – Vista área sobre os derrubes identificados com as unidades 422, 423 e 424.

Sob os derrubes identificados com as unidades [422] e [423], situados na zona da liça, escavou-se um sedimento de coloração acinzentada, de matriz arenosa heterogénea, à qual foi atribuída a unidade [426]. Esta cobria quer o empedrado [442] que compõe a liça quer a estrutura identificada como sendo a barbacã [456].

O empedrado, constituído por pedra aparelhada e seixos, tem marcas de rodado, sendo sobretudo evidentes junto à porta de acesso ao interior da liça, notando-se no seu percurso vestígios de marcas dos seus rearranjos (Figura 15).

A barbacã foi construída parcialmente sobre uma outra possível estrutura mais antiga, UE [472], embora não nos tenha sido possível definir a sua morfologia, funcionalidade ou cronologia. O derrube identificado pela unidade [424] cobre um sedimento [457] de coloração esbranquiçada e matriz arenosa, seguramente integrante do mesmo momento de destruição provocado pelo episódio da Guerra do Mirandum em 1762 (Figura 16).

Destas unidades [424] e [457] recolheram-se vários fragmentos de cornija e alguns fragmentos de um balcão. Estas duas unidades; [424] e [457] cobrem quer a porta de acesso à liça e a continuação do caminho/empedrado para o exterior desta, quer enche um "vestíbulo" situado no exterior da liça e que lhe daria acesso.

Da porta [464] está conservada a ombreira Norte, a soleira sobrelevada para controlo dos veículos, o corte no substrato geológico para construção da ombreira Sul e os dois "gongos" em ferro das portas de madeira. Estas teriam cerca de 1,40m de largura cada uma. Os dois muros, Sul e Norte, que compõem a parede onde a porta estaria construída são construídos por alvenaria de silhares aparelhados, sendo o seu interior cheio por pedra aparelhada argamassada com um ligante de cal. O comprimento máximo desta estrutura é de 8,90m, a largura máxima conservada é de 1,35m, e a altura máxima é de 1,07m. O muro situado a Norte da porta está mais bem conservado do que aquele localizado a Sul. A distância entre gongos é de 2,80m (Figuras 17 e 18).



Figura 14 – Silhares siglados e com aparelho protoromânico recolhidos nos derrubes identificados com as unidades 422 e 423.



Figura 15 – Empedrado localizado no interior da liça. UE 442. Vista de Noroeste..



Figura 18 – Perspetiva interior sobre a porta de acesso ao interior da liça..



Figura 16 – Perspetiva sobre o muro da Barbacã tirada de Este.



Figura 19 – Vista sobre o "vestíbulo", rebaixamento no geológico e empedrado. Unidades 466, 473 e 465.



Figura 17 – Pormenor da porta de acesso à I.



Figura 20 – UE 462. Perspetiva S-N. 2ª metade do século XV..

O caminho exterior à estrutura anteriormente descrita é a continuação do empedrado localizado no interior da liça, sendo este parcialmente talhado no substrato geológico ou construído por pedra aparelhada e seixos [465]. Nesta zona, devido à forte inclinação/pendente do terreno, as marcas de rodado são bastante profundas/vincadas. Este caminho é ladeado por um corte no substrato geológico, unidade [466], formando este um pequeno "vestíbulo" no exterior da porta de acesso ao interior da liça (Figura 19). Entre este "vestíbulo" e a muralha existe um pequeno rebaixamento no substrato geológico, unidade [473], que nos parece de origem antrópica e que serviria para melhorar a defesa da própria muralha.

A Oeste do "vestíbulo" e do caminho anteriormente descrito exumaram-se quatro estruturas que fazem parte do sistema defensivo de Miranda do Douro. Três destas estruturas podemos datá-las do fim da Idade Média/Idade Moderna, sendo uma quarta de provável cronologia medieval. As estruturas identificadas com as unidades [460] e [462] formam uma pequena porta/passagem. O muro/estrutura com a unidade [460], com uma orientação S_N, aproximadamente, é construído por alvenaria de silhares aparelhados, tendo como ligante uma argamassa de cal e saibro. O interior/miolo da estrutura é constituído por pedra aparelhada. Tem como comprimento máximo 1,40m, 1,25m de largura e como altura máxima conservada 0,50m. Este elemento é o cunhal da estrutura onde estão abertas as troneiras localizadas a NW da sondagem.

A estrutura identificada com a unidade estratigráfica [462], provavelmente coetânea da estrutura anteriormente descrita, tem uma orientação aproximada S-N. Notando-se ainda o seu embasamento, é constituída por alvenaria de silhares aparelhados, sendo o seu interior preenchido com pedra aparelhada e tendo como ligante uma argamassa de cal. Esta estrutura corta a muralha, quer a de cronologia medieval quer a sua reformulação da 1º metade do século XV, obra de D. João I (Figura 20).

Associadas a estas duas estruturas temos um nível de circulação argamassado com cal [470] e um pequeno derrube constituído por pedras aparelhadas e argamassas de cal [461]. Este derrube cobria a unidade [453], um sedimento de coloração castanha avermelhada de matriz areno-argilosa.

Estas duas estruturas [460] [462] e a porta formada por elas, podem ser datadas da 2ª metade do século XV num contexto de adaptação do castelo de Miranda do Douro às novas artes de fazer a guerra. Com a construção das duas últimas estruturas a própria muralha medieval sofreu uma reformulação, unidade [469].

Posteriormente a esta reformulação, na Idade Moderna, é adossada uma outra estrutura, UE [451], constituída por alvenaria de pedra aparelhada tendo como ligante uma argamassa de cal e saibro. Esta estrutura tem 6,80m de comprimento, 1,35m de largura máxima e 40cm de altura conservada. Este muro/estrutura não está representado em nenhuma planta por nós consultada, mas seguramente faria



Figura 21 - Reformulação da muralha da 2ª metade do século XV e estrutura; unidade 451, adossada a esta mesma reformulação.



Figura 22 – Embasamento da Torre de Menagem?

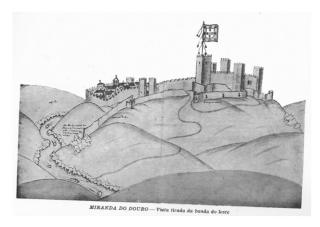


Figura 23 – Vista sobre de Leste e Norte sobre Miranda do Douro executada por Duarte de Armas em 1509, prancha 83. Vê-se as portas de S. António, respetiva barbacã, a parede onde estão abertas as troneiras, o castelo com as suas torres e a couraca que permitia o acesso ao rio.

parte da fortaleza/castelo de Miranda do Douro, durante a Idade Moderna. A cobrir estas estruturas/unidades [460], [462], [451], [453] e [447] tínhamos um sedimento de

coloração esbranquiçada, com pedras de pequeno calibre [438] (Figura 21).

A unidade [447], sedimento de coloração castanha, castanha esbranquiçada de matriz arenosa, enche um interface vertical, [448], de função desconhecida. Este interface vertical corta quer o sedimento identificado com a UE [453] quer a estrutura/embasamento à qual lhe foi atribuída a unidade [458]. O espólio recolhido deste enchimento consistia de alguns fragmentos de telha "marselha" (Figura 21).

A estrutura/embasamento identificado com a unidade [458], embora não lhe possamos atribuir com segurança uma cronologia e funcionalidade, está no extremo Oeste da sondagem, prologando-se para lá desta. Sabemos que é anterior à reformulação feita na muralha [469] na segunda metade do século XV. Conjugando este dado, com as plantas existentes podemos lançar a hipótese de que esta estrutura/embasamento poderá ter feito parte da Torre de Menagem (Figuras 22 a 29).

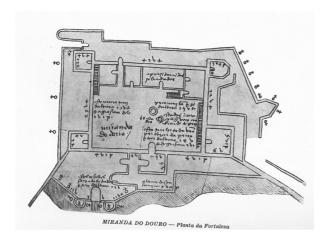


Figura 24 – Planta do castelo de Miranda do Douro desenhado pelo Duarte de Aramas.



Figura 25 – Vista área sobre a área escavada no dia 4 de março de 2019.



Figura 26 – Perspetiva sobre a área intramuros. Vista SW-NE.



Figura 27 - Zona extramuros. Perspetiva NW-SE.



Figura 28 – Liça, muralha, bancada de tiro e alcáçova. Vista de NW.

5. Conclusões

Os resultados da intervenção arqueológica efetuada no Castelo de Miranda do Douro, proporcionou a recolha de um importante conjunto de informações relativo à estratigrafia e às estruturas presentes no local, de grande valor histórico, arqueológico e museológico para a cidade de Miranda do Douro.

O principal dado arqueológico consistiu na identificação e escavação de um troço da muralha medieval, com cerca de 65,5m de comprimento por 2,90m de largura e 1,85m de altura conservada. Associado a este trecho de muralha temos a evolução/adaptação do castelo medieval às novas formas de fazer a arte da guerra.

Da primeira metade do século XV temos a construção da barbacã e reformulação de todo o se espaço envolvente, reformulação promovida por D. João I. Da segunda metade do mesmo século temos a construção da estrutura onde estão abertas as troneiras e estruturas anexas.

Do século XVI ao século XVIII temos a construção/edificação de várias estruturas para adaptação do castelo de Miranda a uma fortaleza da idade moderna.

Por fim temos uma série de derrubes, pós-Guerra de Mirandum, 1762, e uma série de aterros/nivelamentos que testemunham a ruína e o abandono de Miranda como grande praça-forte do Nordeste transmontano.

Com a obtenção e apresentação destes dados esperamos poder ter contribuído para a história de Miranda de Douro e para a arqueologia/arquitetura militar do período medieval/moderno português.

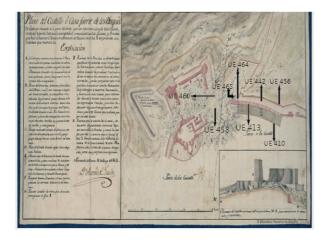


Figura 29 – Plano do castelo executado pelos espanhóis no dia 14 de Maio de 1762. Identificação no plano das estruturas postas a descobertas na intervenção arqueológica.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Fortunato de – *História da igreja em Portugal*, Porto, 1968, Vol. 4, p.230.

ALMEIDA, M. et al. (2001), Itinerário da Faiança do Porto e Gaia. Lisboa. Instituto Português de Museus.

ALVES, F.M. (2000), *Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança*, Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museu. Museu do Abade Bacal. Bragança.

BARROCA, M.J. (2000), "Castelo de Miranda do Douro", *Do Douro Internacional ao Côa. As raízes de uma fronteira*, CD-ROM. Porto, 2000

BARROCA, M.J. (2003), Nova História Militar de Portugal, Círculo de Leitores, Lisboa.

BARROCA, M.J. (2008-2009), "De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquictetura militar e Testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira", *Portugália*, Nova Série, Vol. XXIX-XXX, p.193-252

CALADO, R. S.; LIMA, M.G. (2005), Faiança Portuguesa, Roteiro Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa, Instituto Português de Museus, 2005.

COSTA, A.C. da (1706-1712), Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, Lisboa.

FERNANDES, H.P. (1996), Bibliografia do Distrito de Bragança, Série Documentos (textos) Publicados, 569-1950. Instituto Politécnico de Bragança, Câmara Municipal de Bragança, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança, Bragança.

FERREIRA, C.P. (2006), *A Sé Catedral de Miranda do Douro*, Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra.

GOMES, A. (2007), Moedas Portuguesas e do Território que hoje é Portugal, Lisboa, Associação Numismática de Portugal, 5ª Edição. GOMES, P.D. (1993), A arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

GOMES, P.D. (1993), "O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho", *Arqueologia Medieval*, n.º 2, p.171-190.

GOMES, R.C. (2003), Castelos da Raia, Vol. II, Trás-os-Monte, Lisboa.

IMPEY, O. R. (1992), *Cerâmica do Extremo Oriente*. Casa Museu Guerra Junqueiro, Porto, C.M.P Divisão de Museus. JACOB, J. (2000), "Miranda do Douro, uma visão diacrónica", *Estudos Mirandeses*, Porto, 2000, p.237-240.

MENENDÉZ, J.J.A. (2008), Actas das sessões. Fórum de valorização e Promoção do Património, Editor ACDR, Porto, p.46-

MOURINHO, A.M. (1994), *Guerra dos sete anos ou guerra do Mirandum*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Miranda do Douro.

MOURINHO, A.R. (1995), Arquitetura religiosa da diocese de Miranda do Douro-Bragança, Edição do autor, Sendim. MONTEIRO, J.G. (1999), Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando, Coimbra

MONTEIRO, P.M.L. (2002), Guias Temáticos - Castelos Portugueses, IPPAR, Lisboa.

MENĎES, J.M.A. (1985), "Trás-os-Montes nos finais do século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)", *Revista Estudos Contemporâneos*, 2ª Edição, Instituto Politécnico de Bragança. NOÉ, P. (2014), *Guia de Inventário - Fortificações Medievais e Modernas*, Editor IHRU, IP, Sacavém.

NUNES, A.P. (2013), *Castelos Templários Raianos*. *Castelos de Portugal*. Jornadas Templárias de Penha Garcia. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2013.

OLIVEIRA, A.M. (2015), Castelo de Outeiro, um marco na fronteira transmontana. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, FLUP, Porto.

LEMOS, F.S. (1993), O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental, Universidade do Minho, Braga (dissertação de doutoramento).

LIMA, A.M.C. (2013), "Fortificações e vias de comunicação no curso terminal do Douro (Séculos IX-XI)" Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI), Vol. I, Edições Colibri & Campo Arqueológico de Mértola, Lisboa, p. 183-198. OLIVEIRA, A. L. (1971), Miranda na geografia, história e tradição, Viana do Castelo.

PALMEIRÃO, C. (1994), *Os Forais de Miranda: 1286-1510*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Miranda do Douro.

PIZARRO, J. (2005), *D. Dinis*, Círculo de Leitores, Lisboa. RODRIGUES, M. (1988), *Relatório da escavação arqueológica do castelo de Miranda do Douro*, Porto.

VAZ, E., (2008), A morfologia da cidade. A evolução urbana de Miranda do Douro no espaço e no tempo, Centro de Estudos António Maria Mourinho, Tipalto-Palaçoulo, Miranda do Douro. VERDELHO, P. (2000), Roteiro dos castelos de Trás-os-Montes. Chaves, 2000.

VITERBO, F.M. de S. (1988), Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses, Lisboa.

FONTES

ARMAS, Duarte de (2006), *Livro das Fortalezas*, (Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco), Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 3.ª Edição, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Edições Inapa, Lisboa. BARROS, João de (1919), *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Biblioteca Pública Municipal Porto.

PRODUÇÃO DE CACHIMBOS DE BARRO NA RUA DAMASCENO MONTEIRO (OLARIAS DE SÃO GENS), LISBOA: UM CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO

Filipe Santos Oliveira1

Resumo:

No âmbito de uma intervenção arqueológica de diagnóstico na Rua do Damasceno Monteiro, nas proximidades do santuário da Nossa Senhora do Monte de Lisboa, foi identificado um contexto de descarte de subprodutos de olaria enquadrável cronologicamente entre os inícios do século XVII e os meados do século XVIII provavelmente associados às olarias modernas do "Mons Gens".

Entre os materiais recolhidos encontra-se um conjunto de cachimbos de cerâmica comum, em diferentes estados de produção ou com claros defeitos de fabrico, compreendendo um dos primeiros casos conhecidos de manufactura destas pecas em Lisboa.

Abstract:

Clay pipe production at Damasceno Monteiro street (São Gens potteries), Lisbon: a contribution for its study.

In the context of excavations at Rua Damasceno Monteiro, in proximity to Nossa Senhora do Monte sanctuary in Lisbon, an archaeological site connected with the discarding of pottery kiln waste and byproducts was identified, which was dated to the beginning of the seventeenth century to the middle of the eighteenth century and probably related to the potteries of "Mons Gens".

Amongst the sherds recovered there is a set of earthenware smoking pipes, showing different stages of assembly or clear defects due to production mistakes. This represents one of the first known cases of evidence of production of these in Lisbon.

1. Introdução

O sítio da rua Damasceno Monteiro 11-13 foi intervencionado no decorrer de trabalhos de diagnóstico e avaliação do potencial arqueológico de um lote localizado nas imediações do santuário de Nossa Senhora do Monte em Lisboa. Os trabalhos corresponderam à abertura de três sondagens de diagnóstico permitindo identificar contextos de cronologia moderna e contemporânea.

2. Localização e biografia

A rua Damasceno Monteiro localiza-se entre os miradouros da Graça e de Nossa Senhora do Monte, na actual freguesia dos Anjos, numa área de declive acentuado na vertente sul da colina de santo André. Geologicamente, implanta-se sobre a formação "Argilas dos Prazeres", a qual é composta por argilitos e calcários, formado por rochas com elevada componente carbonatada (Pais, 2016).

¹ Era – Arqueologia, S.A. filipeoliveira@era-arqueologia.pt

Historicamente a área em questão, conhecida como a colina de santo André, sempre se apresentou periférica em relação à cidade, sendo apenas mencionada documentalmente na sua conexão com eventos históricos, como o martírio de São Gens em 283 ou a presença de acampamentos cruzados durante o cerco de 1147 (Silva, 2010: 109). Com a medievalidade a construção do santuário de Nossa Senhora do Monte, localizada nas imediações dá algum enfoque ao local, mas a sua distância face à frente ribeirinha, centro político e económico da cidade, e a topografia acidentada da colina de Santo André dificultam o desenvolvimento da malha urbana. De facto, a cartografia e as vistas disponíveis, todas de período moderno, demonstram que o pouco urbanismo presente antes do século XIX se concentrava em torno do santuário de Nossa Senhora do Monte (Figura 1) e que a restante colina se encontrava desocupada.

Fora da esfera religiosa a outra menção ao local refere a presença de um conjunto de olarias conhecidas como "Monte de São Gens", comummente agrupadas nas indústrias dos "Bairros Orientais" (Sebastian, 2010: 91-93), que terão laborado desde o século XVII até ao século XVIII

^{1 0 7 1 0 1}

embora os fornos ou local de laboração não tenham ainda sido identificados com sucesso.

A ocupação que ali se verificou a partir desse momento apresentou um cariz superficial, marcada pela presença de armazéns e oficinas automóveis cuja construção teve um reduzido impacto no subsolo.



Figura 1 – Localização do sítio da Rua Damasceno Monteiro 11-13 num excerto da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha 431.

3. O contexto

A intervenção consistiu na execução de sondagens de diagnóstico, com o objectivo de avaliar o potencial arqueológico e identificar contextos a afectar pelo empreendimento previsto para o lote. Neste sentido foram implantadas três sondagens, totalizando 222m², dispersas pela propriedade procurando-se uma leitura o mais completa possível.

O cariz abrangente das sondagens, correspondendo a quase 50% da área total do lote, e a natureza homogénea da ocupação identificada, com as mesmas realidades observadas em todo o terreno, permitiu organizar a sua história ocupacional em seis grandes momentos.

Na base (momento I) a própria encosta formada por sedimento silto-argiloso, compacto, de cor bege esverdeada de onde foram recuperados alguns vestígios de fauna malacológica fóssil, não apresentando evidências de ter sido antropizada.

Cobrindo esta realidade encontrava-se uma sequência de depósitos tendencialmente arenosos com grandes quantidades de cinzas, blocos de cerâmica rubefacta e refugo de produção oleira, podendo estar associados à utilização deste espaço para o descarte de lixos ou refugos de olarias localizadas nas imediações. Embora corresponda sempre a uma realidade de descarte foi-nos aqui possível identificar 4 momentos (II a V).

Num faseamento mais recente (IV momento) o início da urbanização do lote foi marcado pela construção do muro central da propriedade que serviu de base à construção dos edifícios que ocuparam o lote durante o século XX até à sua demolição em inícios do século XXI.

Assim, o elemento mais representativo desta intervenção foi o contexto moderno de vestígios de produção oleira em Lisboa consideravelmente bem preservado, e apresentando uma forte potência estratigráfica que atinge os 1.00m como medida média (Oliveira, Nunes, 2017).

Daqui foi recuperada quantidade considerável de cultura material cerâmica, que representa o principal elemento datante ali presente, permitindo atribuir ao sítio uma cronologia de período moderno, enquadrável entre os inícios do século xvii e os meados do xviii. Por questões de clareza recorreremos, *grosso modo*, à proposta tipológica para produções cerâmica de período moderno ensaiada no I Encontro de Arqueologia de Lisboa (Bugalhão, Coelho, 2017).

O conjunto de materiais arqueológicos recuperados ultrapassou os 1200 indivíduos (N.M.I.), dos quais a larga maioria (cerca de 95%) foram recolhidos das unidades associadas aos descartes de produção oleira [104] a [109], [204] a [209] e [304] a [313]. Este acervo material apresenta composição diversa, mas onde dominam as produções de faiança portuguesa e chacota (+70%), sendo os exemplares de cerâmica vidrada ou comum residuais por comparação.





Figura 2 – Sondagem 2 (fotografias Filipe Oliveira).

	Forma	V momento		IV momento		III momento		Il momento		Total		
	Forma	NMI	MI % NMI		NMI % NMI		% NMI	NMI '	MI % NMI		MMI %NMI	
Faiança	Prato	42	18,1	46	13,26	40	12,74	61	19,68	189	15,7	
	Taça	40	17,24	39	11,24	35	11,15	46	14,84	160	13,3	
	Covilhete	42	18,1	47	13,54	10	3,18	0	0	99	8,22	
Chacota	Prato	41	17,67	47	13,54	70	22,29	59	19,04	217	18,03	
	Taça	44	18,98		17,29	67	21,34	75	24,19			
	Covilhete	0	0	38	10,96	0	0	1	0,32			
	tampa	0	0	5	1,44	8	2,55		0,32	14	1,16	
C. Comum	Fogareiro	1	0,43		0,29		0,64	0	0		1 0,33	
	Frigideira	0	0	3	0,86		0	0	0		3 0,25	
	Panela	7	3,02	12	3,46	17	5,41	9	2,9	4	3,74	
	Testo	0	0	2	0,58	3	0,95	1	0,32	(
	Pote	-1	0,43	7	2,02	5	1,6	6	1,94			
	Cântaro	0	0	6	1,73	8	2,55	3	0,97	17		
C. Comum	Alguidar	5	2,16	9	2,59	11	3,5	6	1,94	31	2,57	
Vidrada	Penico	2	0,86	0	0	0	0	0	0	1	2 0,17	
Porcelana	Prato	2	0,86	3	0,86	3	0,95	0	0		0,66	
Azulejo		1	0,43	1	0,29	2	0,64	4	1,29		0,66	
Elementos de	Trempes	2	0,86	7	2,02	12	3,82	17	5,48	38	3,16	
produção	Caixas	2	0,86	5	1,44	6	1,91		2,58			
Cachimbos		0	0	9	2,59	15	4,78	13	4,19	37	7 3,07	
	Total	232		347		314		310		1203	3 100	

Figura 3 – Dispersão quantitativa (NMI) e percentual das principais tipologias consoante o momento ocupacional.

Tipologicamente as faianças e chacota demonstram um claro enfoque nos serviços de mesa desde pequenos pratos de perfil raso a grandes pratos de perfil troncocónico covo (33.73%), junto com as grandes taças troncocónicas e as pequenas tigelas hemisféricas (33.74%), e os covilhetes de perfil troncocónico (11.46%) (Figura 3). Outras formas como as tampas, de perfil circular com pega ou polilobadas, são residuais (1.16%).

As temáticas decorativas observadas são características de todo o espectro crono-estilístico (Casimiro, 2012), sendo o principal elemento diferenciador entre os quatro momentos distinguidos nos aterros de olaria (II, III, IV e V).

Assim, os recipientes provenientes das unidades u.e.109, u.e.209, e u.e.314 correspondem aos mais antigos, datáveis do segundo quartel do século XVII (II momento). Estes apresentam as superfícies revestidas com um espesso e brilhante esmalte de estanho sobre o qual foi aplicada uma complexa decoração fitomórfica ou geométrica, onde se observam inúmeras espirais, em tom de azul-cobalto (Figura 4: 1 e 4: 2).

As peças recuperadas das unidades u.e.108, u.e.107, u.e.208, u.e.207, u.e.308 e u.e.307, já se enquadram na segunda metade do século XVII (III momento). As temáticas identificadas correspondem a pratos e taças decorados com motivos fitomórficos, como crisântemos, já misturados com temáticas orientalizantes, como aranhões e pêssegos. Algumas peças apresentam temáticas heráldicas como brazões (onde a figura central dominante são os leões) representados ao centro (Figura 4: 3).

Os fragmentos oriundos das u.e.106, u.e.105, u.e.206, u.e.205 e u.e.306 e u.e.305 são enquadráveis nos finais do século XVII (III momento). Neste conjunto as temáticas observadas apresentam uma continuação daquelas observadas no conjunto anterior, com muitas peças a exibirem decoração com um forte cunho orientalizante, como aranhões, junto de pratos decorados com motivos de "desenho miúdo" em tom de azul cobalto e manganês (Figura 4: 4 e 4: 5).

Os recipientes recuperados da u.e. 104, u.e. 204 e u.e. 304 inserem-se nos inícios do século XVIII (IV momento). As temáticas decorativas identificadas remetem para a "europeiazação" e simplificação da faiança portuguesa. Assim encontramos motivos de contas em azul-cobalto e manganês ou tema de rendas ao nível do bordo, junto com outros recipientes exibindo motivos de círculo concêntrico ou espirais ao centro (Figura 4: 6 e 4: 7).

Os exemplares de chacota exibem inúmeros defeitos derivados de problemas na cozedura ou na secagem do "banho" de estanho, com exemplares mostrando as superfícies danificadas, granuladas ou coladas a outros recipientes, ou erros em fases intermédias do processo decorativo, com as superfícies exibindo esboços a linhas pretas dos motivos a aplicar que não foram terminados.

Vestígios de produção oleira estão igualmente presentes com vários exemplares de caixas de enfornamento ou cassetes (1.74%), e os cravilhos (3.16%) e separadores utilizados na cozedura das peças ali presentes em diferentes momentos da sua execução.

O restante conjunto cerâmico é formado pela cerâmica comum e produções de superfícies vidradas, com recipientes de cozinha como caçoilas, panelas (3.74%) e potes, junto com fogareiros, e acompanhado de produções de cariz utilitário como alguidares (2.57%) ou bispotes (0.17%).



Figura 4 – Amostragem da faiança: 1 e 2 – II Momento; 3 – III Momento; 4 e 5 – IV Momento; 6 e 7 – V Momento.

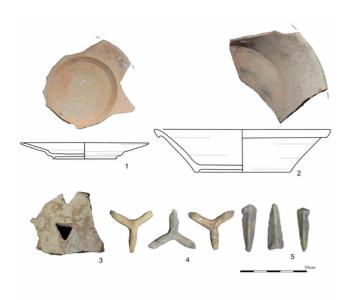


Figura 5 – Amostragem da chacota: 1 – Prato raso pequeno; 2 – Grande Taça; 3 – Fragmento de caixa de enfornamento; 4 – Trempes; 5 – Cravilhos.

4. O objecto

De entre esta parafernália cerâmica foi recuperado um conjunto de cachimbos de barro, que formam o objecto deste estudo. A amostra, formada por 115 fragmentos, foi recuperada de entre os depósitos [306], [307], [308], [309] e [314], não se registando nenhum exemplar completo (Figura 6). Os fragmentos correspondem a 38 elementos de fornalha (33.04%), 40 a porções de haste (34.78%) e 37 a boquilhas (32.18%), o que corresponde a 38 indivíduos (N.M.I.).

As pastas utilizadas na sua produção são homogéneas e depuradas, apresentam coloração vermelha [2.5YR 7/6 ou 6/8] ou acastanhada [7.5YR 6/4], com a presença de elementos não plásticos quartozos e micáceos, sendo macroscopicamente similares às observadas nas chacotas.

Morfologicamente os exemplares recolhidos mostram fornalha de perfil cónico, vazada e de bordo recto, a haste apresenta secção ovóide ou subcircular, terminando em boquilha de secção circular, com a extremidade proximal algo alisada. Alguns exemplares sob a fornalha mostram pedúnculo de perfil cónico.

Nas superfícies mostram tratamentos distintos, com alguns exemplares apresentando superfícies lisas, outros tratamento por brunimento e um caso particular com toda a sua superfície vitrificada. Nenhum exemplar mostra as superfícies decoradas ou marcas de produtor.

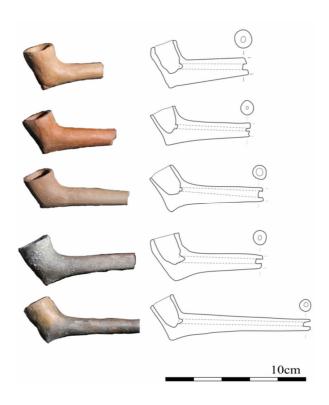


Figura 6 – Amostragem dos cachimbos.

Uma observação das peças permite inferir que a sua produção implicava a modelação manual do barro (e não o uso de moldes como nas produções norte-europeias), sendo a fornalha e a haste/boquilha produzidas em separado.

A fornalha corresponde a cone de argila vazado e cortado na base, no qual é feito um furo no ponto onde a haste será futuramente encaixada. A haste e boquilha aparentam ser produzidas via um rolo em barro que depois é vazado, podendo o furo ser mínimo (0.23mmø) ou quase a totalidade do diâmetro da haste (0.48mmø). Após a sua modelagem a haste é colada à fornalha com barro.

5. Discussão

As características formais do objecto de estudo levantam um conjunto de questões no que concerne à sua natureza e relação com o contexto de onde foram exumados.

Como já demonstramos a caracterização física e tipológica das peças aqui analisadas permite-nos identificá-los definitivamente como cachimbos.

O seu enquadramento cronológico no século xvii e xviii não é problemático, pois terá acompanhado a progressiva introdução do tabaco e dos seus hábitos de consumo pela sociedade portuguesa via o Brasil. O próprio o uso de cachimbo corresponde a uma importação da América, sendo uma das várias formas de consumir a planta junto com a masticação das suas folhas ou a sua pulverização para o seu aspirar (Hadju, 2010: 178).

No entanto, o seu distanciamento formal face aos exemplares comuns ao Brasil, peças compósitas onde a uma fornalha cerâmica seria acrescentada uma haste e boquilha de material orgânico como osso ou madeira (Morales, 1999), demonstra que não se trataram de importações directas mas de uma reinterpretação do conceito básico do cachimbo mas numa forma totalmente cerâmica, com todas as vantagens e desvantagens que tal alteração apresentava.

No que concerne ao contexto de onde foi recuperado o objecto deste estudo, a sua natureza como um lixeira de descartes de olarias modernas parece-nos óbvia, sendo a materialidade dali recolhida, abordada previamente, marcada pela homogeneidade tipológica e formal (caixas de enfornamento, cravilhos e separadores) comum a um contexto de produção oleira, e similar a outros sítios lisboetas como a Rua de Buenos Aires (Batalha, et al., 2012), o Largo de Jesus (Cardoso, Batalha, 2017) e o Largo das Olarias (Castro, et al., 2017).

Consideramos assim plausível que o contexto identificado na Rua Damasceno Monteiro 11-13, localizado directamente a sul do santuário de Nossa Senhora do Monte, esteja associado com as "olarias de São Gens", sendo o repertório formal e suas cronologias consentâneas com o período de funcionamento atribuído a esta indústria pela documentação histórica (Sebastian, 2012).

A ausência de fornos ou de vestígios de áreas de laboração poderá ser explica pela própria estratigrafia do local, cuja clara pendente para sul evidencia antes um ponto de despejo contínuo dos lixos de produção, das fornadas e recipientes defeituosos ou danificados e das limpezas ou remodelação dos fornos, formando-se assim os espessos depósitos de cinzas e chacota observados em todo o sítio. Acreditamos que as áreas de produção se situavam mais a norte, ou no ponto hoje pela rua ou nas áreas urbanizadas entre esta e o santuário.

A presença deste conjunto de cachimbos neste local estará assim conectada com a sua produção nestas mesmas olarias, hipótese corroborada pela observação dos vários exemplares exumados onde se vê claros defeitos de fabrico, como fissura na fornalha (Figura 7: 1), o destacar da fornalha da haste (Figura 7: 2) e o deformar ou estrangular da haste ou da boquilha aquando da sua modelação (Figura 7: 3 e 4), e na ausência de marcas de uso como o esbocelamento da boquilha (Figura 7: 6), a abrasão da haste (Figura 7: 5) ou marcas de fogo na fornalha (Figura 7: 7), o que demonstra que estas peças não foram alvo de uso continuado nem foram introduzidas nas redes de consumo.



Figura 7 – Exemplos de defeitos de fabrico: 1 – fissuras; 2 – destacar ou descolar de peças; 3 e 4 – estrangular ou deformar da peça; Ausência de marcas de uso: 5 – haste sem abrasão ou polimento; 6 – boquilha sem esbocelamento; 7 – fornalha sem marcas de fogo.

No entanto, a reduzida amostragem desta produção, 38 indivíduos (3.1%) ao longo de três momentos (II, III e IV), sobretudo quando comparada com as chacotas e faiança, poderá indiciar que se tratava de uma produção complementar, um aproveitar de recursos disponíveis por parte dos oleiros que ali trabalhavam. Esta situação não é inusitada, sendo que a entrada de subprodutos cerâmicos nas redes de consumo representaria uma fonte de rendimento extra e uma maneira de reduzir os prejuízos de uma fornada defeituosa (Oliveira, Silva, 2016). É curioso notar que situações similares não foram registadas nos outros contextos de produção oleira anteriormente referidos (Batalha *et al*, 2012; Cardoso *et al.*, 2017; Castro *et al.*,

2017), o que poderá indicar que esta produção era exclusiva a este conjunto de olarias.

Do mesmo modo a ocorrência de outros elementos desta produção em contextos de Lisboa demonstra que não é um caso isolado, e que, de alguma forma, estas peças circularam e integravam o quotidiano das suas populações. Entre os casos conhecidos contam-se o contexto ribeirinho do Campo das Cebolas (Simão et al., 2017), as estruturas hospitalares como o Hospital Real de Todos-os-Santos (Martins, 1988: 17-18), os sepultamentos do claustro do antigo Convento de Jesus (actual Academia de Ciências) (Cardoso, 2008: 277), ou um contexto habitacional de baixo rendimento no Beco das Barrelas (Oliveira, 2012), espelhando assim uma certa diversidade na sua distribuição.

No entanto, esta presença é tendencialmente minoritária, caracterizando-se por menos de uma dezena de fragmentos em contextos onde se observam exemplares de cachimbos de caulino importados de oficinas norte-europeias, peças com uma grande qualidade técnica, produzidas a molde a partir de pastas caulínicas brancas, que lhes atribuem grande dureza e a resistência térmica necessária para permitir a combustão do tabaco.

Com efeito, um observar do panorama arqueológico conhecido transparece um claro domínio das produções norte-europeias de cachimbos de caulino nos contextos lisboetas, de que são claros exemplos o castelo de São Jorge (Calado *et al.*, 2000), Palácio Marialva (Calado *et al.*, 2013), Mercado da Ribeira (Pinto *et al.*, 2011).

Perante este cenário podemos considerar que os cachimbos de cerâmica comum preenchiam um nicho na economia local, correspondendo a uma produção paralela feita a baixo custo pela olaria de "São Gens" sendo adquiridos por grupos de capacidade socioeconómica mais baixa, que não teriam acesso às produções de caulino norte-europeias.

6. Considerações Finais

O sucesso do tabaco na Europa durante o século XVI tornou a sua comercialização um negócio lucrativo, com a sua produção em larga escala a motivar a contínua expansão das potências europeias no continente americano.

Esta rápida adopção estaria alicerçada não só no seu cariz viciante mas também na crença do seu poder curativo, sendo usado por médicos e apotecários para tratar maleitas desde dores de cabeça a pneumonia e sífilis (Hajdu, 2010: 178), o que tornava o seu consumo um hábito social irreprovável.

Com a sua rápida adopção assiste-se ao surgir de novos hábitos de consumo, como o rapé, ou adaptação de hábitos ameríndios mas com técnicas locais. Assim surgem as produções artesanais de cachimbos na Inglaterra, França e Países Baixos, que como mencionamos previamente se tornam o principal método de consumo de tabaco durante os séculos XVII-XVIII, sendo comummente representados em

produções artísticas (nomeadamente pintura flamenca) e estando amplamente presentes no registo arqueológico.

Os cachimbos de cerâmica comum identificados na rua Damasceno Monteiro 11-13 devem ser assim compreendidos como mais um elemento na história da adopção do tabaco na europa, uma produção paralela de cariz local ou regional que devido à sua inferior qualidade, quer técnica como material, não se conseguiu estabelecer e vingar na difícil e competitiva economia mercantil dos séculos XVII-XVIII. A sua ausência dos aterros de olaria datáveis de meados do século xviii poderá indicar que a produção foi eventualmente abandonada, quiçá com a eventual disseminação das produções norte-europeias até junto dos estratos mais baixos da sociedade.

Referências Bibliográficas

BATALHA, L.; CAMPÔA, A.; CARDOSO, G.; NETO, N.; REBELO, P.; SANTOS, R. (2012), "Vestígios de um centro produtor de faiança dos séculos XVII e XVIII. Dados de uma intervenção arqueológica na Rua de Buenos Aires, n.º 10, Lisboa". In: Teixeira, A.; Bettencourt, J. (ed.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, p. 951-962.

BUGALHÃO, J.; COELHO, I. (2017), "Cerâmica moderna de Lisboa: proposta tipológica", I *Encontro de Arqueologia de Lisboa - Uma cidade em escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Nov. de 2015)*, CAL-CML, Lisboa, p.106-145.

CALADO, M.; PIMENTA, J.; FERNANDES, L.; MARQUES, A. (2013), "Os cachimbos cerâmicos do Palácio Marialva", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16, p.383-392.

CALADO, M.; PIMENTA, J.; SILVA, R. B. da, (2003), "Cachimbos de cerâmica provenientes da escavação do Caminho da Ronda do Castelo de São Jorge em Lisboa", *Património Estudos*, nº5. CARDOSO, G.; BATALHA, L. (2017), "Evidências de produção oleira dos finais do século XVI a meados do século XVII no Largo de Jesus (Lisboa)", In: Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R.B. (ed.) *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma cidade em escavação* (Teatro Aberto 26, 27 e 28 de Novembro de 2015),

CARVALHO, L. M.; WASTERLAIN, S. (2017), "A minha boca conta uma história: Abrasão dentária e a sua relação com actividade e hábitos pessoais numa amostra portuguesa de época medieval/moderna", Arqueologia em Portugal: 2017 - Estado da Questão, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.1469-1477.

CASIMIRO, T. (2013), Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística, Revista Portuguesa de Arqueologia, vol.16, p.351-366

CASTRO, A.; PAULA, N.A.; TORRES, J.B.; CURADO, T.; TEIXEIRA, A. (2017), "Evidências de produção oleira nos séculos XVI e XVII no Largo das Olarias, Mouraria (Lisboa)", In: Arnaud, J.M.; Martins, A. (coord), Arqueologia em Portugal: 2017 – Estado da Questão, p.1731-1749.

HADJU, S., VADMAL, M. (2010), "A Note from History: The Use of Tobacco", Annals of Clinical & Laboratory Science, vol. 40, no. 2. OLIVEIRA, F. (2012), *Espólio de Idade Moderna, proveniente do Beco das Barrelas, Alfama, Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, FCSH-UNL.

OLIVEIRA, F., NUNES, T. (2017), Relatório: Sondagens de diagnóstico na Rua Damasceno Monteiro 11-13, Lisboa . Projecto nº 1737.17. ERA Arqueologia S.A.

OLIVEIRA, F.; SILVA, R. (2016), "Comercialização de subprodutos do fabrico de faiança: o caso do Beco das Barrelas (Lisboa)", in:

Gomes, R., Casimiro, T., Gomes, M. (coord), *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th – 19th century)*, IAP, p.39-48.

PAIS, J., MONIZ, C., CABRAL, J., CARDOSO, J., LEGOINHA, P., MORAIS, M., LOURENÇO, C., RIBEIRO, M., HENRIQUES, P., FALÉ, P. (2006), Notícia explicativa da folha 34-D, Lisboa, Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação. Lisboa. PINTO, M., IOLA, F., MIGUEL, L., (2011), "Os cachimbos de caulino provenientes do Mercado da Ribeira: contributo para a histório sócio-económica da Lisboa Moderna", Apontamentos de Arqueologia e Património, 7, Lisboa, NIA-ERA, p.41-48. SEBASTIAN, L. (2010), A produção oleira de Faiança em Portugal (séculos XVII-XVIII), Dissertação de Doutoramento em História com variante de Arqueologia, FCSH-UNL. SILVA, C. (2008), Lisboa Medieval – A organização e a estruturação do espaço urbano, Edições Colibri, Lisboa SIMÃO, I.; MIGUEZ, J.; MACEDO, M.; FREITAS, T.; FONSECA, C; BETTENCOURT, J. (2017), "Da Ribeira Velha ao Campo das Cebolas. alguns dados sobre a evolução da frente ribeirinha de Lisboa", Arqueologia em Portugal: 2017 - Estado da Questão,

Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.1901-1913.

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NA RUA CAIS DO TOJO, Nº48-64, LISBOA. CONTRIBUTO PARA A EVOLUÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA LISBOETA.

Inês Simão¹ João Miguez¹ Ever Calvo¹

Resumo:

Os presentes trabalhos arqueológicos decorreram no âmbito do empreendimento de demolição e construção, em nova planta, de um edifício sito na Rua Cais do Tojo nº 48 a 64, Calçada Marquês de Abrantes, nº 11 a 25, em Lisboa.

Os trabalhos realizados permitiram uma leitura abrangente da estratigrafia desta área urbana, com particular relevância para a compreensão da dinâmica de evolução da frente ribeirinha lisboeta, sobretudo se articulada com o conjunto de sítios que têm vindo a ser intervencionados nesta mesma área, nos últimos anos.

Esta evolução é assinalada por dois grandes momentos fundamentais, visíveis na estratigrafia local, e que representam: uma primeira vivência da área como margem do Tejo, frente ribeirinha marcada por actividades náuticas e portuárias; e um segundo momento como área edificada, integrada na nova frente urbana, de vincado carácter industrial, que se desenvolve entre o Cais do Sodré e Alcântara, durante os séculos XIX e XX.

Abstract:

Archaeological survey at Rua Cais do Tojo, Nº48-64, Lisbon. Contribution to the evolution of the riverfront.

The present archaeological works were carried out as part of the rehabilitation project of a building located at Rua Cais do Tojo nº 48 to 64,/Calçada Marquês de Abrantes, nº 11 to 25, in Lisbon.

These works allowed a comprehensive reading of the archaeological stratigraphy of this urban area, with particular relevance for understanding the dynamics of the evolution of Lisbon's riverfront, especially if articulated with the other archeological sites that have been intervened in this same area, in recent years.

This evolution is marked by two major fundamental moments, visible in the local stratigraphy, which represent: a first occupation of the area as Tejo's river bank, a riverfront marked by nautical and port activities; and a second moment as a built-up area, integrated in the new urban front, with a strong industrial character, during the 19th and 20th centuries.

1. Os trabalhos arqueológicos

A área da presente intervenção arqueológica localiza-se na Calçada Marquês de Abrantes, nº11-25, estendendo-se para a Rua Cais do Tojo, nº48-64, na freguesia da Misericórdia, concelho de Lisboa. Ocupa a antiga frente ribeirinha de Santos-o-Velho, na margem direita do Tejo, no sopé do Outeiro da Boa Vista, (Figura 1).



Figura 1 – Localização da área de intervenção na Carta Militar de Portugal, 1/25000, folha 431.

¹ Era – Arqueologia, SA.

Do ponto de vista geomorfológico, esta área ribeirinha inscreve-se nos depósitos de aluviões e/ou aterros presentes na orla costeira de Lisboa, numa zona de contacto com as deposições miocénicas denominadas Camadas de Prazeres. Estas sequências deposicionais afloram na área de Lisboa, predominando argilas e margas de lagunas litorais, (Pais et al., 2006: 13).

Localizada na confluência das antigas Praias de Santos e da Boa Vista, corresponde a uma antiga área de arrabalde lisboeta, fora de portas, com um papel marcante na ligação da cidade ao rio. Aqui se instalam, sobretudo nos séculos XV e XVI, grupos de marinheiros, pescadores e outros mesteres ligados à faina marítima e de outros aprestos associados à actividade náutica, dando origem ao "bairro extramuros da Boa Vista e Santos o Velho, zona popular fervilhante de actividade marítima e mercantil." (Moreira, 1990 *apud* Matos, Paulo, 2009: 26).

Só a partir do século XVI se poderá falar em claro desenvolvimento urbano, para o qual contribui o ímpeto económico dos Descobrimentos, momento em que Lisboa reforça a sua premissa fundamental como cidade ribeirinha, que se desenvolve ao longo do rio Tejo e onde se implantam estruturas de ligação entre a cidade e o meio aquático, acompanhados de uma intensa utilização das suas praias, nas quais se enquadra a presente área de intervenção, (Gomes, 2014: 96).

Nesta altura, o contacto da cidade com os seus ancoradouros e com o rio em geral, fazia-se muitas vezes em locais sem estruturas portuárias específicas e, por toda a sua faixa litoral, estendiam-se quilómetros de praia que eram aproveitados ao máximo para actividades navais ou para a acostagem de embarcações, (Referências Históricas do Porto de Lisboa, 1991: 42).

As referências a diversas praias são abundantes na documentação histórica, entre as quais a praia da Junqueira, a praia de S. Paulo, a praia do Corpo Santo ou a praia de Alfama, assim como a praia de Santos, a praia da Boavista ou praia dos "Algarves", (junto ao Cais do Tojo da Bica do Sapato), na área onde se enquadram os presentes trabalhos arqueológicos (Figuras 2 e 3).

Entre finais do século XVIII e inícios do XIX, a frente ribeirinha de Lisboa regista, "numa extensão razoável, mais de duas dezenas de estaleiros e muitos armazéns" e, a partir de meados/finais do século XIX, as várias propostas de melhoramento do porto de lisboa incluem as duas margens como um todo portuário, desde a Torre de Belém até ao Beato e desde a Trafaria até Cacilhas, (Blot, 2003: 245).

Vários testemunhos arqueológicos, recentemente descobertos, corroboram esta vocação fluvial/ marítima da orla ribeirinha de Lisboa: tal é o caso de Belém; Santos (Largo Vitorino Damásio); Boa Vista, São Paulo; Mercado da Ribeira; Cais do Sodré; Praça do Comércio ou Boqueirão do Duro, (Blot, 2003: 239 a 241).



Figura 2 – Aspecto do painel de azulejos com representação panorâmica de Lisboa anterior ao terramoto de 1755. Detalhe da frente ribeirinha fronteira ao Palácio Conde Barão de Alvito e Palácio Almada Carvalhais, presente área de intervenção.



Figura 3 – Localização da área do projecto, na confluência das praias de Santos e da Boavista, no Plano geral da cidade de Lisboa em 1785, de Francisco Milcent, (http://catalogo.bnportugal.gov.pt/).



Figura 4 – Localização da área de intervenção.

Os presentes trabalhos vêm juntar-se a este conjunto de sítios, tendo permitido vislumbrar o uso da antiga frente ribeirinha da Praia de Santos e sua posterior urbanização, na passagem para o século XX.

Estes decorreram no âmbito do empreendimento de demolição e construção, em nova planta, de um edifício sito na Rua Cais do Tojo nº 48 a 64, Calçada Marquês de Abrantes 11 a 25, em Lisboa. Considerando os trabalhos

arqueológicos prévios, (realizados em 2014 por Inês Mendes da Silva), e os dados arqueológicos já conhecidos na área envolvente, foi programada a escavação, com metodologia arqueológica, de toda a área a afectar pela construção dos quatro pisos soterrados, contemplados no projecto de obra, (implicando uma escavação de cerca de 12m de profundidade) (Figura 4).

Os trabalhos de arqueologia realizados englobaram duas fases de trabalho de campo:

- Os trabalhos associados à contenção periférica prevista, com a construção de uma cortina de paredes moldadas na periferia de toda a área de intervenção.
- A escavação arqueológica da área de implantação das caves. Importa notar que, numa fase final destes trabalhos, atingidos cerca de 7m de profundidade desde a cota de circulação actual e, considerando os contextos presentes na área, a escavação desta área foi terminada com acompanhamento arqueológico, após aprovação da tutela da alteração de metodologia.

Os trabalhos realizados permitiram uma leitura abrangente da estratigrafia desta área urbana, cuja evolução é assinalada por dois momentos fundamentais, visíveis na estratigrafia local, e que representam: uma primeira vivência da área como margem do Tejo, frente ribeirinha marcada por actividades náuticas e portuárias; e um segundo momento como área edificada, integrada na nova frente urbana, de vincado carácter industrial, que se desenvolve entre o Cais do Sodré e Alcântara, durante os séculos XIX e XX.

Os trabalhos agora realizados permitiram aferir um conjunto de fases desta evolução que caracterizam melhor estes dois grandes momentos ocupacionais.



Tabela 1 - Faseamento da área intervencionada.

2. Evolução da frente ribeirinha na antiga praia de Santos

2.1. Fase 6 – Construção da actual área edificada (2ªmetade do século XIX)

Os contextos intervencionados mais recentes associam-se à construção e utilização da actual área edificada, demolida no âmbito do presente projecto de reabilitação urbana.

Tendo os edifícios que ocupavam este lote de terreno sido demolidos no âmbito deste projecto, a intervenção arqueológica realizada permitiu identificar um conjunto de alicerces que se associam aos mesmos, incluindo estruturas associadas à construção de áreas de cave durante o século XX.

Correspondem a alicerces dos dois edifícios pré-existentes, construídos em alvenaria irregular, com suas compartimentações interiores. Embora cada qual tivesse a sua respectiva frente de rua para a Calçada Marquês de Abrantes e para a Rua do Cais do Tojo, com o derivar dos tempos, ajustamentos de funcionalidade e evolução do respectivo uso dos espaços, estes foram-se misturando e entrelaçando nas suas estruturas edificadas originais.

Uma análise da cartografia histórica de Lisboa permite apontar a construção desta área durante o século XIX, sendo este quarteirão ocupado por áreas de oficinas, lojas e espaços habitacionais, após a abertura da Calçada Marquês de Abrantes. A pesquisa realizada no Arquivo Municipal de Lisboa permitiu identificar o projecto de construção do edifício voltado para a Rua do Cais do Tojo, correspondendo a um prédio de rendimento datado de 1858 (Figuras 5 e 6).



Figura 5 – Vista geral da área de intervenção com alicerces dos edifícios agora demolidos.



Figura 6 – Área edificada demolida no âmbito do presente projecto na planta de Lisboa de Filipe Folque, 1856-58.

2.2. Fase 5 – Aterro da frente ribeirinha (meados do século XIX)

Os edifícios mencionados foram construídos sobre um nível de aterro, com alguma potência estratigráfica, (cerca de 2m), que corresponde essencialmente a um pacote bastante heterogéneo, constituído por diferentes deposições de entulhos e aterros aqui realizadas.

Caracteriza-se pela presença de manchas de argamassa desagregada, frequente cerâmica de construção, bastante fragmentada, níveis negros com carvões e escória, manchas argilosas de tom esverdeado e alguns elementos pétreos em calcário. Tem ainda inclusões de material cerâmico característico do século XIX.

A sua presença associa-se claramente ao momento de urbanização de toda esta área de antiga praia, iniciado durante a 2ªmetade do século XVIII, após o terramoto de 1755, e decorrendo ainda durante o século XIX.

A sua deposição sobre níveis de areia, onde o nível freático já se faz sentir, permite compreender a sua importância para selar a antiga margem, permitindo uma subida de cota e posterior urbanização da área, à semelhança do que se tem vindo a observar na restante frente ribeirinha, com particular destaque para a área da Boavista e respectivo aterro.

Neste lote de terreno, foi possível verificar que este depósito veio cobrir duas estruturas (um caneiro e um muro de contenção de terras), que, com uma cronologia do século XIX, se enquadram no esforço construtivo para urbanização desta área da cidade.

No que toca ao muro de contenção de terras, observou-se uma construção robusta, em alvenaria irregular, bastante argamassada, que se prolonga até cerca de 5m de profundidade, localizada no limite Norte do lote e reaproveitada como alicerce para a sua fachada Sul.

A sua construção ocorreu com a abertura de uma vala de fundação, que veio cortar os níveis de cronologia setecentista identificados.

Na sua base foi possível observar um conjunto de tábuas de madeira, usadas como taipais durante a sua construção. O seu uso implicou a colocação de duas tábuas na vertical, às quais foram pregadas três tábuas na horizontal.

Assentava sobre uma estrutura em madeira, ao jeito pombalino, constituída por grelha superior, (com barrotes rectilíneos, as longarinas, cruzados no seu topo por travessas), colocada sobre um nível de estacaria cravada na vertical, em níveis lodosos.

Os troncos utilizados apresentam alguma variação ao nível da dimensão e espessura, tendo apenas sido sumariamente limpos e registando-se por vezes a presença da casca da árvore. No que toca aos elementos colocados na horizontal, o seu tratamento limitou-se à limpeza do tronco, enquanto a estacaria vertical apresenta maiores preocupações de limpeza e afeicoamento, apresentando, no geral, secção

circular e terminando em bico para cravamento no solo. A fixação da grade foi assegurada através de pregadura em ferro, colocada do topo para a base (Figuras 7, 8 e 9).



Figura 7 - Taipais em madeira usados na base do muro [1002].



Figura 8 - Grade em madeira, usada na estrutura [1002].

Ao nível da funcionalidade, o tipo de construção observado, nomeadamente o seu paramento muito irregular, permite interpretá-la como uma estrutura para uso enterrado.

No que toca à cronologia, a estratigrafia observada permite apontar-lhe uma construção enquadrada nos séculos XVIII/XIX.



Figura 9 - Estacas em madeira, usadas na estrutura [1002].

O uso de grades e estacas em madeira, embora já identificado em estruturas de cronologias pré-terramoto noutras áreas de Lisboa, é amplamente divulgado após 1755, durante a reconstrução pombalina da cidade. Ademais, o tipo de construção observado, com um aparelho bastante robusto e irregular, assente sobre estacaria de madeira, com recurso ao uso de taipais em madeira, apresenta paralelos com outras estruturas ribeirinhas de construção oitocentista, em Lisboa, como as observadas durante a intervenção para construção de um novo parque de estacionamento no Campo das Cebolas, (Simão *et al.*, 2017).

Esta estrutura pode assim ser relacionada com o momento de urbanização desta frente ribeirinha, após o terramoto de 1755, cujas modificações foram ocorrendo durante a 2ªmetade do século XVIII, prolongando-se para o século XIX e incluindo a abertura da Calçada Marquês de Abrantes.

"A Calçada Marquês de Abrantes, larga e de traçado recto, foi aberta na altura do plano pombalino de forma a compensar a Rua Direita da Esperança, que não suportava o aumento do fluxo do tráfego na zona. A criação desta rua permitiu ligar o Mosteiro de Santos-O-Velho à Rua da Boavista." (Cruz, 2016: 42)

Nesta altura ter-se-á sentido a necessidade de criar uma barreira de contenção de terras e água, que permitisse a abertura da nova rua, e que foi, posteriormente, reaproveitada como alicerce para as novas áreas aqui edificadas. Representa uma solução construtiva que desde logo surge representada na Planta Topographica de Lisboa,

de 1780, na qual é possível observar o plano de abertura do novo arruamento e seu limite Sul (Figura 10).

No que toca ao caneiro, este corresponde a uma construção em cantaria de calcário, com tampas trapezoidais, novamente assente sobre grade e estacaria de madeira, similar à usada no muro mencionado.

A sua relação com este muro, integrando esta última estrutura o caneiro que a atravessa, através de um arco de descarga de peso em tijolo burro, permite apontar uma relação de contemporaneidade entre as duas estruturas.

Esta estrutura corresponde assim a um antigo caneiro do sistema local de saneamento urbano, desenvolvendo-se com uma orientação Norte/Sul, seguindo da Calçada Marquês de Abrantes em direcção ao rio Tejo. A sua construção surge como parte de uma preocupação que pautou a reconstrução de Lisboa, com a edificação de um novo sistema de saneamento urbano na cidade (Figura 11).

Sob o aterro mencionado, foi ainda identificada uma estrutura em madeira, correspondendo a uma estrutura circular, com cerca de 0,50m de diâmetro, cuja instalação no local foi conseguida através da abertura de uma vala ovalada que cortava os níveis de areia setecentistas.

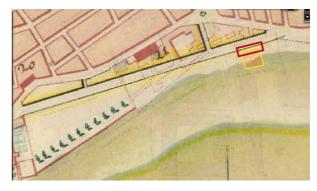


Figura 10 – Localização da área de intervenção na *Planta Topographica de Lisboa*, de 1780, onde se observa, a amarelo, os planos de reconstrução a realizar pós-terramoto. É possível observar a fachada Norte do edifício, no limite Sul da nova Calçada Marquês de Abrantes, correspondendo à localização da estrutura [1002].



Figura 11 – Vista geral do caneiro [1032].





Figura 12 - Barril [1038] e seus elementos constituintes.





Figura 13 – Inscrição observada no barril [1038].

Trata-se de um bocal de um provável mecanismo de bomba de sucção de água, constituído por uma estrutura similar a um barril, formada por tábuas verticais, ligadas entre si por finas cintas, em madeira, com paredes perfuradas. Encontravam-se preservados três níveis de tábuas, sobrepostos verticalmente, atingindo cerca de 2m de profundidade deste o seu topo (Figura 12).

Esta estrutura apresenta características muito semelhantes a uma realidade identificada durante a intervenção arqueológica no Boqueirão do Duro, nº38-42, muito próximo da presente área de intervenção, na qual o BARRIL I foi interpretado com uma função equivalente, associada à "necessária captação de água que se acumulava nos terrenos" ribeirinhos, nesta paisagem em rápida mudança, na transição da antiga margem da praia para lotes de ocupação industrial e urbana, (Macedo *et al., 2017: 50*).

No último nível de tábuas do barril agora identificado foi possível reconhecer uma pequena gravação onde se lê 1841, podendo a mesma representar uma datação da sua utilização, em meados do século XIX, no momento prévio ao aterro, quando se prepara esta área para futura urbanização, e ao qual se poderá associar também a construção das estruturas mencionadas (Figura 13).

Importa notar que o barril identificado no Boqueirão do Duro, se enquadra cronologicamente num primeiro momento de construção industrial nesta área, por volta de 1842, (Macedo *et al.*, 2017: 49).

As similaridades nestas estruturas e nas cronologias mencionadas não podem deixar de sugerir uma relação entre as mesmas, que se associa afinal a uma mesma acção de crescimento urbano de Lisboa sobre esta frente ribeirinha.

2.3. Fase 4 - Uso da frente ribeirinha (final do século XVIII/1ªmetade do século XIX)

As fases anteriormente mencionadas, (Fase 5 e Fase 6), representam essencialmente o momento de apropriação urbana sobre a margem do rio, vindo a cobrir as realidades que se associam ao uso desta frente ribeirinha e na qual se desenvolveram um conjunto de actividades marítimas e/ou portuárias.

A Fase 4 representa este momento, durante o qual este lote de terreno corresponde a uma área de praia, representada por uma sobreposição de níveis de areia, acumulados aqui com as diferentes marés.

Os depósitos [1034], (com areias de tom amarelado), e [1035], (com areias de tom negro, fruto da presença de matéria orgânica frequente), representam os níveis de praia mais recentes, incluindo materiais com cronologias de finais do século XVIII/início do século XIX.

Estes depósitos destacam-se pela presença de manchas de matéria orgânica em decomposição, assim como, ocasionais elementos de cariz náutico, que correspondem a achados isolados, sem contextos preservados associados, como pequenas roldanas e cabos náuticos, peças em madeira e um tabuado de pequena dimensão, em mau estado de preservação.

A sua presença deverá ser tida em consideração com os contextos identificados na intervenção mencionada no Boqueirão do Duro, nº38-42, sítio onde foi possível identificar um importante conjunto de realidades associados à ocupação da praia por actividades navais, local "onde se armazenaram peças desmontadas, matérias-primas em bruto e equipamentos náuticos (p.e. pré-formas de cavernas, a pequena embarcação uma âncora e lastro)", associados a cronologias do século XVIII e primeira metade do século XIX, (Macedo et al., 2017: 93) (Figura 14).

Para além dos elementos mencionados, observou-se ainda uma estrutura em madeira, em mau estado de preservação e de difícil interpretação.

Trata-se de uma construção em madeira, de planta sensivelmente rectangular, desenvolvendo-se de forma paralela ao rio, numa área de cerca 5m de comprimento (E/O) e 1m de largura (N/S), encontrando-se truncada em ambos os limites. É constituída por dois alinhamentos paralelos de barrotes, com diferentes comprimentos, de perfil circular ou rectangular, colocados horizontalmente sobre o areal.

Encontram-se associados a algumas estacas em madeira, circulares, cravadas verticalmente na areia e preservadas

apenas ao nível da base, (com cerca de 0,20m de altura), embora sem apresentar nenhuma ligação directa entre barrotes e estacas.

De modo geral as madeiras desta estrutura apresentavamse num estado muito precário de conservação, desfazendose facilmente ao toque.

O seu nível de preservação muito parcial traz significativas dificuldades na sua interpretação, no entanto, é plausível associar esta realidade à, já mencionada, ocupação da praia por actividades navais.



Figura 14 – Roldana em madeira e cabos náuticos provenientes do depósito [1035].



Figura 15 - Estrutura em madeira [1040].

Neste sentido importa equacionar, mais uma vez, as realidades identificadas no Boqueirão do Duro, nº38-42, onde foram intervencionadas estruturações em madeira, associadas à presença de áreas de embarcadouro e prováveis estaleiros navais, (com cais para aportagem e possíveis barracões de apoio), (Macedo *et al.*, 2017: 93-96), assim como a estrutura portuária em madeira identificada no Largo Vitorino Damásio, (Santos, 2006: 379).

Destacam-se ainda os contextos arqueológicos identificados no âmbito da Edificação do Centro de Artes e Tecnologia da EDP, na Avenida da Brasília, sítio onde se intervencionaram estruturações em madeira, com algumas afinidades com as agora observadas. Neste sítio, estas estruturas foram encaradas como instalações portuárias, como por exemplo, uma provável carreira de estaleiro em madeira, (Freitas, Macedo, 2014: 46-50).

Embora no presente caso não seja possível apontar uma funcionalidade concreta para a estrutura identificada, permanecendo dúvidas na sua interpretação, a sua presença exemplifica o tipo de contextos a ter em conta na frente fluvial de Lisboa, fruto da sua intensa actividade portuária (Figura 15).

2.4. Fase 3 – Aterro do Século XVIII

Sob estes últimos depósitos arenosos, foram identificados dois sedimentos, ambos caracterizados pela sua heterogeneidade e incluindo materiais construtivos soltos, que parecem representar um primeiro momento de aterro desta área de praia, aqui se tendo acumulado um conjunto de entulhos, posteriormente sobrepostos pelo movimento das marés.

Estes depósitos caracterizavam-se pela presença de algum material arqueológico, genericamente enquadrável numa cronologia dos séculos XVII/XVIII, nomeadamente cerâmica comum e vidrada com formas de cozinha características do período moderno, fragmentos de porcelana e faiança com decorações em tons de azul e manganês.

2.5. Fase 2 – Assoreamento (século XVII/XVIII)

Sob estes depósitos foi identificada uma nova sucessão de níveis arenosos, homogéneos, que variam essencialmente ao nível da sua tonalidade, mais amarelada ou mais negra. Representam um comportamento deposicional marcado pelos refluxos de frente fluvial, (como seja a rápida sobreposição de finos sedimentos que alternam níveis de diferentes espessuras de matéria orgânica e de areias), característicos da antiga frente ribeirinha e seu assoreamento.

As cotas observadas neste conjunto de sedimentos permitiram compreender uma deposição com uma pendente suave, no sentido Norte/Sul do lote de terreno, de acordo com a subida das marés a partir da foz do Tejo.

Estes depósitos caracterizavam-se ainda pela presença frequente de materiais cerâmicos, bastante fragmentados e

rolados, com cronologias que se enquadram nos séculos XVII/XVIII. A sua presença deverá associar-se a lixos que se foram acumulando/despejando nesta área de margem (Figura 16).

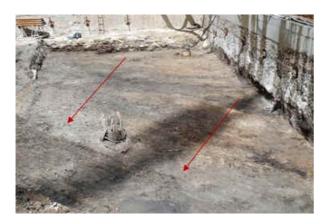


Figura 16 – Plano do depósito [1046], indicando-se a pendente suave de deposição destas areias, no sentido Norte-Sul.

Durante a escavação destes níveis foi novamente possível identificar alguns elementos náuticos isolados, sem qualquer contexto preservado associado, descartados nesta área de praia, numa zona de intensa actividade fluvial. Estes englobam uma âncora de grande dimensão, [1049], e parte de um cepo de âncora em madeira, [1051].

Âncora [1049]

Este elemento náutico encontrava-se sobreposto pelo mencionado muro oitocentista, cuja construção o terá afectado, ao nível do braço/pata.

Trata-se de uma âncora em ferro forjado, com cepo em madeira, encontrando-se parcialmente preservada ao nível do anel, haste e braços, com elevado grau de concreções.

Apresenta haste longa, de secção sensivelmente octogonal, com um comprimento total de cerca de 3,80m, aos quais se acrescenta um anel com 0,50m de diâmetro, de secção circular. A zona superior da haste, no encaixe com o anel, apresenta forma e secção rectangular, com topo arredondado.

Os dois braços, direitos, encontram-se cortados ao nível das patas, apresentando cada um, uma medida estimada de 1,60m. A sua ligação à haste tem um ângulo de abertura de cerca de 60°.

A pata recuperada encontra-se parcialmente afectada, sendo provável que tivesse uma forma triangular, com unha ligeiramente saliente. Tem um comprimento máximo de 0,60m e uma largura máxima de 0,50m.

O cepo é constituído por duas traves em madeira, unidas por pregaduras em ferro e em madeira, circulares. Apresenta secção sub-quadrangular, com cerca de 0,30m de lado. Tem

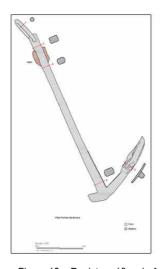
um comprimento preservado de 2,30m, sendo possível extrapolar cerca de 4m de comprimento máximo.

As duas traves de madeira envolviam a haste, encaixando na mesma por um sistema de macho-fêmea. Na haste encontram-se ainda preservados os dois encaixes, rectangulares, salientes e localizados no plano perpendicular ao eixo dos braços (Figuras 17 e 18).

As características apresentadas, nomeadamente a haste longa, os braços direitos, com ângulo de abertura de 60°, e as patas largas, de forma triangular, permitem enquadrá-la na tipologia de âncoras *Long Plan Old Shank Admiralty*, representando as âncoras oficiais inglesas da Royal Navy, largamente utilizadas durante o século XVIII, (Chouzenoux, 2012:650).



Figura 17 – Vista geral da âncora, após limpeza para posterior registo.



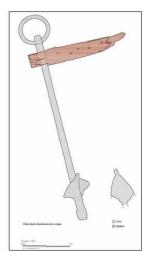


Figura 18 – Registo gráfico da âncora [1049].

Este tipo de âncora tem vindo a ser identificada em diferentes ocasiões no território nacional, muitas vezes em meio aquático, correspondendo a achados fortuitos ou associadas a áreas de naufrágio, como ilustram os exemplares identificados na área de Lagos, (Baço, 2014: 64), ou na baía de Angra do Heroísmo, (Chouzenoux, 2011:

74), mas também com alguns exemplares identificados em intervenções arqueológicas em áreas de interface fluvial/marítimo, como na frente ribeirinha de Lisboa, (Sarrazola, Nascimento, 2013: 40).

Os exemplares mencionados encontram-se geralmente preservados ao nível da âncora em ferro, estando muitas vezes ausentes os cepos em madeira, no entanto, alguns exemplos com cepo em madeira, integral ou parcialmente preservado, podem ser mencionados, como os observados na zona de Leixões, (Leixões 3 e Leixões 5), na Praia do Furadouro, em Ovar, ou na Ericeira, (Portão das Sapateiras), correspondendo a achados isolados, (http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/).

Destacam-se ainda, pela proximidade geográfica dos achados e pelo seu bom estado de preservação, as duas âncoras deste tipo, com cepo em madeira integralmente preservado, identificadas no Boqueirão do Duro, nº38-42, (Macedo et allii, 2017:23), e na nova Sede da EDP, na Avenida 24 de Julho, (Sarrazola, Nascimento, 2013: 43).

Cepo [1051]

Foi ainda identificada uma das traves de um outro cepo de âncora, novamente em madeira, encontrando-se isolada por entre os sedimentos arenosos mencionados.

Com uma forma sensivelmente rectangular, apresenta um comprimento máximo de 3,50m e uma largura máxima de 0,40m, na zona central, e mínima de 0,20m, na zona mais distal do anel. Tem secção sub-rectangular.

Na sua área central observa-se um entalhe rectangular para encaixe na âncora, medindo 0,40m de comprimento e 0,15m de largura.

Observaram-se ainda 13 buracos circulares, com cerca de 2cm de diâmetro, para pregaduras, (embora não se tivesse identificado nenhum prego preservado), distribuídos por toda a trave.



Figura 19 – Vista inferior da trave em madeira identificada.

Encontrando-se apenas parcialmente preservado e sem outros elementos de âncora associados, permanecem dúvidas sobre a tipologia de âncora em que o mesmo seria utilizado. A sua cronologia, considerando a análise estratigráfica do sítio, enquadra-se novamente no século

XVIII, permitindo extrapolar que este elemento em madeira possa ter sido utilizado em âncoras similares à [1049] (Figura 19).

2.6. Fase 1 – Assoreamento estéril

Sob os depósitos mencionados, a cerca de 6m de profundidade, identificou-se um nível de lodo, bastante argiloso, homogéneo e limpo de inclusões, de tom castanho, algo acinzentado. Com uma potência estratigráfica de cerca de 1m, verificou-se que este sedimento era estéril, estando ausente qualquer material arqueológico.

Assim, considerando a ausência de materiais arqueológicos e as informações estratigráficas conhecidas para os sítios arqueológicos circundantes, considerou-se que o potencial arqueológico deste nível sedimentar era baixo, podendo os trabalhos de escavação da cave prosseguir com acompanhamento arqueológico, englobando a continuidade da escavação dos pisos de cave, até à cota de afectação (cerca de 12m de profundidade).

Estes trabalhos permitiram continuar a caracterização da estratigrafia desta área, verificando-se uma sequência linear de depósitos, mais argilosos ou mais arenosos, homogéneos e estéreis, que representam níveis de lodo, fruto do gradual assoreamento da margem do Tejo.

3. Considerações finais

Como mencionado, os trabalhos realizados permitiram uma leitura abrangente da estratigrafia desta área urbana, contribuindo para a compreensão da dinâmica de evolução da frente ribeirinha lisboeta, sobretudo se articulada com o conjunto de sítios que têm vindo a ser intervencionados nesta mesma área,, nos últimos anos e dos quais se destacam, pela proximidade geográfica, as intervenções no Largo Vitorino Damásio, no Boqueirão do Duro, nº38-42, na Sede Corporativa da EDP ou na Praça D. Luís I, (http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/).

Este conjunto de sítios, intervencionados genericamente entre a zona de Santa Apolónia e Alcântara, têm permitido observar uma frente ribeirinha cuja evolução é assinalada por dois grandes momentos fundamentais, visíveis na presente estratigrafia.

Uma primeira vivência da área como margem do Tejo, com as suas antigas zonas de praia, representando uma faixa de interface fluvial marcada por intensas actividades náuticas e portuárias, desde a fundação da cidade de Lisboa. Frente ribeirinha em cujas margens se foi fazendo notar um processo de assoreamento evolutivo, contínuo e regular, graças à acumulação de sedimentos no fundo do Tejo, tanto fruto do processo natural de fluxo das marés, como de um processo antrópico gradual de aterro e descarte de lixos na margem do rio, (Cruz, 2016: 7). Espaço pontuado por áreas de cais para aportagem de barcos, com presença mais vincada na passagem para o período moderno e os Descobrimentos, altura em que o processo de ampliação da cidade sobre o rio sofre um importante ímpeto, tanto com a

construção de nova área urbana, mas particularmente marcada pela necessidade de novas áreas de estaleiro e construção naval.

E um segundo momento, no qual se verifica uma profunda alteração da fisionomia da margem de Lisboa, com uma marcada apropriação do espaço urbano sobre o rio, durante o século XIX, culminando nas importantes obras do porto de Lisboa já na passagem para o século XX. O acesso ao rio torna-se fundamental para o desenvolvimento industrial de oitocentos, acompanhado de uma necessidade premente de espaço para o funcionamento das novas indústrias, suas oficinas e áreas de armazenamento, para a qual o aterro das antigas praias vem dar resposta.

Referências Bibliográficas

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO PORTO DE LISBOA, (1991), Referências Históricas do Porto de Lisboa, Lisboa BAÇO, J., (2014), Âncoras ao largo: um contributo arqueológico para o estudo das actividades marítimas em Lagos na Idade Moderna, Dissertação de Mestrado em Arqueoloiga, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

BLOT, M. (2003), "Os portos na Origem dos Centros Urbanos: Contributos para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio-Marítimas em Portugal", *Trabalhos de Arqueologia*, nº28, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

CASTILHO, J. (1893), A ribeira de Lisboa: descripção histórica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho. Lisboa, Imprensa Nacional.

CHOUZENOUX, C. (2011), Caractérisation et Typologie du Cimitière des Ancres. Vers une interpretation des conditions de mouillage et de la fréquentation de la Baie d'Angra do Heroísmo, du XVI au XIX siècle. Île de Terceira, Acores, Dissertação para grau de Mestre, Universidade Fernando Pessoa.

CHOUZENOUX, C. (2012), "Caractérisation et Typologie du Cimitière des Ancres: vers une interpretation des conditions de mouillage et de la fréquentation de la Baie d'Angra do Heroísmo, du XVI au XIX siècle. Île de Terceira, Acores", Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna, CHAM, p.645-654. CRUZ, J., (2016), A Cidade e o Rio: Origem e Evolução da Frente Ribeirinha de Lisboa, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade de Évora, Escola das Artes.

FREITAS, T.A.; MACEDO, M. (2014), Edificação do Centro de Artes e Tecnologia, EDP. Sondagens Arqueológicas – contextos com madeiras, Av. de Brasília, Belém, Lisboa, Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos, Era Arqueologia S.A.

GOMES, A. (2014), Os Caes do sítio da Boavista no século XVIII: estudo arqueológico de estruturas portuárias. Dissertação de Mestrado de Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.).

MACEDO, M.L.; ŚILVA, I.M.; LOPES, G.; BETTENCOURT, J. (2017), "A dimensão marítima do Boqueirão do Duro (Santos, Lisboa) nos séculos XVIII e XIX: primeiros resultados arqueológicos", Il Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p.1915-1924.

MACÉDO, M.L.; LOPÉS, G.; FREITAS, M.T.; BETTENCOURT, J.; PONCE, M.; E NASCIMENTO, R. (2017), Rua Boqueirão do Duro nº 38-42/Rua D. Luís I nº 28-28B, Lisboa. Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos, Era Arqueologia.

MATOS, J.S.; PAULO, J.F. (2009), Estudo Histórico e Patrimonial, Palácio Almada Carvalhais, Lisboa, Texto Policopiado. PAIS, J. et allii, (2006), Carta Geológica de Portugal, Notícia Explicativa da Folha 34D, Lisboa, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação.

SANTOS, M. J., (2006), "O Largo Vitorino Damásio (Santos-o-Velho, Lisboa): contributo para a história da zona ribeirinha de Lisboa", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 9. Número 2, p. 369-399.

SARRAZOLA, A.; NASCIMENTO, R. (2013), Nova sede corporativa do Grupo EDP, Av. 24 de Julho, Lisboa, Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos, Era Arqueologia S.A. SILVA, I.M., (2014), Calçada Marquês de Abrantes, nº17, Lisboa. Sondagens Arqueológicos de diagnóstico. Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos, Era Arqueologia S.A. SIMÃO, I.; MIGUEZ, J.; MACEDO, M.; FREITAS, T.; FONSECA, C.; BETTENCOURT, J. (2017), Empreitada de Obra Pública para Execução dos Desvios dos Serviços Afectados para Construção do Parque de Estacionamento no Campo das Cebolas, Lisboa. Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos, ERA Arqueologia S.A.

INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS CONTEMPORÂNEAS NA FRENTE RIBEIRINHA DE LISBOA: O CASO DO QUEBRA-MAR IDENTIFICADO EM ALCÂNTARA.

Ana Rosa¹

Resumo:

No âmbito do projecto para a construção do novo Hospital CUF Tejo, em Alcântara, foram realizados trabalhos de diagnóstico e acompanhamento arqueológico que possibilitaram a identificação de contextos arqueológicos preservados associados às actividades portuárias de Lisboa, em pleno funcionamento ainda no decorrer do século XIX.

Abstract:

Contemporary port infrastructures in Lisbon riverfront: the case of the brakewater identified in Alcântara.

In the scope of the project for the construction of the new CUF Tejo Hospital, in Alcântara, diagnostic and archaeological monitoring work was carried out, which enabled the identification of preserved archaeological contexts associated with the port activities of Lisbon, in full operation during the 19th century.

1. Os trabalhos arqueológicos

Os trabalhos arqueológicos executados no âmbito do projecto para a construção do Hospital CUF Tejo (Alcântara, Lisboa), evidenciaram a presença de vestígios naúticos e portuários, entre os quais, uma estacada de madeira identificada como um quebra-mar. A partir de uma análise às fontes documentais, constatámos que a sua construção, datada da 2ª metade do século XIX, serviu para evitar as marés vivas que assolavam a praia de Alcântara e danificavam a Doca do Sacramento (relocalizada nesta mesma intervenção).

2. Enquadramento histórico

A ocupação de Alcântara é beneficiada fundamentalmente pela sua posição junto à linha de costa. Diz-nos Augusto Vieira da Silva que, para sul da Ponte de Alcântara, "era tudo mar que formava uma grande enseada, definida a poente pelas actuais [1942] ruas 1º de Maio e de Alcântara, e ao nascente pela rua Prior do Crato e Travessa da Trabuqueta" (Vieira da Silva, 1942: 6).

Manuel I autoriza Pedro Vicente "a fazer na testada do chão dos seus fornos de cal que tem juntos à parte da ponte de alcântara num cais para desembarcadouro do tojo e para qualquer outra servidão dos ditos fornos." Fornos e cais que,

Situada na periferia do centro urbano, rica em matéria-prima

Em planta dos princípios do século XVII (Figura 1), vêem-se

as duas margens da ribeira alargarem-se formando uma oval

valados ou motas de terra para um moinho salgado, ou de

marés, certamente de rodízios, cujo edifício se vê no lado sul

da mota da caldeira. Nas margens dos ramais ou braços da

ribeira havia no século XVII alguns fornos de cal associados às pedreiras de calcário do vale de Alcântara e de Monsanto.

A documentação realça a construção de cais particulares

como um meio mais facilitado para o escoamento dos

produtos manufacturados. Num documento de 1518, D.

quase perfeita, e entre elas uma caldeira fechada com

explorável e dotada de uma natural vocação portuária,
Alcântara desenvolve-se, a partir do século XVI, como um

porto proto-industrial, apresentando um tímido mas

importante papel na economia local.

Vieira da Silva (1942: 21), localiza na margem direita da ribeira, demonstrando, assim, a dinâmica portuária local.

- 85 -

¹ Era – Arqueologia, SA.

No século XVII, Alcântara, assegurada pelas favoráveis condições geomorfológicas e o amplo domínio visual, foi determinante na estratégia de defesa militar à entrada do Tejo. No âmbito do projecto da Linha Fundamental de Fortificação, foi construído, em 1652, o Baluarte do Forte do Sacramento (ou Alfarrobeira) que, segundo Francisco Santana, está ligado ao Baluarte do Livramento através de um pano de muralha com porta entre a Praça de Armas e a Rua Direita da Ponte de Alcântara (actualmente, Rua Prior do Crato) e junto à Rua das Cavalariças (hoje, Rua Afonso Pala). Nesta planta, o troço do "Muro da Antiga Fortificação" parece estender-se para Norte, sempre junto à encosta da colina e que, situada abaixo da Estrada do Loureiro, deveria servir como apoio à vertente.

Em causa estavam as fragilidades das estratégias defensivas, reveladas com o clima proporcionado pela Restauração, obrigando a uma acção militar imediata à entrada do Tejo, transformando o litoral "num grande estaleiro de obras de fortificação, procedimento que culminava em Lisboa, onde um ambicioso plano de cerco total da cidade foi posto em execução para só ser abandonado na *viradeira*" (Rossa, 1995: 270). Este sistema, ao abranger o espaço portuário, vai funcionar como uma barreira eficaz contra-ataques corsários, assegurando a circulação comercial com o Norte da Europa, pelo menos até ao século XVIII.

O curso da ribeira de Alcântara vai propiciar a construção de cais em ambas as margens. Contígua, e ocupando toda a extensão da face ocidental do Forte de Alfarrobeira, existia uma caldeira ou doca de abrigo para pequenas embarcações, com cerca de 120 m de comprimento e 38 m de largura.

Um documento da Chancelaria Régia de Dom Pedro II, datado de 1692, e relativo à *Consulta do Senado sobre a intromissão aos arrais dos barcos para primeiro passarem por Alcântara* é, por si só, eloquente da actividade portuária deste arrabalde ocidental de Lisboa (Cf. anexo de fontes). Desta leitura fica evidente a imposição da obrigatoriedade de os navios se quedarem em Alcântara até que o Senado exercesse a sua autoridade portuária de autorizar o desembarque, verificadas as condições de salubridade a bordo e as declarações do capitão de cada navio atinentes à sua carga, porto de proveniência e trajecto até Lisboa.

A dinâmica de construção viária, assim como, a regularização da ribeira para construção do Caneiro de Alcântara veio, no século XVIII, alterar sobremaneira a fisionomia deste espaço. Inicialmente, a construção do caneiro facilitava o acesso por mar do transporte de materiais destinados ao Palácio projectado por Carlos Mardel para D. José no alto de Campo de Ourique. Ao longo do tempo, esta estrutura vai crescendo, sofrendo transformações e desempenhando um papel de protagonismo nos projectos e obras de requalificação desta zona da cidade.

O documento de Consulta sobre a proposta de construção de um cais para a descarga e venda de tojo carvão e lenha.

Combro a Alcântara, de 1766 (Cf. anexo de fontes), associado à designação portuária de *Tercenas* [estaleiros] da Marqueza de Pombal para a margem oriental da Ribeira de Alcântara, na segunda metade do século XVIII, associada à permanência local da doca do Forte de Alfarrobeira, ilustram bem o progressivo pendor portuário que caracteriza o lugar.



Figura 1 – O Vale de Alcântara em 1757: observa-se, nesta data, a Doca do Sacramento e a existência ainda da Caldeira no troço jusante da ribeira (excerto da Planta Topográfica de Manuel da Maya – modificado)..

O comércio marítimo é o principal vector económico da cidade, influenciando o eixo de desenvolvimento urbano mas, no início do século XIX, é provável uma menor movimentação de tráfego que se efectiva, agora, a uma escala regional. Segundo Maria Luísa Blot, ainda se estabeleceria transporte de minério entre Alcântara e o Porto de Lisboa (Blot, 2003).

No seguimento do aterro da Boavista, concluído na 24 de Julho em 1887, foi planeada uma ligação entre a Ribeira Nova e Alcântara. Este trabalho foi realizado espaçadamente por troços, o último dos quais entre a Rocha Conde de Óbidos e o Caneiro de Alcântara, obrigando à demolição parcial do Baluarte de Alfarrobeira (1876).

Em Carta de Lei de 16 de Julho de 1885, D. Luiz autoriza o governo a adjudicar em hasta pública a construção das obras do novo Porto de Lisboa. No dia 20 Abril de 1887, o governo adjudica a Hersent as obras da 1ª secção do plano geral dos melhoramentos do Porto de Lisboa sobre o projecto de base de João Joaquim de Matos e Adolpho Loureiro. Este último, descreve a azáfama dos primeiros trabalhos, logo após a inauguração das obras: "Poucos dias depois, entravam em exploração grandes pedreiras, principiava o rápido fornecimento de cantaria e de pedra de alvenaria para enrocamentos, atacando dragas de balde e de aspiração o seu valente trabalho de dragagens e aterros, e cortando as águas do Tejo, em diversos sentidos uma verdadeira flotilha de barcos para transporte pessoal, e de grandes estaleiros flutuantes. Em terra, a actividade não era menor, muito especialmente no vasto estabelecimento metalúrgico, que sob o ponto de vista da simplicidade e da economia de montagem satisfazia completamente, sem em

cousa alguma prejudicar a brevidade e o bom acabamento das obras" (Loureiro, 1904:89-90).

Os aterros sobre a praia vão alterar substancialmente a relação directa de Alcântara com o rio, na viragem para o século XX. O aspecto repugnante dos areais pela acumulação de barracões, telheiros e vazadoiros, dará lugar a um espaço de exponencial desenvolvimento industrial que se traduziu na construção de fábricas, armazéns e na ligação férrea entre o Cais do Sodré e Cascais. Neste período, Alcântara afirma-se definitivamente como um bairro industrial, fazendo crescer as pequenas unidades existentes e atraindo novos pólos ligados aos mais variados sectores (cerâmica, metalurgia, alimentação, têxtil, construção, vidreira). Estas mudanças tornaram invisíveis as infraestruturas portuárias e sepultaram o veículo económico que sustentou, durante décadas, a capital portuguesa.



Figura 2 – Indicação da localização da Doca do Sacramento após as obras na Av. 24 de Julho, em excerto da planta da cidade de Lisboa de Silva Pinto, levantada em 1911 (modificado).



Figura 3 – Localização do projecto para a construção do Hospital CUF Tejo em excerto da CMP, folha 431, à escala 1/25000 (modificado).

Em 1926, a parcela triangular delimitada pelas Av. 24 de Julho, Av. da Índia e Rua de Cascais encontrava-se ocupada pelas oficinas municipais de serralharia, tanoeiros, carroçaria, funileiros, cantaria, tipografia e encadernação, correeiros, fábrica de tijolos e vasos e forno de cal. Com as transformações decorrentes de quase um século de instalação e permanência, é este núcleo edificado que vem a ser demolido para a construção do Hospital CUF TEJO.

3. O quebra-mar

3.1 As fontes

Alcântara é a "ribeira industrial de Lisboa" (Matias, 2012:18), vive e mantém-se da sua condição nas margens do Tejo. No entanto, a forte agitação marítima que se fazia sentir na praia condicionava a manutenção das estruturas portuárias existentes, cujo desgaste dos paramentos expostos ao movimento das ondas, conduzia à necessidade constante de execução de trabalhos de consolidação.

Da pesquisa efectuada no Arquivo Histórico Militar, foi encontrado um documento fundamental relativo à Construção do Baluarte - A10 (42) - e à sua estrutura portuária, datado de 1863 (18 de Março). Em suma, três documentos desse ano mencionam, no âmbito do Plano da Defesa de Lisboa e do seu Porto, uma planta do Baluarte de Alfarrobeira e de uma praia adjacente em Alcântara. Em 30 de Outubro informa-se que "no referido esboço se achava indicada a porção de terreno que o Brigadeiro [Júlio Guerra] Chefe da 2ª da Comissões encarregadas dos estudos em detalhe e da redacção dos projectos relativos ao Plano Geral da Defesa de Lisboa e do seu Porto [26 de agosto de 1863] - julga preciso para ser comprada pela grande obra de fortificação que no citado ofício (...) se declarava que deveria ser construída nos terrenos situados na margem oriental e juntos à foz do rio de Alcântara, que as marés de águas vivam deixaram a descoberto [Comando Geral de Engenharia] (...). Sendo a dita obra destinada para a defeza do Porto de Lisboa, se o Governo guizer que ella efectivamente se construa será preciso contar não só com o terreno que a mesma obra tem de ocupar, mas também que aquele que lhe fica em frente a fim de que não venham a concentrar-se ali quaisquer trabalhos que mascarem os fogos da referida obra". Note-se que, à data, a pólvora utilizada nos canhões era preta o que implicava processos de ocultação (mascarar os fogos), no momento que se seguia ao tiro para que o ponto de proveniência de disparo não fosse denunciado ao alvo.

Em requerimento de Agosto de 1863, reitera-se a urgência em executar a obra "(...) afim de poder ser tomada em consideração antes de se concluir o contrato para a construção do caminho de ferro para Cintra". Em 30 de Outubro e 22 de Novembro de 1865, o Comando Geral de Engenharia pede financiamentos ao Ministério da Guerra (1ª Direcção, 4ª Repartição), para os trabalhos de fortificação no Forte de Alfarrobeira – (A12) 44.

Entre os ofícios deste processo merece destaque o requerimento de 15 de Fevereiro de 1867 – (A14) 46 – em

que o Comado Geral de Engenharia por intermédio da 4ª Repartição da 1ª Direcção do Ministério da Guerra solicita ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar "as precisas ordens para que a vigilância e conservação das obras ultimamente executadas, tanto no Baluarte de Alfarrobeira, em Alcântara, como na cantina da parada do quartel do corpo de marinheiros militares, sejam exercida pelas praças do mesmo corpo, visto que no dito Baluarte não há casa alguma que possa alojar qualquer força, que para ali seja mandada para o indicado fim (...)".

Concluídas as obras, lemos o seguinte em ofício de 19 de Janeiro de 1867:"(...) do Baluarte denominado d'Alfarrobeira – em que foram elevadas as muralhas e terrapleno, construída a massa cobridora e poder conter oito canhões de 50 de calibre Francês bem assim huma plataforma elevada para um Rodízio de Calibre 200 tudo segundo foi proposto pela Comissão Encarregada de Apresentar um plano para a Defeza do Porto e ancoradouro de Lisboa".

Em suma, a documentação compulsada resulta muito claro que, entre 1863 e 1867, é requerida, executada e concluída uma grande obra de fortificação para acudir ao problema das marés vivas que assolavam a praia da margem oriental da Ribeira de Alcântara contígua ao Baluarte.

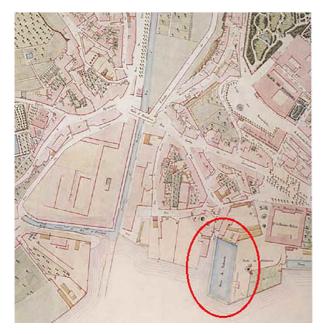


Figura 4 – Indicação da localização da Doca do Sacramento em meados do século XIX, em excerto da "Carta Topographica da Cidade de Lisboa e seus arredores" de Filipe Folque, levantada entre 1856 e 1858 (modificado).

De acordo com a informação disponível, esta estrutura está associada à última fase de funcionamento da doca do Sacramento. Conforme se constata a partir da análise cartográfica, a Doca ainda surge representada com água no seu interior na "Carta Topographica da cidade de Lisboa e seus arredores" de Filipe Folque (1856 e 1858) (Fig.4) e, numa planta de 1878 do Porto de Lisboa, volta a surgir ainda

banhada pelo rio. Logo, os trabalhos de aterro só podem ter ocorrido numa fase posterior, mantendo a margem oriental de Alcântara activa, até aos finais do século XIX.

3.2. Os dados arqueológicos

No decorrer da empreitada para a construção do Hospital CUF Tejo, a fase de acompanhamento arqueológico que compreendeu a remoção dos níveis de aterro do século XIX, permitiu a identificação de uma estacada de madeira, entre a Doca do Sacramento e o limite Oeste da área intervencionada (junto à Rua de Cascais) e, daí, com inflexão para Sul. Esta estrutura apresentava um troço com aproximadamente 150 m de comprimento e 2 m de largura.

Uma descrição mais pormenorizada da morfologia construtiva desta estrutura já foi oportunamente apresentada noutros locais (Rosa *et al.*, 2017; Rosa *et al.*, 2018), pelo que nos importa apenas assinalar algumas das principais características observadas durante a fase de escavação.

De um modo geral, ainda que com algumas particularidades sentidas ao longo do traçado (Figura 5), o quebra-mar caracteriza-se por um conjunto de estacas colocadas na vertical, as quais, asseguradas por enrocamento pétreo e apoiadas, apenas a Norte, por tábuas sobrepostas na horizontal. Estas tábuas encontravam-se sobrepostas entre si (Figura 6), e ligadas às estacas através de pregaduras.

A avaliar pelo comprimento das estacas, entre as quais, já não se encontravam blocos pétreos, é de supor que o quebra-mar alcançasse uma altura coincidente com o topo da Doca. Outro dado que nos remete para tal facto consiste no derrube da própria estrutura, uma vez que a sucessiva acumulação de aterros terá provocado o rolamento das pedras para Sul, conforme se registou (Figura 7).

Paralelo a esta faixa, a Norte, desfilava um alinhamento de estacas, em conjuntos de duas (Figura 8): uma colocada em cutelo e acompanhada por uma outra colocada num eixo de 90°, virada para sul e, por vezes, sustentadas por um empedrado.

Os materiais recolhidos (cerâmicas, vidros e grés e objectos do quotidiano), remetem-nos, pois, para cronologias enquadradas na centúria de oitocentos (Figura 9).

4. Considerações finais

Face ao exposto, depreendemos que a estrutura descoberta na empreitada de construção do novo Hospital CUF Tejo corresponde à infra-estrutura portuária descrita nas fontes documentais. A ausência de informação mais detalhada acerca da mesma deriva do facto de, muito possivelmente, ter sido utilizada num curto período de tempo, de tal forma que não acompanhou a produção cartográfica da época. Nesse sentido, a Fig.10 apresentase como a única reprodução conhecida até ao momento.

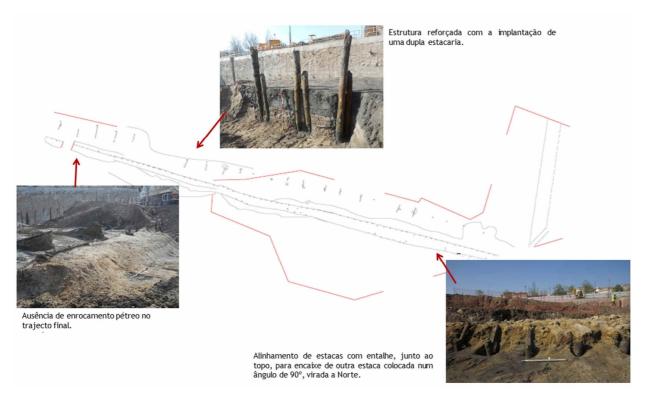


Figura 5 – Particularidades identificadas na tipologia construtiva do quebra-mar.



Figura 6 – Pormenor de sobreposição das tábuas com sinais de pregaduras.



Figura 7 – Pormenor do enrocamento.



Figura 8 – Pormenor de um dos conjuntos de estacas presentes a Norte do quebra-mar.







Figura 9 – Da esquerda para a direita, fragmentos de porcelana, fundos de garrafas em vidro e um pente recuperados dos trabalhos de escavação do quebra-mar.

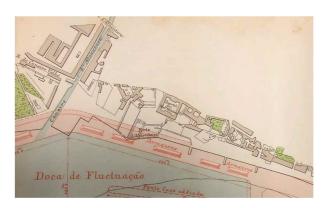


Figura 10 – Excerto de planta com localização da Doca do Sacramento e do Quebra-mar (*in* Loureiro, 1906).

Agradecimentos

A autora agradece ao Dr. Alexandre Sarrazola pelo auxílio na pesquisa documental.

Referências Bibliográficas

FOLQUE, F. (1995), Carta Topográfica da Cidade de Lisboa e seus arredores (levantada entre 1856 e 1858), Lisboa, Instituto Português de Cartografia e Cadastro. NABAIS, R. (1987), 100 Anos do Porto de Lisboa, APL. LOUREIRO, A. (1906), Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adiacentes, Lisboa, Imprensa Nacional. MARQUES, B. (2009), O vale de Alcântara como caso de estudo. Evolução da morfologia urbana. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura. Instituto Superior Técnico, Lisboa, Universidade Técnica. ROSA, A.; RAMOS, R.; SILVA, I.M.; SILVA, T.; BETTENCOURT, J. (2017), Hospital CUF TEJO. Alcântara| Lisboa. Relatório Preliminar dos Trabalhos Arqueológicos, Lisboa, ERA-Arqueologia, S.A. ROSA, A.; RAMOS, R.; SILVA, T.; BETTENCOURT, J.; SILVA, I.M.; FREITAS, T. (2018), Novos dados para o conhecimento das actividades portuárias no eixo ribeirinho de Lisboa (séculos XVII-XIX): síntese dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos durante a construção do Hospital "CUF Alcântara", Comunicação apresentada em 23 de Março de 2018 no II Encontro de Arqueologia de Lisboa, realizado em Lisboa. ROSSA, W. (1995), "A cidade portuguesa", História da Arte Portuguesa, Círculo de Leitores, Lisboa, III:233-314. SANTANA, F. (s/d), Lisboa na segunda metade do século XVIII (Plantas e Descrições das suas Freguesias). SILVA, A.V. (1942), A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças. Notícia Histórica, Lisboa.

Documentos

Frederico Ressano Garcia, Detalhes canos de esgotos. Lisboa Alcântara, cota PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/06/013/14, 1884 Chancelaria Régia de Dom Pedro II, Consulta do Senado sobre a intromissão aos arrais dos barcos para primeiro passarem por Alcântara, cota PT/AMLSB/CMLSB/CMLBAH/CHR/0094/0078, 1692 Frederico Ressano Garcia. Terrenos do Porto de Lisboa, cota PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/091/00803, 1876-1906 Consulta sobre a proposta de construção de um cais para a descarga e venda de tojo carvão e lenha. Combro a Alcântara, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/0183/0002, 1766

Livro dos lançamentos do direito dos barcos e do tramagalho nos avençados do sul e da cidade [nomes dos barqueiros e tipo e números das embarcações. Alcântara], cota PT/AMLSB/ CMLSBAH/IMPS/12/0126, 1835
Parecer nº 41. Resoluções tomadas sobre a construção da muralha do aterro ocidental, a partir da Rocha Conde de Óbidos, cota PT/AMLSB/ UROB-PU/06/0041, 1875 [não digitalizado]

Processo de Vistoria no Forte de Alfarrobeira, cota PT/AMLSB/ UROB-OP/06/0085, 1838 [não digitalizado]

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ERA ARQUEOLOGIA

Série ERA Monográfica

Três volumes publicados

Série ERA Arqueologia

Oito volumes publicados entre 2000 e 2008









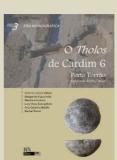














Livro de fotografias de Manuel Ribeiro sobre os moinhos de água de Alqueva



"Holocénico [o blog]" de António Valera

Textos sobre produção de conhecimento, património, arqueologia e o seu ensino e profissão.



ERA Arqueologia S.A. Calçada de Santa Catarina, 9C 1495-705 Cruz Quebrada - Dafundo

www.era-arqueologia.pt geral@era-arqueologia nia@era-arqueologia.pT